



POEIRAS DE VIDA

SERGIO GUIMARÃES



Poeiras de Vida: terceirização, subjetividade e possíveis resistências traz contribuições importantes sobre a realidade de mulheres que trabalham em atividade de limpeza, as quais são invisibilizadas e desvalorizadas no trabalho e em outras esferas da vida. Embora o trabalho assuma posição central, considera, também, e a um só tempo, as categorias gênero e cor. O livro mostra que a lógica capitalista também está presente na gestão de instituições públicas, como é o caso da universidade pública, sendo, a terceirização a estratégia examinada. A atividade delegada a estas trabalhadoras é labor - no sentido atribuído por Hannah Arendt - , atividade voltada à reprodução humana, que não tem fim e que remete ao trabalho de Sísifo. Este livro mostra que o trabalho acadêmico em psicologia pode se beneficiar do estilo narrativo próprio à crônica, estilo este cativante e facilitador da aproximação do leitor à vida cotidiana das pessoas que protagonizam o drama relatado, sem, entretanto, descuidar dos rigores que a condução do trabalho científico exige. E foi com curiosidade, vitalidade, inventividade, sensibilidade, empatia e poética que Sergio Guimarães elaborou a pesquisa que deu origem a *Poeiras da Vida: terceirização, subjetividade e possíveis resistências*. As descrições nele presentes nos colocam diante de cenários, lugares e interações muito vivos. Por estas qualidades, há passagens no livro que nos lembram as belas e ilustrativas crônicas que nos foram deixadas por João do Rio sobre os trabalhos observados no Rio de Janeiro do início do século XX. Além disso, as descrições de Sergio Guimarães - pelo seu potencial de criar imagens para o/a leitor/a - nos fazem lembrar da obra literária de Alain Proust, a qual expressa o seu gosto pela fotografia, conforme notado por Brassai. Tal influência dá-se tanto por elaborar sua obra com descrições férteis e inesquecíveis, quanto por lembrar o/a leitor/a que os fenômenos sempre são examinados sob um determinado ponto de vista. *Poeiras da Vida: terceirização, subjetividade e possíveis resistências* dá visibilidade, por meio das resistências individuais e coletivas, ao abuso de poder, à dominação e à violência institucional sofridas por trabalhadoras subcontratadas da limpeza de uma universidade pública. E, como afirma o autor, conduzir a pesquisa que dá origem a este livro é uma aposta: "Tal aposta provém da minha crença efetiva na potência e caráter transgressor da educação pública e dos processos de pesquisa como ação política, como modo de se posicionar no mundo, como práxis crítica e eticamente referenciada, como dispositivo conectado aos aspectos da realidade social concreta, propulsor analítico e elemento contribuinte do processo de transformação social em diferentes âmbitos" (p. 24). Estes são alguns dos atributos que colocam este livro dentre os que oferecem importante contribuição para uma psicologia social crítica voltada ao exame dos problemas do trabalho no Brasil contemporâneo.

Leny Sato

Professora Titular Aposentada do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)



editora *fi.org*



POEIRAS DE VIDA

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni (*in memoriam*)

Comitê Científico

Prof. Dr. João Batista Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Fernando Gastal de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Leny Sato

Universidade de São Paulo (USP)

POEIRAS DE VIDA

TERCEIRIZAÇÃO, SUBJETIVIDADE E POSSÍVEIS RESISTÊNCIAS

Sergio Guimarães



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni (*in memoriam*)

Imagem de Capa: Jônatas Moreira - "quebrado" (acrílica s/ papel kraft A4)



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhalgual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G963p Guimarães, Sergio
 Poeiras da vida: terceirização, subjetividade e possíveis resistências [recurso eletrônico] / Sergio Guimarães. – Porto Alegre : Fi, 2023. 263p.

ISBN 978-65-5917-654-0
DOI 10.22350/9786559176540
Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Trabalho – Terceirização – Justiça social. I. Título.

CDU 331.1/5

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

Para Neuza

ABERTURA

*Waldinéa Nascimento da Hora*¹

*Hoje em dia tudo parece levar em seu seio sua própria contradição, vemos as máquinas dotadas da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador, as fontes de riqueza recém - descobertas se convertem por arte de um estranho malefício, em fontes de privações, os triunfos da arte parecem adquiridos ao preço de qualidade morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior: mas ao mesmo tempo, o homem se transforma em escravos de outros homens ou da sua própria infâmia (MARX, 1856, s.p., tradução e ênfase nossas)*².

Impressionante como a descrição de Marx é tão atual para a nossa vivência de terceirização. A necessidade de nos tornarmos notados e termos voz fez com que nós fôssemos a vanguarda em fundarmos a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ATTUFRJ), pois estávamos cansados de tanta humilhação e desrespeito. Embora tenha um sindicato que represente a categoria, que é o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, esse infelizmente fecha com as empresas ao invés de cuidar e proteger os trabalhadores.

Em 2014, as empresas que estavam na UFRJ começaram a dar problema, saíam e deixava m os trabalhadores na mão. Não davam satisfação, não pagavam a recisão e nem os direitos dos trabalhadores. Nessa época eu era terceirizada também, trabalhava de porteira pela

¹ Presidente da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ)

² Discurso divulgado na ocasião de celebração do aniversário do *People's Paper*, em 1856. Disponível em: < <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1856/04/14.htm>>

empresa AJCL que fez a mesma coisa. Só que a história nos mostra vários levantes e resistência da classe trabalhadora e que só com luta alcançamos a vitória. Juntei os terceirizados e com apoio dos estudantes e do sindicato dos docentes e dos servidores ocupamos a reitoria. Eram mais de 100 trabalhadores, fizemos manifestações, palavras de ordem e dissemos que só sairíamos com o salário na conta.

A essa altura, a reitoria, para resolver o problema e dispersar a os trabalhadores, sugeriu que criássemos uma comissão com cinco pessoas para as negociações. Assim foi feito: eu e mais quatro pessoas ficamos nas negociações e passávamos os informes para os outros. Foi uma semana de negociação e saímos de lá com nossos direitos depositados nas contas. Aproveitando aquele momento de luta, sugeri aos meus colegas que fundássemos uma associação para pleitearmos outros direitos e assim foi feito. Era final de 2014, e em abril de 2015 fizemos uma assembléia e fundamos a associação. Desde então conseguimos uma boa relação com a reitoria, que passou a ter mais cuidados com as licitações e a nos receber com mais frequência e também conquistamos alguns direitos que não tínhamos, como almoçar no bandejão, mais respeito e visibilidade para a comunidade acadêmica e o principal: quando as empresas não cumpriam com seus deveres, a reitoria não pagava a nota e remetia o pagamento direto aos trabalhadores. Esse ano de 2023 faremos 8 anos de luta, dedicação e reconhecimento do trabalhador terceirizado. Todo problema que há com as empresas é remetido a nós e imediatamente passado para a reitoria que toma as providências cabíveis.

Nosso principal objetivo com a criação da associação foi dar aos trabalhadores voz, visibilidade, respeito, dignidade e igualdade. Para que ele pudesse se sentir ainda que não cem por cento, pelo menos setenta por cento parte integrante do corpo trabalhista da UFRJ. Sabemos que é uma luta a longo prazo, mas não desistiremos. Até a vitória sempre!

Nesses oito anos de existência, tivemos e temos muitos desafios, haja vista que com a terceirização os direitos são precarizados, pois a lei especifica quais são os direitos do trabalhador temporário (na prática terceirização), registrando-os em relação às garantias contidas na CLT: não há direito a aviso prévio, FGTS e cláusulas de acordos e convenções coletivas da categoria preponderante. Assim, passa a existir um maior controle da empresa tomadora (para a qual, de fato, o empregado trabalha) sobre o empregado terceirizado, o que facilita a representação de sua participação sindical. Ademais, é preciso reconhecer que o empregado está evidentemente fragilizado pelas condições já citadas anteriormente. Toda essa movimentação da terceirização leva a desconcentração do número de trabalhadores no mesmo local e uma descentralização da atividade produtiva das empresas, gerando o aumento de rotatividade de mão de obra e negação, na prática, dos direitos sindicais, com a quebra da cidadania do trabalhador, de resto já bastante atacada. Como podemos notar, não são poucos os desafios mas por causa deles buscamos todos os dias grandes conquistas. Pois cada etapa vencida, é vitória dos trabalhadores. E assim seguimos.

Desde 2015 estamos trabalhando para garantir melhores condições trabalhistas aos trabalhadores. Nossas conquistas elevaram a confiança dos trabalhadores na ATTUFRJ. Além de o bandejão ficar liberado quando o vale alimentação não cai, conseguimos trocar encarregadas(os) e empresas que assediam os trabalhadores, fechamos unidades para impedir os trabalhadores de trabalharem quando há falta de salários, participamos do Conselho Universitário da UFRJ - CONSUNI - (através dos alunos que pedem a palavra para ATTUFRJ) quando há qualquer demanda emergencial, sempre fazemos arrecadação de cestas básicas para suporte alimentar, organizamos e conscientizamos os trabalhadores para importância da luta, enfim, estamos sempre atentos aos

movimentos das empresas em relação aos trabalhadores. A mais recente conquista foi quando o governo cortou a verba e nós fomos pra as ruas com os terceirizados, estudantes e professores manifestar nossa indignação e por conta disso o MEC liberou a verba e estudantes e trabalhadores receberam seus salários três dias antes do Natal e puderam garantir pelo menos um jantar na mesa.

É necessário ressaltar que em uma comunidade acadêmica precisamos de tudo e de todos, ainda mais se tratando de uma classe da base da pirâmide. O movimento estudantil historicamente tem uma trajetória de luta e resistência, nada mais justo do que pedir ajuda aos estudantes, pois sempre se prontificaram a defender os interesses dos trabalhadores ajudando nas paralisações e fazendo piquetes para que os mesmos não trabalhassem enquanto não recebessem ou sofressem algum assédio moral. E assim começou nossa parceria.

Toda luta e opressão vivenciada pelos trabalhadores deve ecoar mundo a fora. E nós fomos premiados por encontrar um estudante de psicologia que queria levar para além da Cidade Universitária as nossas lutas por direitos, nosso grito de dor por opressões e igualdade. É do conhecimento de todos que essa classe proletária tem cor e laços de exclusão social e econômica dos negros e das negras. O racismo contemporâneo tem fortes componentes econômicos, mas sobretudo políticos, sociais e culturais. Um componente ideológico que tem raiz no nosso passado colonial e escravagista. Por isso é importante ressaltar que a luta da terceirização da UFRJ vai além de simplesmente direitos trabalhistas. E com isso é importante que estudantes como Sergio Guimarães - psicólogo que teve sua pesquisa voltada para a saúde mental e o bem estar dos trabalhadores terceirizados - contribuam para revelar as mazelas e sequelas que um trabalhador pode carregar para o resto da vida quando seu trabalho não é adequadamente qualificado e respeitado.

Foi uma satisfação muito grande para nós da ATTUFRJ quando o Sergio nos procurou para fazer entrevistas conosco e com os terceirizados, querendo saber como a saúde mental interferia no dia-a-dia do trabalhador que vive sob pressão, opressão e assédio. Esse tipo de pesquisa é fundamental para dar visibilidade à precarização do trabalho terceirizado, seja ele em seu aspecto físico ou psicológico.

Essa pesquisa traz uma reflexão do ponto de vista exógeno da vida cotidiana do trabalhador terceirizado que tem suas condições insalubres e salariais precarizadas, pois isso perpassa para sua vida privada quando falta a comida, quando não se consegue pagar um aluguel, ou seja, quando faltam as condições básicas de vida. Na pandemia então isso ficou muito evidente, pois além de terem que trabalhar sem EPI's, demoraram para dispensar os idosos, e os que ficaram trabalhando as empresas não colocavam em rodízio e ainda tiveram que lidar com a morte de muitos colegas. Então, quando você tem estudantes que se preocupam com isso e colocam em um meio de comunicação que vai alcançar milhares de pessoas, isso renova as esperanças e nos faz crer que uma transformação social é possível.

Em nome da ATTUFRJ eu agradeço profundamente ao Sergio Guimarães essa oportunidade que nos foi dada. E eu termino com um trecho da música *Canto das Três Raças*.

“E ecoa noite e dia

É ensurdecedor

Ai, mas que agonia

O canto do trabalhador

Esse canto que devia

Ser um canto de alegria

Soa apenas como soluçar de dor”

LISTA DE SIGLAS

ANS	Análise de Núcleos de Sentido
ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia
ATTUFRJ	Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCMN	Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CLA	Centro de Letras e Artes
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CT	Centro de Tecnologia
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FCC	Fórum de Ciência e Cultura

FUNCOGE	Fundação Comitê de Gestão Empresarial
IMA	Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano
IP	Instituto de Psicologia
MEI	Micro-empendedor Individual
MTB	Ministério do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NIDES	Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social
PJ	Pessoa Jurídica
PPGP	Programa de Pós Graduação em Psicologia
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SINTUF RJ	Sindicato dos trabalhadores em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

MENSAGEM DO AUTOR

Este livro reúne elementos derivados de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e vinculada ao Núcleo *Trabalho Vivo* - Pesquisas e Intervenções em Arte, Trabalho, Clínica e Ações Coletivas, do mesmo instituto, sob a orientação do professor João Batista Ferreira. Trata-se de estudo realizado nos anos de 2017 e 2018 que foi gestado à ocasião das greves e paralisações ocorridas na UFRJ, mobilizadas principalmente por reivindicações de caráter trabalhista.

Os sujeitos protagonistas do estudo foram trabalhadoras e trabalhadores, com vínculo contratual terceirizado, que ocupavam o cargo de auxiliar de serviços gerais na instituição. Histórias que, em sua singularidade, forneceram subsídios para análises acerca dos processos de precarização estrutural do trabalho e seus correlatos subjetivos que, em seus fundamentos, espelham aspectos mais amplificados de um panorama global de submissão da vida/trabalho à tirania brutal do modo de produção capitalista neoliberal e sua fome insaciável de produção de mercadoria e valorização do valor. Axiomática alicerçada por práticas colonialistas de caráter racista, sexista e excludente que, em seu exercício, contribuem para a manutenção secular de privilégios e a produção de assimetrias sociais: aspectos que encontram nas situações de trabalho um palco privilegiado para sua manifestação.

Na esteira da acumulação capitalista, a terceirização revela-se como uma de suas principais vertentes e, com o passar do tempo, vem dividindo

espaço com novas modalidades exploratórias estrategicamente difundidas por simulacros desenvolvimentistas como partes integrantes de uma espécie de "modernização" irrefutável e até mesmo necessária. Fenômeno que se capilariza por diferentes âmbitos do campo social, como na educação pública - particularmente nas universidades - que, durante décadas, vem sendo alvo de um projeto macropolítico de desmontes, desassistência, retirada de recursos e ataques negacionistas. Instituições que, mesmo diante deste contexto, resistem e mantêm, de uma forma ou de outra, a qualidade e rigor de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão direcionadas para o avanço do conhecimento científico, sua aplicação prática cotidiana e seu compromisso ético-político de transformação social da realidade concreta.

Afirmo, com orgulho e gratidão, que todos os conteúdos que aqui serão apresentados - derivados de uma práxis de pesquisa - foram germinados, planejados, apoiados, financiados e realizados no seio de uma universidade pública, brasileira, gratuita e democrática, responsável pelo meu processo de formação acadêmica, profissional e também cidadã.

Diante desse mosaico, estimo que as reflexões aqui contidas se articulem com movimentos de lutas interseccionais mais amplificadas em prol da garantia de direitos, proteção da dignidade e saúde no trabalho, redução de desigualdades historicamente consolidadas e promoção de justiça social. Que este livro, em seus raios de alcance e destinos sempre imprevisíveis, inspire contágios e esteja vinculado a mecanismos de desobediência, ousadia, transgressão, enfrentamento e resistências - como brechas possíveis dentro da porosidade do sistema social do capital que, de alguma maneira, não se deixam colonizar por sua lógica.

Afinal, a quem interessa a construção de pensamentos críticos?

Terceirização tem cor e gênero.

Pixação feita em muro da UFRJ à ocasião das greves realizadas em 2015.

SUMÁRIO

PRÓLOGO <i>Ana Magnólia Mendes</i>	24
PREFÁCIO POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA ÀS RUÍNAS DO MUNDO <i>João Ferreira</i>	27
1 INTRODUÇÃO: O SONO DAS VASSOURAS	36
2 PRESENCAS UBÍQUAS	52
3 NOTAS SOBRE DISPOSITIVOS IRRESISTÍVEIS	78
4 TERCEIRIZAÇÃO: VETOR DA AXIOMÁTICA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL	123
5 NO MEIO DO CAMINHO	149
6 OKUPA E RESISTE	178
7 AÇÃO CUPIM	198
8 APONTAMENTOS FINAIS: POEIRAS DE VIDA	222

REFERÊNCIAS	240
AGRADECIMENTOS	250
POSFÁCIO <i>Fernando Gastal de Castro</i>	254
SOBRE O AUTOR	262

TERCEIRIZHÇN
TEM COR E
GENERO

PRÓLOGO

Ana Magnólia Mendes ¹

Poeiras de vida trata das múltiplas possibilidades de insistir e persistir no desejo de viver. Diz de um autor que transforma, se inventa e nos faz nos conectar com a subversão. É um divisor de águas, uma aposta epistemológica para pensar saídas que permitam dar visibilidade às desmesuras do trabalho humano, estudado por uma psicologia do emprego, funcional, sem marcas históricas e culturais. Uma dessas desmesuras é a terceirização que surge como causa de prática perversa do *hypercapitalismo*, uma tentativa de colonização da subjetividade pelo uso de artifícios de poder que produzem a conformação e a passividade. Mas o autor insiste e aponta saídas! Nos oferece, como um feixe de luz, sua aposta na decolonização da psicologia do trabalho ao analisar as narrativas de uma época (2017-2018) propondo uma política de resistência e uma atualização paradigmática, que faz toda a diferença na luta pelo “direito à vida”, como ele diz. A obra lança luz sobre a invisibilidade das lutas, a indignação e as reivindicações. Nas narrativas é possível encontrar os furos no discurso que impõe um lugar aos terceirizados, sustentado pelas práticas assimétricas de gestão e pelo tratamento dado a estes trabalhadores como objetos a serem disponibilizados quando da necessidade de mercado ou de serviços. A obra também faz uma crítica importante à terceirização na universidade e ao descaso com os direitos dos trabalhadores. Ao longo

¹ Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB)

da leitura nos é revelado de modo afirmativo os equívocos narrados no discurso, nas práticas de gestão e nos modos de construção do saber nas universidades. Saber fundado na verdade e na produção de um saber sobre o trabalho sem sujeito! Se não tem sujeito, como ter saber? A leitura me fez pensar na ética como uma das possibilidades para sustentar o desejo de teimar em viver. Desejo que faz laço social com o outro na confrontação com o Outro. Assim, aposto na teimosia do autor em persistir no seu desejo de ser um pesquisador que faz diferente e faz a diferença. Ler esse livro é para além de uma aprendizagem de conceitos, é entrar em contato com uma saída ético-política no modo de fazer ciência e de criar novos campos de saber, como diz o próprio autor “...é um jeito de dizer não ao que está posto, de resistir de alguma maneira, de inventar outros possíveis...”.

**TERCEIRIZÇIN
TEM COR E
GENERO**

PREFÁCIO

POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA ÀS RUÍNAS DO MUNDO

*João Ferreira*¹

Conhecer uma sociedade é saber o quanto ela é capaz de explorar e produzir danos à vida. É conhecer as urgências cotidianas de tantas pessoas com vidas precarizadas, resultantes das desigualdades sociais – que deveriam soar alarmantes e reconhecidas como formas graves de violências. Conhecer uma sociedade é também compreender como essas pessoas resistem e lutam pelo direito fundamental de existir. E de que modo tais resistências não se dissociam das lutas por políticas sociais e por transformações mais amplas das estruturas de dominação.

As desigualdades sociais atravessam a história. Mas – no capitalismo neoliberal – ganharam atualizações inéditas, continuamente modernizadas, que alcançaram escalas de expropriação e precarizações massivas da vida e do trabalho. Sistema que articula – com flexibilidade infinita, sem limites – novas estruturas e dispositivos de poder abusivo. Sistema que define os sentidos do mundo, com parafernalias de controle e manipulação que vão muito além das empresas privadas, que se irradiaram para organizações sociais e públicas... E buscam capturar todas as esferas da vida.

Os sentidos que movem a pesquisa que Sergio Guimarães nos apresenta neste importante livro – *Poeiras de vida: terceirização, subjetividade e possíveis resistências* – são animados pelo imperativo

¹ Professor Associado do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ

ético-político essencial de conhecer para agir, conhecer para testemunhar, para defender os direitos das/os trabalhadoras/es à dignidade. Imperativo de fazer valer o que dá mais sentido à existência – *o direito a ter direitos*, na proposição de Hannah Arendt.

A partir de encontros coletivos, entrevistas, conversas e escutas sensíveis das histórias de trabalho e de vida de mulheres que realizam atividades de limpeza em uma universidade pública, mulheres com rostos e nomes – Dora, Maria, Neide, Cleuza, Tide e Eliane – Sergio realiza – com muito cuidado, profundo respeito, consistência teórica e prática – uma composição do campo problemático desse universo de trabalho. Composição norteadas por análises das “articulações entre terceirização e processos de subjetivação e, particularmente, os desafios e possibilidades de enfrentamento coletivo e resistência política em situações de trabalho precarizado e ameaças à garantia de direitos” (p. 204).

Percorrer mais a fundo essa complexidade é um ato ético-político maior. Caminho necessário para amplificar as forças e arranjos desses difíceis enfrentamentos. Para enfatizar a responsabilidade (que deveria ser de todes) pela afirmação das formas de vida ética e politicamente referenciadas. Imperativo que demanda implicar-se com a emergência dos movimentos (menores e maiores) de resistência e transformação dessas estruturas. Perspectiva que ultrapassa o âmbito da pesquisa e serve como referência central para legitimar (ou deslegitimar) nossas ações no mundo. Critério para validar os modos de produzir conhecimento e – em última e primeira instância – as formas de existir. Legitimação que o autor convoca a partir de referenciais da psicologia que, com muita pertinência, estende para outros campos do saber para pontuar questões fundamentais.

Neste percurso, como legitimar as pesquisas (e outras ações no mundo) não implicadas com a afirmação e o respeito à vida digna: o valor que dá sentido aos demais valores? Como as omissões diante da banalização das injustiças sociais da máquina do mundo neoliberal nos tornam – direta ou indiretamente – reprodutores dessas violências (tantas e tantas vezes naturalizadas e invisibilizadas)? Interrogações como essas mostram a força política desse trabalho. Perguntas que circulam nas dimensões epistemológicas, éticas, políticas, estéticas, metodológicas e ontológicas dos modos de existência no trabalho e além. A pixação que circulava nas redes sociais tempos atrás – *para que(m) serve teu conhecimento?* – é uma das muitas ressonâncias desta investigação que nos remetem para dimensões ontológicas maiores – *para que(m) serve teu modo de existir?*

Com estas perspectivas, destacamos aqui as análises dessas situações de trabalho, entendidas como microcosmos atravessados por linhas de forças mais amplas do campo social, relacionadas aos modos de precarização do trabalho e da vida dessas mulheres. Análises com as quais o autor transita na complexa articulação das esferas macro e microsociais – históricas, econômicas, políticas, culturais, sistêmicas, relacionais e organizacionais – que incidem nestas situações de trabalho.

Na linha dos destaques desta pesquisa, está o protagonismo das histórias de vida das trabalhadoras com as quais vamos conhecendo – a cada cena, fala, gesto, movimento, fotografias (realizadas pelas participantes) – os múltiplos planos de suas existências, que ganham formas nos seus modos de sentir, pensar e agir nestas situações. Dora, Maria, Neide, Cleuza, Tide e Eliane têm muito a dizer, pois conhecem o mundo como ninguém. São histórias secretas dos silêncios, em que nos

contam, por exemplo, que precisaram paralisar suas atividades para que se tornassem visíveis: ganharam outras existências quando o trabalho deixou de ser realizado. Reconhecimento paradoxal. Pelo avesso.

Sergio descreve estas histórias com rara habilidade poética. Escapa das estereotípias acadêmicas, das fórmulas nas quais as pesquisas (não poucas vezes) são aprisionadas. Sem cair nas armadilhas do esteticismo (dos efeitos das “frases que querem ser belas”, que se descolam dessas vidas e configuram assim outra forma de expropriação). Sem descuidar do fazer rigoroso da investigação – com a escolha de referências críticas para discutir temas tão graves – o autor faz dessa pesquisa uma *poética*, como do ato de fazer do texto um espaço de expressão, como ato de tornar presentes, intensas e vivas as falas dessas mulheres sobre suas histórias de lutas.

Outro destaque dessa composição, é a relevância simbólica e política da epígrafe-manifesto realçada na pixação de um dos muros da universidade na época das greves de 2015: *terceirização tem cor e gênero*. Epígrafe-síntese que vai direto a um ponto chave da precariedade operada pela terceirização. Manifesto que se faz também presente neste estudo, convocando nossos olhares, leituras, ações para que – de fato – sejam considerados os aspectos multidimensionais, transversais, interseccionais e transdisciplinares dos processos de exclusão de gênero, do racismo estrutural, entre outros, dos quais se alimenta o capitalismo neoliberal.

A partir destes questionamentos, Sergio vai ressaltar as dimensões maiores das quais derivam tais expropriações: “(...) a racionalidade neoliberal é racializada (assim como marcada por categorias como gênero, classe social, sexualidade, idade, região geográfica etc.) e que as ofensivas do capital, em seus diferentes raios de alcance, tendem a

adequar sujeitos a uma norma referencial que é branca, eurocentrada, masculina, heteronormativa, cristã e burguesa por excelência. Nas margens desse padrão, encontram-se aqueles sujeitos “desviantes”, errantes, que são marginalizados, diagnosticados, “psicologizados”, encarcerados, violentados e excluídos socialmente, em uma trama que evidencia os efeitos dos processos históricos de colonialidade do poder, do saber e do trabalhar” (p. 215).

Com esta forma especial de atenção à vida, o autor compõe um diagrama crítico das forças e formas de capturas e expropriações existenciais. Composição que vai além dos graves e necessários diagnósticos dos efeitos nocivos dos processos de flexibilização – que usam a terceirização como via preferencial para fazer valer a racionalidade dogmática do neoliberalismo. Arranjo que vai tecendo – de modo bem articulado e fundamentado – uma cartografia das forças e formas de vida do trabalho, com a qual mapeia movimentos de rupturas e resistências das pessoas com quem conviveu e se vinculou ao longo da investigação. Resistências que – na potente imagem das *poeiras de vida* – são “formas de enfrentamento micro ou macropolítico que, assim como poeiras acumuladas nos espaços da universidade, se dão por todos os cantos, de formas nem sempre tão visíveis e organizadas. Como pontos irregulares que, apesar de sofrerem constantes tentativas de eliminação, insistem em lá permanecer” (p. 204).

Enfrentamentos que ganharam corpo e força política significativa com a criação e as participações das entrevistadas na Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ). Organização de classe criada com as mobilizações coletivas e as lutas pela garantia dos direitos trabalhistas. Que obteve conquistas relevantes para a categoria. E se

tornou um espaço de referência contra as forças tão desiguais de dominação das empresas terceirizadas.

Merecem registro os cuidados de Sergio com as participantes da pesquisa como, por exemplo: solicitar a mudança do local da defesa do mestrado para o campus da Universidade que possibilitasse suas presenças; convidar integrantes da ATTUFRJ para escrever um texto – incluído neste livro – sobre suas experiências de mobilização e de lutas.

A pesquisa realizada por Sergio integra uma brilhante trajetória acadêmica de pesquisador, conjugada às suas experiências como psicólogo clínico, do trabalho e professor – e para nossa sorte agora professor integrante do Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da UFRJ. Pesquisa que ganhou os primeiros movimentos no trabalho de conclusão do Curso de Psicologia da UFRJ e, na sequência, na dissertação de mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da mesma Universidade, e vinculada ao Núcleo Trabalho Vivo – Pesquisas e Intervenções em Arte, Trabalho, Clínica e Ações Coletivas. Vale destacar as contribuições de integrantes da banca avaliadora, nos momentos da qualificação e da defesa do mestrado, realizadas pela profa. Leny Sato e pelo prof. Fernando Gastal de Castro.

É digno de registro também o cuidado do autor em não misturar questões facilmente capturadas por movimentos ultrarreacionários e extremistas de direita, que ganharam vulto no Brasil e no mundo nos últimos anos. Movimentos que não hesitaram em invadir e interromper eventos que discutiam as graves questões sociais que se acentuaram no país depois do golpe que derrubou Dilma Rousseff da presidência. O avanço da lógica neoliberal da terceirização sem limites, que vai alcançando as organizações públicas, não significa uma generalização indiscriminada dessa racionalidade para o conjunto de atividades

dessas instituições, responsáveis por parcelas significativas das atividades de ensino e pesquisa no país. Tal discussão, no entanto, deve servir de alerta para o avanço constante desses modelos que buscam dominar todas as esferas da sociedade, incluídas as universidades públicas.

O trabalho de criação de Sergio se junta às forças políticas das *ideias para adiar o fim do mundo*, como propõe Ailton Krenak. É uma poética da atenção aos sopros de vida. Arte de pesquisar e ampliar também as interlocuções e referências da psicologia para que se posicione criticamente, se integre e legitime nessas lutas. Arte de inventar outros mundos – nos quais a vida digna para todas/os/es seja de fato o valor mais importante. Valor a partir do qual todo o campo social possa se constituir – fundamento da construção de sociedades verdadeiramente democráticas.

Se hoje parece mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim da maquinaria autodestrutiva do neoliberalismo – nada mais urgente e vital do que criar espaços para a emergência das forças (mínimas e maiores) que se contraponham às dominações devastadoras que fragmentam e deixam o mundo em ruínas. Como nos diz o poeta beatnik Kenneth Rexroth – *a única defesa contra as ruínas do mundo é o ato de criação*. Se as *poeiras de vida* aparecem muitas vezes encobertas e misturadas às ruínas do neoliberalismo, os trabalhos individuais-coletivos de criação – como este livro de Sergio – potencializam a transformação dessas ruínas na matéria-prima de outros modos e sentidos de existência.

Com base nestes breves apontamentos, como não se sentir convocada/e/o pelo desejo do autor de “que este livro, em seus raios de alcance e destinos sempre imprevisíveis, inspire contágios e esteja

vinculado a mecanismos de desobediência, ousadia, transgressão, enfrentamento e resistências – como brechas possíveis dentro da porosidade do sistema social do capital que, de alguma maneira, não se deixam colonizar por sua lógica” (p. 12). Desejo que se conjuga, de múltiplos modos, à criação coletiva, articulada e diversa de operadores micro e macropolíticos da vida digna – operadores ontológicos que dão sentidos maiores às existências. Que amplificam os poderes constituintes para a atenção e a criação contínuas de políticas de resistência às ruínas do mundo.

TERCEIRIZÇON
TEM COR E
GENERO

1

INTRODUÇÃO: O SONO DAS VASSOURAS

Quem ousaria interromper o sono daquelas vassouras? Tal indagação pairava de maneira preocupante pelos cantos, esquinas e curvas daquele longo corredor retangular. Espaço que outrora testemunhava uma circulação desatenta de pessoas que azeitavam a movimentação das barracas de refeições, doces e salgados de diferentes sortes que o margeavam de uma ponta a outra, trazendo um mix sensorial de sabores, aromas e gostos por vezes duvidosos.

Composto por mesas e cadeiras multiformes, o espaço era palco de passagens, trocas, esbarrões, cobranças, entreolhares e também de conversas prolongadas e preciosos momentos de estudo coletivo entre a/os transeuntes acadêmica/os que traziam vida para o simétrico corredor da universidade. Vida que agora parecia ser percebida pela sua ausência.

É bem verdade que tanto o chão machucado quanto o teto debruçado daquele corredor nunca foram alvo de atenções regulares. Falo por mim que, desde aquele instante, nunca os tinha percebido enquanto tal. Mesmo informado sobre a situação do espaço e com algumas poucas informações prévias acerca do que se passava naquele contexto, me lancei ao encontro do familiar - agora estranho - espaço que me recebeu de forma espantosa.

Foi a primeira vez que senti o meu rosto tocado pelo vento enquanto atravessava alguns dos quadrantes entre a segunda e a terceira ala do antigo corredor. Brisas tímidas podiam, agora, escoar de

uma ponta a outra sem obstáculos em seu percurso. Em seu bailado, carregavam consigo elementos que insistiam em ficar naquele local, dando pistas dos momentos de vida que ali aconteceram. Latas de refrigerante deixavam-se arrastar por longos centímetros até esbarrarem em guardanapos marcados por batons coloridos e cascas de banana que faziam transbordar as retilíneas lixeiras que há tempos não sentiam o prazer de serem preenchidas por completo. Nem as folhas da grande árvore torta (quase morta) resistiram à estranha movimentação que ocorria ali embaixo e, assim, deixavam-se tombar para também integrarem lentamente o movimento.

Restos de vida embalados pelo vento que os fazia passear por cantos jamais experimentados. Dejetos que outrora viam o seu curto período de deleite interrompido pelo inesperado toque dos fios de vassouras e a sensação de esmagamento no pequeno vácuo que estes permitiam na sua ação conjunta com pás que os destinavam sem surpresa para o fundo de lixeiras sempre vazias.

O que teria acontecido àquelas vassouras? Tomado pela curiosidade que, segundo alguns amigos e amigas, me é característica e por um desejo de confirmar minhas suposições, caminhei em direção ao espaço no qual acreditava que poderia encontrá-las. Rememoro que, durante o curto trajeto, tive a estranha sensação de ser a única pessoa presente naquele corredor que sabia, de fato, o que estava acontecendo ali. Espécie de incômodo e certo prazer pelo que estava diante do meu corpo. Era minimamente curioso ter que confessar para mim mesmo que aquilo me agradava enquanto aos meus ouvidos apenas chegavam reclamações e lamentos acerca daquela situação.

Ao girar a grande fechadura oval e abrir com cuidado a porta do cômodo-quarto, fui tomado por uma sensação de alívio que confirmou

o esconderijo que eu atribuíra às vassouras. Lá estavam elas, repousando umas sobre as outras num sono que pedia para não ser interrompido. Vassouras que dormiam, apesar de tudo. Presumo que não experimentaram parecido conforto desde quando encontravam-se na posição de simples matérias primas para sei lá o quê.

Na intenção de não acordá-las, arrastei a porta com máxima cautela e continuei mirando o espaço até o último feixe de luz na parede desaparecer. Pé após pé e, enfim, porta novamente fechada. Em mim, sentia como se ali estivesse sendo escondido um tesouro, algo voluntariamente guardado que não poderia ser por ninguém encontrado, uma importância que não merecia ser descoberta de forma descuidada por pessoa qualquer. Como se eu fosse testemunha, cúmplice e aliado confesso de algo que eu nem sabia ao certo identificar. Era bem verdade que eu não queria que o sono daquelas vassouras fosse interrompido.

Os efeitos do seu sono por diversas pessoas estavam sendo percebidos, sentidos, e os impactos da sua preguiça voluntária ecoavam a quatro cantos. Quem poderia sequer imaginar as consequências do sono prolongado de vassouras outrora tão ignoradas? Acompanhado da sensação de estar sendo observado, tomei as rédeas do meu caminho de volta pelo corredor polimorfo e percebi que banheiros, saguões e escadas adjacentes também compartilhavam de suas características. Era como se toda a universidade estivesse coberta por um manto de poeira.

Diante daquele hiato-silêncio, o ruído da crocância do conjunto de pipocas recém mordido nunca havia sido tão notado. Seu barulho parecia ecoar corredor abaixo em decibéis perturbadores. Passando por lixeiras-cachoeiras, em meio à mansa chuva de folhas e tropeçando por

restos de vida aqui e acolá, segui o meu caminho de volta para casa imbuído do desejo de compartilhar meus afetos e observações com quem, de fato, protagonizava toda aquela situação. Era 2015 e eu refletia com meus botões sobre o que ali estava acontecendo: uma paralisação seguida por greve dos trabalhadoras e trabalhadores subcontratados da universidade.

Era curioso notar como aquela greve trazia consigo uma outra configuração, ritmo e vida para os espaços da instituição. Vida residual, composta por restos e sobras recentemente ignorados e deixados à margem de outros movimentos tidos como vitais para o bom funcionamento do local. Descartes que, agora notados, ocupavam os espaços da universidade e revelavam, por meio da sua simples presença, que algo de estranho acontecia ali.

Televisionada, reportada e difundida em caracteres virtuais, algoritmos calculados e impressos de diferentes formas, a paralisação - organizada pelos subcontratados principalmente devido ao atraso de salários e não cumprimento de direitos trabalhistas - alcançou dimensões talvez não previstas e seu raio de alcance afetou discentes, docentes, funcionárias e funcionários técnica/os e outros sujeitos que testemunharam a suspensão de aulas e atividades gerais da universidade. E a mim também.

Manchetes intituladas *Greve de terceirizados deixa UFRJ na sujeira; funcionários não recebem há dois meses*¹; *UFRJ adia início das aulas por*

¹ Título de matéria jornalística disponível no site R7.com em 29 de outubro de 2015. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/balanco-geral-rj/videos/greve-de-terceirizados-deixa-ufrj-na-sujeira-funcionarios-nao-recebem-ha-dois-meses-29102015>.

*atraso no pagamento de funcionários*²; *Greve de terceirizados fecha faculdade da UFRJ*³; catapultavam a novidade para todo canto, fazendo alarde sobre o que acontecia no local. De repente, holofotes viraram-se para um ambiente cuja dinâmica regular era desconsiderada e até mesmo esquecida diante da banalidade dos dias cotidianos. A universidade timidamente tornava-se questão passível a observações, opiniões e olhares provenientes de diferentes fontes.

O que se observava eram vasos sanitários, torneiras, lixeiras e salas de aula que transbordavam para além de seus limites e margens habituais. Era como se cada canto da universidade não pudesse mais se conter e nem reter o que ali acontecia. Algo que não podia mais ser contido, guardado, recolhido, eliminado ou varrido para debaixo do que quer que seja. A universidade transbordava, transbordava-se, e dava sinais de vida por meio de seus restos, resíduos, objetos descartados que traziam consigo pistas de histórias que ali aconteceram. Seu vazamento - este movimento de não poder mais se conter - deixava-a até mais colorida e diversificada, fosse pelos odores que escapavam dos sanitários ou pelos objetos-memórias deixados sob as carteiras das salas de aula. Cenário espantoso para quem o testemunhava. Algo ali resolveu teimar e resistir na intenção de não deixar-se ficar mais do jeito que estava. Como uma espécie de reclame que convocava um deslocamento, uma tomada de outro caminho, uma virada de curva, uma movimentação outra, para além dos processos de desmonte (da

² Título de matéria jornalística disponível no site [bonde.com.br](https://www.bonde.com.br) em 27 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/educacao/ensino/ufjr-adia-inicio-das-aulas-por-atraso-no-pagamento-de-funcionarios-360060.html>.

³ Título de matéria jornalística disponível no site [redetv.uol.com.br](http://www.redetv.uol.com.br) em 12 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.redetv.uol.com.br/videos/redetv-news/greve-de-terceirizados-fecha-faculdade-da-ufjr>.

educação pública) de nível macropolítico que já afetavam a dinâmica do local de diferentes maneiras.

Ora, por que agora era necessário dar atenção aos restos produzidos pela universidade? Quais fatores estavam no interior dessa paralisação? Quais teriam sido as suas condições de possibilidade? O que, afinal, aqueles restos tinham a dizer? A situação ali encontrada - para além da busca por soluções rápidas que amenizassem o problema e redirecionassem o local ao seu funcionamento e dinâmica regulares - apresentava-se como um convite para se pensar as relações de trabalho presentes na instituição, principalmente no que tange aos sujeitos subcontratados responsáveis por atividades de limpeza e manutenção de suas unidades. Os “terceirizados”, assim chamados. Trabalho que se tornou notável por meio das incômodas consequências de sua ausência.

Ausência sentida pelo não recolhimento dos restos produzidos pela própria universidade e pelas consequências deste não-fazer que, no limite, fez com que a dinâmica da instituição desse uma pausa preocupante - e necessária. Pausa que direcionou olhares e atenções para trabalhadoras e trabalhadores que intencionalmente preferiam não interromper e nem perturbar o sono daquelas vassouras. Seu sono perturbava instâncias outras e exigia reflexões acerca das condições trabalhistas daquelas pessoas. Relações laborais cotidianamente atravessadas por processos de negação e perda de direitos, como recorrente atraso de salários, invisibilidade por parte de discentes e docentes, formas de exclusão, desigualdades e discriminações de diversas sortes, que dificultavam as possíveis brechas para movimentos de enfrentamento e resistência em prol de sua transformação. Daí a relevância da greve em questão.

Imerso naquele contexto, como discente da instituição, fui afetado pela suspensão das atividades e pela quantidade de sujeira que agora anunciava graves questões da universidade. De forma distinta das outras pessoas com quem mantinha contato, confesso que sentia um certo prazer ao ter que desviar de algum resíduo presente no chão de um corredor qualquer e satisfação ao saber que a greve, mais uma vez, não seria suspensa. Aquele lixo todo curiosamente me agradava. Seus odores e presença aparentemente desconfortáveis estavam acompanhados de uma atenção forçadamente direcionada para as reivindicações das trabalhadoras e trabalhadores subcontractados. Pessoas com as quais eu mantinha relações e contatos cultivados anos atrás, no decorrer do meu percurso acadêmico como aluno do curso de graduação em psicologia.

Desde acenos e cumprimentos tímidos nos intervalos entre uma aula e outra, a conversas mais prolongadas em bebedouros e outras áreas externas, sentia-me afetado pela presença dos sujeitos que trabalhavam na universidade ao longo do meu processo de formação. A eles direcionava certa curiosidade referente à dinâmica das atividades rotineiras com as quais estavam envolvidos. Em paralelo, a maneira como eram despercebidos - e até ignorados - pelos transeuntes do local me gerava incômodos e diversas indagações, que eu insistia em guardar comigo. Desta forma, busquei manter contato com essas trabalhadoras e trabalhadores de modo que tal intenção materializou-se, primeiramente, na proposta de pesquisa referente ao meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)⁴, realizado no ano de 2014. Ao longo dos anos,

⁴ Os principais achados deste trabalho podem ser encontrados, de modo sintetizado, nos artigos intitulados "Sujeito em terceiro plano: uma reflexão crítica acerca da articulação entre a dinâmica da terceirização e processos de subjetivação" (GUIMARÃES JUNIOR & FERREIRA, 2018), publicado na Revista

fortalecemos nosso contato e parceria principalmente através de atividades, alguns encontros e do meu vínculo afetivo com a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ)⁵. Neste processo, encontrei o empuxo para trazer ao debate coletivo os questionamentos e reflexões que outrora estavam cerceados nos limites dos meus pensamentos.

Desde então, mantivemos contato e cultivamos, em nossas diferenças, uma relação de parceria, ajuda mútua, intenções coletivas, enfrentamentos, angústias e desejos compartilhados. Ao conhecer de forma mais detalhada a história de algumas dessas pessoas - e também me deixar conhecer por elas - senti que poderíamos materializar questões, problemas e reivindicações comuns em atividades do âmbito acadêmico, como pesquisas e trabalhos construídos coletivamente. Tal aposta provém da minha crença efetiva na potência e caráter transgressor da educação pública e dos processos de pesquisa como ação política, como modo de se posicionar no mundo, como *práxis* crítica e eticamente referenciada, como dispositivo conectado aos aspectos da realidade social concreta, propulsor analítico e elemento contribuinte do processo de transformação social em diferentes âmbitos.

Psicologia Organizações, e "Capturas e resistências à terceirização: estudo com trabalhadores de uma universidade pública" (BARBATI *et. al.*, 2016), publicado pela revista Trabalho En(Cena).

⁵ A ATTUFRJ é uma associação que foi criada no ano de 2015 pelas próprias trabalhadoras e trabalhadores subcontratada/os da universidade em parceria com algumas/alguns docentes e técnica/os da instituição. Resultado de um processo de lutas e mobilizações coletivas, constituiu-se enquanto organização de classe representativa dos sujeitos com vínculo de trabalho terceirizado e era considerada - à época da pesquisa (até 2019) - uma das poucas associações deste tipo existentes no país. Seu objetivo central está conectado com reivindicações em prol da garantia de direitos por parte das empresas terceirizadas, principalmente pagamento de salários e benefícios previstos contratualmente. Em seção posterior, abordaremos com mais detalhes a existência de tal associação no contexto da universidade e sua articulação com formas de resistência mobilizadas pelos sujeitos subcontratados.

Este percurso, em consonância com o contexto de greve anteriormente referido, é atravessado por questionamentos que se apresentam como necessários para a construção e pavimentação do caminho a ser desenvolvido na presente pesquisa. Questionamentos sob a forma de problema que, por si só, nos convida a formular questões. Nesta perspectiva, um bom problema (uma boa questão) é aquele que se desdobra em outros, ou seja, que convoca olhares e atenção cuidadosa para outras questões relevantes. Questões sobre algo que precisa ser problematizado e colocado em tensionamento. Assim, faz-se relevante o esforço de definir tal problema de pesquisa assim como a questão central que ele convoca para, a partir disso, seguir o nosso curso reflexivo.

O contexto de trabalho dos sujeitos subcontratados da universidade, constituído por relações laborais estruturalmente precarizadas, que ameaça a garantia de seus direitos e, muitas vezes, os nega de fato, revela-se como problema de pesquisa que está atravessado por questões de diferentes ordens. Entre elas, destacam-se as seguintes: como podemos situar e compreender o fenômeno da terceirização à luz das mutações do modo de produção capitalista? Quais as articulações entre a dinâmica da terceirização e processos de produção de subjetividade? Quais os correlatos subjetivos desse tipo de modalidade trabalhista? E, ainda, quais as condições de possibilidade de movimentos de resistência coletiva e enfrentamento político diante deste panorama? Tais questões abrigam em si uma multiplicidade de vetores de análise e perspectivas que aqui serão apresentadas e debatidas sob diferentes prismas. Tomando como ponto de partida essas considerações, a intenção principal deste estudo é promover

reflexões críticas e reunir elementos conceituais que nos permitam formular algumas respostas para tais questionamentos.

Afirma-se que analisar os aspectos envolvidos em situações de trabalho terceirizado é, no limite, perscrutar os efeitos da nova morfologia do capital neoliberal que se transmuta em variadas expressões de precarização nos modos de vida e trabalho na atualidade. Com base neste panorama, o objetivo do presente estudo foi analisar as articulações entre terceirização e processos de subjetivação e, particularmente, os desafios e possibilidades de enfrentamento coletivo e resistência política em situações de trabalho precarizado e ameaças à garantia de direitos. Para tal, serão apresentados dados e sinalizações de uma pesquisa de campo realizada nos anos de 2017 e 2018 com trabalhadora/es subcontratada/os que ocupam o cargo de “auxiliar de serviços gerais” na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Neste empreendimento, a complexidade dos aspectos envolvidos nos modos de vida e trabalho característicos da atual conjuntura neoliberal demanda análises cuidadosas que, em seus fundamentos ético-políticos, devem considerar tal diversidade. Deste modo, torna-se necessário então desenvolver uma perspectiva transdisciplinar que, de modo criterioso e qualificado, sirva de base para análises críticas bem fundamentadas. Diante deste mosaico, nota-se que formulações provenientes exclusivamente de determinadas vertentes e correntes teóricas não dão conta da problemática em questão e que os olhares direcionados para aspectos em torno do “trabalho” - enquanto categoria social, ontológica e identitária - demandam a articulação de diferentes proposições teóricas e conceituais. Deste modo, os referenciais teórico-metodológicos escolhidos para fundamentar as reflexões aqui propostas partem, principalmente, do campo da filosofia crítica, da

sociologia do trabalho e da psicodinâmica do trabalho, com as devidas adaptações para a realidade trabalhista brasileira. Suas contribuições articuladas às sinalizações oriundas da pesquisa de campo - cuja explicação consta em seção posterior - servirão de material para o desenvolvimento das análises em torno da questão central deste estudo.

Torna-se importante, desta maneira, situar nossas análises e localizar a terceirização como vetor da axiomática de acumulação do capital. Nesta perspectiva, defende-se que a análise dos processos de precarização estrutural do trabalho (que têm a terceirização como um de suas principais formas de manifestação) deve estar fundamentalmente atrelada aos esforços de compreensão crítica do processo sócio-histórico de estruturação de suas estruturas, ou seja, da investigação da anatomia característica do capitalismo enquanto sistema mundo que, em sua acepção neoliberal, globalizada, digital e financeira, alcança dimensões do campo social outrora inimagináveis. Assim, o colapso das relações de trabalho reflete o colapso cíclico do próprio sistema capitalista. As tentativas de compreender a dinâmica da terceirização sem situá-la no sistema político-econômico que a sustenta e sem localizá-la no interior dos modos de produção e acumulação que a justificam podem representar esforços superficiais que, em seu exercício, tendem a reduzir a complexidade deste fenômeno a apenas uma de suas vertentes. Investigar a dinâmica da terceirização por esse prisma nos permite então compreender suas raízes estruturais no interior do sistema do capital e também vislumbrar as possibilidades de resistência e mecanismos de enfrentamento coletivo diante de sua ampliação.

Diante dessas considerações iniciais, observa-se que o presente livro está estruturado da seguinte maneira: neste capítulo introdutório,

intitulado “*O sono das vassouras*”, apresenta-se o modo como a temática da terceirização na universidade emergiu enquanto problema de pesquisa e o desejo de levar este empreendimento acadêmico-afetivo adiante. Em seguida, o capítulo posterior - “*Presenças ubíquas*” - direciona seus esforços para o contexto no qual a pesquisa de campo foi realizada. Para além de observar o processo de precarização estrutural e de terceirização em sua perspectiva amplificada, o interesse desta seção é considerá-lo no contexto específico da universidade em questão. Em outras palavras, dedica-se a uma observação detalhada acerca da organização do trabalho da instituição, suas particularidades institucionais e a rotina laboral e atividades cotidianas dos sujeitos subcontratados que participaram da pesquisa. Neste capítulo também são apresentados os caminhos metodológicos adotados no estudo.

No terceiro capítulo, intitulado “*Notas sobre dispositivos irresistíveis*”, são desenvolvidas reflexões acerca das transformações sócio-históricas do modo de produção capitalista e seus desdobramentos no que diz respeito ao fenômeno da precarização estrutural dos modos de vida e trabalho (que encontram na terceirização uma de suas principais facetas) e os efeitos subjetivos que lhes são subjacentes. Busca-se analisar, de maneira amplificada, o processo que aqui denominamos de *estruturação das estruturas* precarizadas dos contextos de trabalho contemporâneos, na intenção de compreender seus efeitos e desdobramentos psicossociais no interior do modo de produção capitalista neoliberal. São analisados os aspectos basais das formas de dominação e exploração laboral e como os processos de colonização da vida e do trabalho pelo capital - fundamentalmente racista e misógino - alcançam dimensões outrora inimagináveis, configurando modos de mal estar e sofrimento psíquico

na atualidade, particularmente em contextos de terceirização. Em paralelo, são tecidos apontamentos críticos acerca das diferentes modalidades e facetas dos dispositivos de poder ao longo do tempo histórico, seus efeitos nos modos de viver e trabalhar, assim como limites e possibilidades de resistência e enfrentamento por parte da classe trabalhadora. Neste caminho, a relação poder-vida-trabalho será pensada a partir do jogo dos dispositivos de poder considerados "irresistíveis" em diferentes tipos de sociedade. Por fim, tais análises são deslocadas para a atualidade das situações de trabalho terceirizado considerando seus correlatos subjetivos e desdobramentos ético-políticos.

Por sua vez, o quarto capítulo - intitulado "*Terceirização: vetor da axiomática de acumulação do capital*" - dedica-se a um olhar mais detalhado acerca das especificidades do processo de terceirização/subcontratação como desdobramento e parte integrante do fenômeno da precarização estrutural do trabalho sob a égide do capitalismo neoliberal e financeirizado. São analisadas diferentes pesquisas e estudos acerca desta temática que evidenciam a capilarização da dinâmica subcontratual no Brasil, seus efeitos para os sujeitos subcontratados e, em particular, sua configuração e funcionamento em universidades públicas do país. São desenvolvidas também provocações acerca da relação entre o processo de terceirização e as recentes decisões político-econômicas e jurídicas do contexto trabalhista brasileiro (projetos de lei e as chamadas "reformas" administrativas), que em nossa argumentação são consideradas simulacros desenvolvimentistas e promessas de uma "modernização" paradoxalmente arcaica e tradicionalmente colonialista. Trata-se de uma espécie de império da intermitência, marcado por processos de

desmontes e ofensivas antidemocráticas que desdobram-se, em nível micropolítico, em situações de desassistência, negação de direitos, violência e discriminação nas condições e relações de trabalho terceirizado.

Nos capítulos posteriores, são apresentadas as análises e discussões dos dados obtidos através da pesquisa de campo realizada na universidade em questão. Esta argumentação será desenvolvida sob o formato do que aqui chamamos de feixes de análise, respectivamente intitulados “*No meio do caminho*”, “*Okupa e resiste*” e “*Ação cupim*”. Por fim, são apresentados os apontamentos finais baseados nas intenções e objetivos iniciais do estudo e são destacadas questões e provocações que o material aqui reunido convoca para o futuro, no desejo de que este livro sirva de inspiração para o desenvolvimento de outras pesquisas e encontre ressonâncias com movimentos sociais plurais mais amplos de luta pela saúde e dignidade no trabalho, especialmente diante da intensificação dos modos de exploração capitalista na arena laboral, dos ataques ultraneoliberais e da tirania negacionista que se capilarizam de forma preocupante na atual conjuntura social brasileira.

Um importante apontamento a ser considerado é o fato de que, ao longo de todo o livro, serão entrelaçadas reflexões e questões desenvolvidas a partir de histórias de vida dos sujeitos participantes da pesquisa de campo. Desta forma, o caráter singular e os afetos envolvidos no encontro com cada trabalhador/a foi o mote para se pensar cada parte deste estudo. Histórias que se esbarram, confundem e se atravessam no cotidiano de trabalho da universidade. Histórias de vida tomadas aqui como paradigma de outras. Paradigma, conforme Agamben (2010), no sentido da capacidade de tornar inteligíveis contextos e situações mais amplificadas, para além delas mesmas.

Histórias-paradigma entendidas enquanto singularidade que pode trazer à luz, ou seja, tornar inteligíveis outras singularidades, outras histórias de vida, para além delas⁶.

Histórias que, quando combinadas, revelam os interstícios do cotidiano de trabalho da universidade cuja dinâmica articula dispositivos de captura e dominação mas também possíveis formas de resistência e enfrentamento político que, em sua ação, contestam a lógica de precarização instituída na qual estão envolvidos. Como no caso da greve organizada pela/os trabalhadora/es que produziu impactos na dinâmica da instituição de forma geral, por meio de um movimento coletivo que, em sua potência insurgente, desvelou relações de injustiça e exclusão social e institucional. Assim, a partir da suspensão de atividades e do cruzar de braços de sujeitos até então invisíveis, foi possível refletir sobre suas relações e condições de trabalho, em níveis macro e micropolítico. Resistências que, como brechas dentro da lógica do capital, impulsionaram reflexões acerca da dinâmica laboral da universidade, por meio de um sono manso, pesado, potente e perturbador de vassouras manejadas por corpos cansados que, em sua potência de vida, instituíram um outro espaço-tempo.

⁶ Vale ressaltar que os nomes da/os participantes que aqui serão apresentados são fictícios, dada a intenção de preservar seu anonimato.

TERCEIRIZHÇN
TEM COR E
GENERO

2

PRESENCAS UBÍQUAS

Aquela havia sido a primeira vez que eu me sentia invisível, como se coberto por uma espécie de manto de invisibilidade, tal qual um fantasma a vagar pelos cantos solitários da universidade. Um fantasma, um ser de outro mundo que não era temido, não era motivo de medo ou pavor, mas era simplesmente algo que escapava do sentido da visão de outrem. Algo que os olhos e olhares insistiam em ignorar cotidianamente. Formado de matéria etérea, lunar, fluidica ou qualquer coisa que valha, por onde passava era despercebido, não-notado - feito as paredes, janelas, portas, velhas árvores e jardins da instituição que, mesmo de pé, à postos há anos e anos, não eram alvos da atenção dos olhares apressados ou preguiçosos que por ali passavam. Presença fantasmagórica que agora também me assombrava e da qual eu me via fazendo parte. Dentre várias situações, fato curioso foi o que ocorreu no dia em que cumprimentei um colega, conhecido há tempos, na entrada de um dos prédios da universidade e momentos depois, por eu estar despreziosamente invisível, ele passou por mim, a poucos metros de distância, e não me saudou, nem sequer deixou escapar um “oi” descuidado ou um tímido “tchau” como de hábito. Ele não havia me visto. Ele não havia nos visto. Talvez sua visão estivesse ocupada demais para notar lugares e pessoas regularmente ignorados por quem ali transitava. Grande desafio seria o de notar e perceber fantasmas dando sopa ao longo do seu caminho diário. Como seria possível trazer ao campo da visão o que não era passível de ser visto? Como tornar visível o invisível? Tudo isso pelo simples fato de estarmos ali, eu e Ana, mais uma vez lançados à poeira do chão do estacionamento da universidade, sentados em roda, conversando com as trabalhadoras e trabalhadores subcontratados. (Trecho do Diário de Campo)

Dora¹, ao saber da pesquisa na qual eu estava envolvido, foi a pessoa que estabeleceu os primeiros contatos fundamentais para que o

¹ Dora é uma pessoa que trabalhou durante anos como subcontratada na universidade e até hoje possui forte envolvimento com movimentos coletivos de luta mobilizados na instituição, como a ATTUFURJ. Ela também mantém contato com as trabalhadoras e trabalhadores do local e esta relação foi fator

trabalho de campo pudesse ser realizado. Nosso encontro na gafeira onde trabalhava, para além de quitutes, boas conversas e um tiro certo na saudade que sentíamos, rendeu importantes conversas com algumas trabalhadoras subcontratadas da universidade onde Dora havia ocupado o cargo de porteira. Pessoas que se mostraram acolhedoras desde as primeiras ligações telefônicas e com as quais nossas visitas a campo foram sendo planejadas e algumas outras ideias mobilizadas.

Após algumas trocas de mensagens virtuais, e de Dora ter avisado de antemão que éramos pessoas “confiáveis”, marcamos um primeiro encontro com aquelas pessoas que passariam a compor o processo de pesquisa conosco. Aqui utilizo a primeira pessoa do plural pelo fato de estar acompanhado de Ana Luiza, estudante de graduação em psicologia na mesma universidade, que voluntariamente se propôs a participar da pesquisa de campo e mergulhar neste mar desconhecido e pouco habitual que, por incrível que pareça, compunha o local que frequentávamos há anos, quase que diariamente. Sua participação efetiva, sensibilidade, inteligência e contribuições qualificadas foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

A intenção inicial era propor, às trabalhadoras e trabalhadores do local, conversas em conjunto, encontros coletivos, rodas de bate-papo nas quais pudéssemos ouvir, de maneira livre e sem muitas expectativas hipotéticas, o que tinham a nos dizer sobre seu trabalho na universidade. Para tal, a presença de Ana seria fundamental, visto que somente uma pessoa não daria conta de registrar tamanha gama de informações, conteúdos, falas e afetos mobilizados durante esses

fundamental para a marcação e realização do trabalho de campo proposto por nós. Em um capítulo posterior, sua história será apresentada de forma mais detalhada.

encontros. Além do mais, as trocas e discussões sobre o campo de pesquisa seriam muito mais ricas e potentes partindo do cruzamento das impressões e afetações de duas pessoas, de nossas particularidades e olhares singulares para com o que estava diante de nós.

Assim, a primeira vez que fomos ao encontro da universidade enquanto campo de pesquisa sentimos certo espanto, nervosismo e surpresa com relação ao que estava por vir, ao que estava para acontecer no encontro que tanto esperávamos. Após conversarmos durante longos minutos no corredor retangular e retilíneo - agora novamente movimentado, após os resquícios da incômoda greve de 2015 - seguimos para o local previamente combinado, no qual a primeira conversa com a/os participantes se daria.

O bilhete entre meus dedos alertava: Ilha do Fundão, Centro de Tecnologia, Bloco G, Instituto de Química, segundo andar, no fundo do corredor, ao lado do banheiro masculino. Essas eram as informações que nos foram passadas e que, caso seguidas, nos levariam ao encontro desejado. Endereço dado por uma trabalhadora que, de acordo com Dora, estaria esperando por nós. Informações que nos levariam até a “sala dos terceirizados” conforme nos foi dito.

Depois de seguir passo a passo as pistas que nos foram concedidas, nos encontramos defronte à porta do referido banheiro. Não havia porta ou portinhola alguma, nem de um lado nem de outro, fato que nos levou a pensar que talvez algum erro comunicacional pudesse ter ocorrido na troca de informações sobre o local do encontro. Tentamos mais uma vez e refizemos o caminho descrito desde a entrada principal do prédio para despistar nossas desconfianças com relação ao roteiro seguido. Mais uma decepção. Lá estávamos nós mais uma vez diante da mesma porta, a do banheiro nada convidativo.

Na intenção de pedir ajuda ao porteiro do local, no caminho de volta à recepção, não conseguimos conter nosso descontentamento e indignação com o insucesso da procura e, de forma esperançosa, lançamos a seguinte pergunta para um professor que estava apoiado na porta entreaberta de uma das salas de aula: “com licença, o senhor poderia nos informar, por gentileza, onde fica a sala dos terceirizados?”. Falamos algo parecido com isso. Precedida de um semblante reflexivo e sobranceiras contorcidas, a resposta que nos foi oferecida foi a de que os funcionários e funcionárias terceirizados não possuíam uma sala própria e que talvez estávamos nos referindo à copa, local frequentado por muitos deles cotidianamente. Copa?

Ainda não satisfeitos com as novas informações - afinal, se fosse a copa o nosso destino já saberíamos de antemão pela troca de mensagens realizada -, seguimos rumo à sala/copa na busca de encontrar quem tanto procurávamos. Chegando lá, portas abertas e pedidos de licença tímidos (cujo retorno não foi ouvido) fizeram com que entrássemos no local sem autorização, observando o que estava ao redor. De um lado, armários antigos penduravam-se sobre mesas e cadeiras de mesma idade, formando uma sólida barreira que alicerçava a geladeira antiga que se mantinha em pé após anos de uso. De outro, também mesas e cadeiras - essas de plástico - sustentavam em si nossa esperança: uma trabalhadora subcontratada, que segurava um copo de café em uma das mãos e na outra uma vassoura com um pano dobrado em sua extremidade. Depois de um gole cuidadoso do café quente, ouvimos o que foi o gancho para que nossa busca pudesse terminar com um final feliz: “boa tarde, vocês precisam de algo?”.

Após rir das dicas que recebemos do solícito professor e mostrar-se desconfiada com o objetivo de nossa procura - afinal, quase nenhum

aluno ou aluna recorria aos subcontratados - ela aceitou nos levar até o local informado. Para nosso espanto, o percurso feito nos encaminhou exatamente para a frente do banheiro masculino, lugar do qual já tínhamos conhecimento devido aos fracassos de nossa saga. Então, de maneira quase mágica, ela abre a porta que dá acesso ao referido banheiro e, antes de chegar de fato dentro dele, nos aponta outra porta invisível cujo interior faz aquietar nossos corações curiosos.

Risadas, ruídos, abre e fecha de portas de armário de ferro e um barulho perturbador do motor de um ventilador portátil eram sons que extrapolavam os limites daquela pequena sala. Enfim, lá estava a “sala dos terceirizados” e, dentro dela, Maria, que nos aguardava sentada lendo páginas de um jornal do dia anterior, como nos disse. Junto dela, um fluxo de pessoas saindo e entrando do local, com panos nos ombros, baldes pendurados nos braços, rodos e vassouras nas mãos. Assim que chegamos, notamos certo espanto e surpresa em quem lá estava e, para eliminar os riscos de desagradados e desconfianças, Maria tratou de avisar que éramos amigos de Dora e que ela havia nos sugerido aquele local para a realização de um “estudo com os terceirizados”. Com isso, alguns sorrisos apareceram acompanhados de um convite para sentarmos no pequeno sofá, que tomava quase todo o espaço da sala que, em sua totalidade, devia ter, no máximo, dez metros quadrados.

Convite aceito. A visão da sala a partir dos olhos de quem estava sentado no antigo sofá era diferente. Ali, de fato, era possível observar o local de forma mais detalhada. Paredes cinzentas, um armário de ferro enferrujado, com portas entreabertas e outras fechadas com cadeados variados, mais vassouras, rodos e pás num canto, bancos, cadeiras e uma mesa magra em outro. Um ventilador cansado, cuja aparência justificava o intenso barulho de seu motor, fazia par sob a mesa com um

aparelho de rádio que dava tom ao local. Odores de diferentes sortes também compunham aquele mix sensorial, desde o cheiro de produtos químicos de limpeza, passando por perfumes e desodorantes pessoais, até o forte odor de urina que exalava do banheiro logo ao lado. Tudo isso numa atmosfera atravessada por conversas variadas de pessoas que agora gostariam de saber quais eram as intenções e motivos dos dois estudantes que estavam sentados no sofá que os abrigava em tantos momentos de descanso e de curtas sonecas pós-almoço. Conosco na sala, havia umas dez pessoas.

Neste ensejo, explicamos brevemente a pesquisa em andamento, apontamos a trajetória de parceria com a ATTUFRRJ e o contato com trabalhadoras e trabalhadores também terceirizados de outras unidades da universidade - principalmente do campus da Praia Vermelha, no qual trabalham as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso da graduação (TCC), no ano de 2016. Neste momento, algumas pessoas já nos alertaram que era mesmo importante realizar este tipo de pesquisa e estudo, principalmente, devido aos problemas contratuais que atravessavam - atraso de salários, “sumiço” de empresas, etc. - e o descaso da universidade para com o trabalho que realizavam - por parte de aluna/os, professora/es e funcionária/os técnica/os.

Relataram que tinham muita coisa a dizer e que era bom saber que havia pessoas interessadas em ouvir seus problemas e incômodos. Em contraponto, algumas outras pessoas ainda deixavam transparecer olhares de desconfiança, certo desconforto, e permaneceram caladas durante toda a conversa. O que não é de causar espanto e nem surpreender qualquer pessoa que saiba minimamente os fatores envolvidos nos processos de terceirização na universidade. Contexto

atravessado por sentimentos de desconfiança e insegurança constantes. Fato que foi confirmado no momento em que uma das trabalhadoras interrompeu nossa conversa e pediu para falarmos mais baixo, colocando-se atrás da porta que dava acesso à sala, sentada para que ninguém pudesse abri-la e escutar repentinamente o que estávamos falando lá dentro. E isso de fato aconteceu.

De repente, interrompendo o fluxo da conversa inicial, a porta da pequena sala foi aberta e, conforme previa o receio da trabalhadora em alerta, a encarregada (espécie de fiscal responsável pelo monitoramento das atividades regulares) adentra o espaço e se depara com a presença estranha de dois estudantes em plena interação com suas/seus funcionária/os. A atmosfera do ambiente muda por completo, caretas e expressões variadas são articuladas nas faces por detrás do corpo da encarregada, dando sinais urgentes de que os jovens estudantes-pesquisadores deveriam ficar de bico calado sobre o que ali estava sendo dito. Olhares evitam se cruzar, ombros sobem para mais perto da orelha em sinal de tensão, e o jornal de ontem volta de modo barulhento para as mãos de Maria.

Para nossa surpresa, a encarregada mostrou-se interessada em nossas intenções e principalmente pelo fato de sermos “da psicologia”. Situação que abriu espaço para que ela falasse um pouco de si e de problemas de ordem pessoal que interferiam diretamente no seu trabalho na universidade. Elementos que seriam um mote para o começo de uma longa conversa. Porém, o clima já havia se estremecido e o desconforto da/os trabalhadora/es que estavam no local, diante daquela presença inesperada, fez com que a conversa fosse encerrada e tratássemos de nos despedir prontamente. Mesmo assim, guardamos este incômodo em nossas memórias para que a relação dela/es com a

encarregada pudesse ser examinada com maior cautela em momento posterior.

Antes da despedida, ainda houve tempo para trocas de telefone e para a marcação de outro encontro já na semana seguinte. Encontro este que, segundo Maria, deveria ocorrer em outro local que não aquela sala, na intenção de ficarmos mais à vontade e falarmos mais abertamente sobre os assuntos que reclamassem atenção. Assim, ficou combinado que nos encontraríamos no pátio central do prédio e de lá seguiríamos para um local de conhecimento prévio de Maria, onde poderíamos realizar nossas conversas sem represálias.

Ao darmos as costas, e caminhararmos pelo corredor já conhecido, não podíamos conter nossa alegria e espanto diante da enorme gama de informações e afetos com os quais tivemos contato durante os poucos minutos que estivemos dentro da pequena sala da porta invisível, apelidada pelas próprias trabalhadoras e trabalhadores de “quarto dos sem terra”. A sensação era de que o trabalho de campo de fato havia começado e que muita coisa ainda estava para acontecer. Que muita coisa ainda iríamos conhecer.

Neste sentido, entendemos que para uma análise mais detalhada acerca do trabalho daqueles sujeitos seria necessária a observação do seu entorno, da sua órbita, de sua moldura, do contexto no qual esse trabalho acontece. Em outras palavras, seria preciso conhecer onde, como, quando, com quem, com qual finalidade e a partir do quê este fazer se estabelece, em níveis individual e coletivo. Seria preciso conhecer a universidade enquanto instituição e o modo como este trabalho se encontra organizado em seu interior. Desta forma, fez-se necessária uma análise acerca da organização do trabalho do contexto referido para que pudessemos avançar em nosso curso reflexivo.

Aqui, entendemos a noção de organização do trabalho como conjunto de papéis, normas e relações de poder estruturado para atender determinados objetivos (LHUILIER, 2012; 2011), ou seja, “como a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa e as relações de poder que envolvem o sistema hierárquico, as modalidades de comando e as questões de responsabilidade” (MENDES, 2007, p. 36) presentes num contexto laboral específico. O conhecimento de tais fatores é fundamental para o desenvolvimento de análises a respeito de um determinado fazer, de um modo de trabalhar, assim como do local no qual ele ocorre. No caso em questão, tratava-se da/os trabalhadora/es subcontratada/os com o cargo de auxiliar de serviços gerais (ASG) e que prestavam serviços na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com informações disponíveis na página virtual oficial da instituição à época da pesquisa, a universidade, fundada em 1920, conta com uma população de milhares de estudantes divididos entre os cursos de graduação e pós-graduação ministrados presencialmente ou a distância. De maneira mais precisa, a amostragem total de estudantes de graduação é de 47.269, e das modalidades de pós-graduação de 13.400, o que nos revela um conjunto de mais de 60 mil estudantes².

Paralelamente a esses números, a quantidade geral de funcionárias e funcionários efetivos revela-se igualmente extensa, visto que a instituição conta com milhares de servidora/es com diferentes

² Dados provenientes do Relatório de Autoavaliação Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) referente ao ano de 2017. Disponível em: <http://pi.pr1.ufrj.br/index.php/2013-09-19-13-06-11/relatorios-de-autoavaliacao-institucional>

atribuições. Cabe ressaltar que, neste levantamento, não foi possível estimar o número de pessoas com vínculo de trabalho terceirizado na universidade, principalmente por conta da falta de acesso por parte da/os pesquisadora/es a tais informações nos âmbitos internos da instituição. Estes dados foram solicitados para algumas instâncias da universidade que informaram, por sua vez, não possuir este quantitativo atualizado. Da mesma forma, tais informações não estavam disponíveis nos relatórios numéricos que constavam no site oficial da instituição.

Assim como o número de trabalhadora/es subcontratada/os, dados acerca da quantidade de empresas terceirizadas que prestam serviços para a universidade (limpeza, segurança, portaria, almoxarifado, etc.) também não estavam disponíveis para acesso público. Este fato revela o modo como o processo de terceirização se dá de maneira fragmentada e atesta o contexto de pulverização de contratos e vínculos laborais no qual empresas terceirizadas mudam de nome, cancelam contratos e, muitas vezes, até desaparecem sem deixar paradeiro definido para os sujeitos que com ela estavam vinculados contratualmente. Durante a pesquisa de campo, foi possível ouvir relatos de algumas trabalhadoras sobre este mosaico de incertezas e imprevisibilidades, principalmente a respeito do elevado índice de mudanças e desaparecimento de empresas de forma repentina.

Segundo informações também disponíveis na página virtual da instituição³, foi possível observar que a expressividade da amostra de estudantes da UFRJ repousa sobre as múltiplas localidades nas quais as suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração estão

³ Relatório intitulado "UFRJ em números". Disponível em: <https://ufrj.br/docs/lai/ufrj-em-numeros-2013.pdf>

segmentadas. Em sua estrutura geral, a universidade é formada por três *campus* que abrigam polos presenciais, polos de ensino a distância, fóruns, bibliotecas, unidades hospitalares, museus, uma editora e centros e unidades acadêmicas. A esse respeito, a instituição conta com sete centros acadêmicos, entre colegiados, conselhos e outras instâncias internas, são eles: o Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Letras e Artes (CLA), Centro de Tecnologia (CT) e o Fórum de Ciência e Cultura (FCC).

Nosso foco de análise foi o Centro de Tecnologia, localizado no campus da Ilha do Fundão, cujas dependências foram o cenário da pesquisa de campo realizada no presente estudo. Este centro, o segundo maior da universidade, é composto por cinco unidades acadêmicas, a saber: a Escola Politécnica, a Escola de Química, o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa e Engenharia (COPPE), o Instituto de Macromoléculas (IMA) e o Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social (NIDES). Além disso, o centro abriga cerca de 6.400 estudantes de graduação, 4.500 de pós-graduação e uma média de 500 docentes e 600 servidora/es técnico-administrativa/os⁴.

Neste cenário, tanto o corredor retangular - que se metamorfoseou na época da greve de 2015 - quanto a “sala dos terceirizados” - cujo acesso é possível pela quase não encontrada porta invisível - ficam localizados dentro do Centro de Tecnologia, mais especificamente nas proximidades do prédio da chamada Escola de Química. Neste local, por entre suas salas de aula, laboratórios, banheiros, escadas e saguões

⁴ Informações obtidas no site oficial do Centro de Tecnologia da UFRJ. Disponível em: <http://www.ct.ufrj.br/decania/atuacao>

estão, cotidianamente, as trabalhadoras e trabalhadores que fizeram parte do nosso estudo. Em cantos solitários da grande universidade exercem suas atividades, na maioria das vezes sozinha/os, na intenção de completarem as tarefas e funções regulares que lhes foram atribuídas. Mas afinal, que atividades cotidianas seriam essas?

O conjunto de atividades e tarefas diárias a serem realizadas por quem possui o cargo de auxiliar de serviços gerais na universidade nos foi narrado por Neide, uma das trabalhadoras participantes da pesquisa, que exerce esta função na instituição há mais de dez anos. Suas descrições foram precisas quanto à regularidade das atribuições e à pontualidade das tarefas que, de acordo com ela, deveriam ser rigidamente respeitadas.

Nesta observação, não me furtei a rememorar os versos da canção buarqueana intitulada *Cotidiano*⁵ cuja cadência expressa uma regularidade rotineira e repetitiva em termos de atividades diárias. Neide, em nossas conversas, confirmou a ideia de que todo dia ela faz tudo sempre igual, que se sacode antes mesmo das seis horas da manhã, para estar no trabalho no horário devido e que preza pela pontualidade rigorosamente vigiada pelos seus supervisores e fiscais.

Em sua descrição, Neide afirma que seu turno de trabalho se inicia às 6 horas da manhã e termina às 15h40. Neste período de tempo, é preciso bater o ponto quatro vezes: no horário de entrada, no início do

⁵A canção referida - *Cotidiano* -, de Francisco (Chico) Buarque de Hollanda, teve sua primeira gravação registrada no antológico álbum *Construção*, de 1971.

horário de almoço, no término do horário de almoço⁶ e no final do expediente. Após enfrentar a fila para a validação do ponto matinal, começa então a sequência de atividades a serem desempenhadas dia após dia, de segunda a sexta-feira.

Ao chegar na universidade, às 6 horas, a primeira coisa a ser feita é trocar de roupa na “sala dos terceirizados” e deixar os pertences pessoais nas gavetas de ferro do armário calejado que a porta invisível esconde com sucesso. Depois disso, duplas ou trios direcionam-se para a limpeza de salas de aula cuja movimentação tem início geralmente às 7 horas da manhã. Confesso que, na posição de aluno, não imaginava que a limpeza das salas fosse realizada tão cedo. Nesta dinâmica, cada minigrupo possui sua sala específica da qual devem dar conta diariamente e pela qual sentem-se responsáveis.

Posteriormente, após a limpeza das salas para que as aulas ocorram de modo satisfatório, é chegada a hora do café da manhã. Às 9 horas é o momento no qual Neide pode parar para tomar seu café pingado, acompanhado de um pão com manteiga na companhia do seu grupo de colegas. Ritual valorizado, visto que a próxima refeição será somente o almoço, e ainda há trabalho a se fazer.

Após a breve pausa, é preciso cruzar o corredor que abriga diversas salas de aula para chegar ao saguão dos laboratórios que, assim como as salas, precisam de limpeza e manutenção diárias. A divisão em mini-

⁶ Neide relatou que recentemente foi instituída a regra de bater o ponto antes e depois do almoço, respectivamente às 11h e 12h. Segundo ela, os fiscais da empresa terceirizada tomaram tal medida pelo fato de algumas trabalhadoras e trabalhadores se dispersarem em horário de almoço, indo para outras unidades, prédios ou locais mais distantes da universidade. Ou seja, afastavam-se do prédio no qual exerciam suas atividades e aumentavam as chances e probabilidades de atrasos no seu regresso. Tal decisão desagradou algumas pessoas, mas gradativamente foi naturalizada e consolidada no cotidiano de trabalho. Em capítulo posterior, na discussão e análise das sinalizações obtidas durante o trabalho de campo, serão apresentados mais aspectos referentes a essa decisão e seus efeitos na rotina do/as participantes da pesquisa.

grupos se mantém e a faxina se dá de forma regular. Neide afirma que nesses locais é preciso maior cuidado e cautela de sua parte ao manejar máquinas e coletar substâncias químicas que não são de seu conhecimento pois, segundo ela, podem contaminá-la ou produzir algum tipo de mal ou reação estranha em seu corpo. Durante todas as atividades descritas, a/os trabalhadora/es utilizam uniformes e equipamentos simples para a sua proteção individual e coletiva, são eles: camisas de manga curta, luvas amarelas que cobrem o antebraço, calça longa e botas de borracha.

Os ponteiros apontam 11 horas da manhã e, enfim, é chegado o horário de almoço. Claro, não antes de frequentar a fila para bater o ponto. O período de uma hora, destinado à refeição tradicional do meio do dia, passa em velocidade estonteante e, quando menos se espera, já é o momento de retornar à fila, bater novamente o ponto e voltar para a “sala dos terceirizados” para um breve escovar de dentes no banheiro ao lado ou rápida verificação de mensagens instantâneas no celular.

Retomadas as energias pós-almoço, agora a tarefa de Neide é limpar as salas que foram utilizadas no período da manhã. As mesmas salas que foram limpas no horário de chegada, antes do café da manhã, já foram utilizadas e as pessoas que nela estavam deixaram rastros de sua presença - seja por meio de lixeiras cheias, canetas esquecidas no chão, chicletes deformados e endurecidos colados no escondido das carteiras, desenhos talentosos nas mesas ou anotações em giz no quadro negro, que na verdade é verde.

Três da tarde, como era de se esperar, é o momento no qual os minigrupos verificam a qualidade do seu trabalho nas salas e laboratórios e direcionam-se para os locais onde guardam seus instrumentos de trabalho, entre eles vassouras, rodos, baldes, pás,

panos, e uma espécie de carrinho no qual conseguem apoiar todos esses utensílios ao lado de produtos químicos de limpeza de diferentes sortes. Este processo faz caminhar os ponteiros dos relógios individuais que logo marcam 15h30 anunciando o fim do expediente. Mais uma vez, sem antes frequentarem a fila - agora mais apressada e ruidosa - para bater o último ponto do dia.

Aqui, vale ressaltar como está estruturada a hierarquia das relações entre a/os subcontratada/os e sua relação dual com representantes da empresa terceirizada e da universidade. De baixo para cima, hierarquicamente, o que se vê é: a/os trabalhadora/es terceirizada/os estão na base das atividades, supervisionados pela/os “encarregada/os”, que monitoram diariamente o seu trabalho e também são contratados da empresa terceirizada em questão. Acima deles estão a/os “supervisora/es”, que também fazem parte do quadro de funcionários da empresa contratada, mas não estão todos os dias na universidade em contato direto com os participantes da pesquisa. Aparecem lá uma vez ou outra, e estabelecem contato principalmente com a/os “encarregada/os”. Representando a universidade estão a/os “fiscais de contrato”, pessoas que também se relacionam com os sujeitos subcontratados, mas possuem maior articulação com a/os “encarregada/os” quando há necessidade.

As explicações de Neide mostraram-se preciosas para o nosso curso reflexivo, cuja intenção é analisar o trabalho de pessoas com vínculo contratual terceirizado na universidade. Complicada seria a tarefa de tecer comentários e reflexões acerca de qualquer trabalho sem considerar elementos do seu contexto, seu entorno, a forma como este trabalho está organizado, situado, as relações hierárquicas que o atravessam, enfim, a organização do trabalho na qual ele de fato

acontece. As informações aqui expostas fornecem um bom material que pavimenta nosso caminho de forma detalhada para que possamos desenvolver reflexões futuras com bases mais consistentes.

Ao compartilhar conosco sua rotina diária de trabalho, Neide revelou um pouco do seu cotidiano e nos forneceu pistas de que, de certa maneira, todo dia ela faz tudo sempre igual. Em algum ponto de nossa conversa, ela confessou que há aspectos nesta dinâmica rotineira/regular que a desagradam e a fazem, muitas vezes, se sentir mal no trabalho. Aspectos esses que, para serem verbalizados, precisam de um contexto favorável no qual Neide, e também os outra/os trabalhadora/es, sintam-se à vontade e confortáveis para falar de forma mais livre, espontânea e sem represálias. Este desafio foi tomado por nós como uma tarefa a ser conquistada na pesquisa de campo.

Ainda em consonância com os versos da canção mencionada, mesmo se todo dia Neide só pense em poder parar, se meio-dia ela só pense em dizer não, ou se depois pense na vida pra levar, seus afetos, experiências, desgostos e vivências de trabalho agora pareciam encontrar escoamento através dos encontros com outra/os participantes da nossa pesquisa. De cantos solitários, para encontros coletivos. Este processo foi tomado como um caminho interessante para conhecermos mais sobre os modos de vida e trabalho na universidade.

Os dias pareciam se arrastar e nossas expectativas para o segundo encontro com a/os participantes faziam com que o passar do tempo tomasse outra forma. Presenças ubíquas, que ao mesmo tempo que pareciam estar em toda parte, por vezes também eram difíceis de se

encontrar. No dia marcado, lá estávamos nós, eu e Ana, no pátio central do prédio à espera das trabalhadoras e trabalhadores que haviam confirmado a disponibilidade de nos encontrar. Uma maneira eficiente de definir o ponto de encontro e organizar nossa visita foi a criação de um grupo virtual de mensagens instantâneas no aplicativo *WhatsApp*, idealizado por Maria para melhorar nossa comunicação coletiva. De fato, esta ideia foi importante para o planejamento dos encontros, assim como para o compartilhamento de avisos, lembretes, reclamações com relação à universidade (principalmente dos atrasos de salário), demonstrações variadas de afeto e até mesmo venda de mercadorias (sandálias e roupas) por parte de uma das trabalhadoras.

Após tímida troca de cumprimentos, decidimos procurar um local no qual toda/os se sentissem confortáveis para começar uma conversa. Antes da busca, claro, era preciso acompanhá-la/os até o endereço onde batiam ponto para que, enfim, pudessem estar formalmente liberados para o intervalo do horário de almoço. O incômodo da/os trabalhadora/es neste momento foi perceptível, talvez pelo fato de nunca terem participado de atividade parecida no próprio local de trabalho, ou pelas outras companheiras e companheiros estranharem a presença de estudantes na fila uniformizada, ou por não imaginarem que seu contexto laboral pudesse ser, para além da execução de atividades rotineiras, um espaço de fala, escuta e trocas sobre questões variadas, particularmente relacionadas ao trabalho.

Cumprido o dever, caminhamos pelos cantos da universidade e, por fim, decidimos nos acomodar no estacionamento do local. As outras possíveis opções estavam ocupadas por estudantes ou vigiadas por inspetora/es e outras pessoas que poderiam atrapalhar o andamento das nossas conversas. Maria, com seu jeito peculiar e curiosidade

crescente pela pesquisa, anunciava a quem cruzasse seu caminho que estava participando de um “estudo para a psicologia”, e prontamente convidava outra/os subcontratada/os para integraram o grupo em processo de formação. É fato que ela exerceu papel fundamental para que outras pessoas se lançassem ao nosso convite, visto que sua posição naquele contexto, de alguma maneira, transmitia credibilidade e amenizava os níveis de desconfiança e “pés atrás” de alguns sujeitos para com nossas intenções.

Os esforços de Maria não foram em vão e, quando nos demos conta, estávamos sentados no chão do estacionamento, em formato de roda, na companhia de mais de dez pessoas. Tratava-se de um local aberto, localizado diante de uma das entradas do Centro de Tecnologia, no qual podem ser encontrados automóveis estacionados - alguns abandonados - e muitas árvores cujas folhas, já desprendidas, dão o tom ao chão do espaço. Mais precisamente, amendoeiras cujos frutos, quase que propositalmente, cutucavam cabeças desatentas, batiam no teto dos carros provocando ruídos inesperados, e folhas que formavam um tapete laranja-avermelhado por sobre os veículos e pelo chão de terra descuidado.

Local de passagem por onde transitam estudantes, docentes e servidora/es que iam de um prédio a outro assistir aula, almoçar, lanchar, descansar, entre outras atividades que não a/os permitem permanecer naquele espaço por mais de poucos minutos. Ali, logo naquele local de passagem, encontramos um canto para realizar nossos encontros. Lançados à poeira do chão, composta por resíduos cuspidos de carros, ônibus da própria universidade, motocicletas e calçados apressados, insistimos em ficar ali, sentados, mesmo com todos os elementos potencialmente capazes de capturar nossa atenção, para

começar a sequência de encontros coletivos que se desenrolaria posteriormente. Aquele local, por onde eu passava com certa frequência, agora me abrigava, me fazia parar, reparar, me fazia estar ali de fato. Sensação estranha tanto para mim quanto para as outras pessoas que por ali transitavam.

Começamos a conversar de maneira livre sobre assuntos que surgiam em meio a silêncios - para nós - angustiantes. Algumas vezes percebíamos que eram direcionados para nós olhares curiosos, e até mesmo acompanhados de certo espanto, por parte de quem agora se deparava com a consideração surpreendente de que alguém pudesse estar sentado no chão daquele estacionamento conversando em roda. E, mais ainda, um estranhamento advindo de uma situação na qual “faxineira/os” estavam acompanhada/os de dois estudantes que, a olhos superficiais, simplesmente batiam papo ou falavam sobre sei lá o quê. Potente estranhamento que fazia cabeças girarem, olhares se desviarem e indagações emergirem por entre a/os transeuntes que por ali passavam diariamente. Quem podia imaginar coisa parecida? Um local não notado agora ocupado por pessoas tidas como invisíveis. Talvez seria mesmo pedir demais que isso não gerasse incômodo nenhum.

Inclusive pessoas com as quais já havíamos tido contato prévio - principalmente outra/os estudantes do local - deixaram de nos enxergar por estarmos agora quase que invisíveis, escondidos, camuflados. Passaram diante de nós sem nem se darem conta de que estávamos ali. A invisibilidade tão sinalizada pela/os trabalhadora/es parecia agora nos abraçar, e seu efeito sumia apenas nos casos onde a desatenção passageira era interrompida pela surpresa e espanto com a nossa presença naquele espaço.

Apesar do seu caráter - no mínimo - particular, o local escolhido tinha lá suas vantagens. O estacionamento ficava bem perto do lugar no qual a/os subcontratada/os batiam o ponto rigidamente controlado e, por conta mesmo disso, os nossos encontros deram-se no intervalo entre um ponto e outro por volta das 11 horas da manhã e meio-dia. Maria, Neide e seus companheiros e companheiras muitas vezes almoçavam durante nossas conversas, visto que se disponibilizaram a estar conosco em um período que acreditavam ser a melhor opção diante da sua rotina diária: o horário do almoço. Às onze horas batiam o ponto e prontamente nos encontravam no estacionamento. Cerca de cinquenta minutos depois, voltavam para a fila, registravam novamente o ponto rígido e encaminhavam-se para suas atividades e funções do período da tarde. Fonte de felicidade foi perceber que esses sujeitos decidiram passar conosco um dos horários mais esperados do dia, no qual podiam descansar, dormir, conversar ou fazer qualquer outra coisa. Decidiram lançar-se, junto conosco, à poeira desconhecida do estacionamento familiar/estranho.

O caminho para alcançar as intenções e objetivos do nosso estudo se deu a partir de encontros coletivos realizados com essa/es trabalhadora/es, nos quais era possível falar livremente sobre seu trabalho e os múltiplos fatores que o atravessam. Ali, no chão do estacionamento da universidade, aconteceram todos os encontros que, com o passar do tempo, foram alvo de maior engajamento e expectativa por parte da/os própria/os participantes.

No total, foram realizados dez encontros com treze participantes (dez mulheres e três homens), toda/os com vínculo contratual terceirizado, que prestavam serviços para a UFRJ. Os sujeitos envolvidos tinham idade entre 30 e 60 anos, ensino médio completo e um período

mínimo de três anos de trabalho na instituição, alocados em seus principais centros e unidades. Toda/os faziam parte do setor de limpeza e possuíam o cargo de auxiliar de serviços gerais no Centro de Tecnologia, e estavam vinculados a uma mesma empresa terceirizada. Os encontros aconteceram durante o segundo semestre de 2017, no período entre os meses de outubro e dezembro. A/os participantes que contribuíram com o estudo assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no qual estava expresso o caráter voluntário e anônimo da pesquisa⁷.

Durante os encontros coletivos, a/os participantes demonstraram certo desconforto diante dos assuntos abordados e, por conta disso, optaram por não permitir a gravação de suas falas. Tal decisão parecia estar atrelada ao contexto de trabalho no qual estavam inseridos e aos sentimentos de desconfiança que atravessam seu cotidiano laboral. Com isso, eu e Ana, presentes em todos os dez encontros, fizemos anotações particulares da maioria dos conteúdos e verbalizações compartilhadas, mantendo a identidade dos participantes em anonimato. Posteriormente, realizamos reuniões para discussão coletiva e compartilhamento das afetações e impressões acerca das informações e dados que emergiram durante os encontros. Cada um de nós dois, ao longo de toda a pesquisa, também ficou responsável pela elaboração de um diário de campo, no qual poderiam ser incluídos quaisquer tipos de anotações (curiosidades, percepções, histórias, memórias, etc.) referentes ao processo de pesquisa. Partes dos diários de campo serão utilizadas ao longo deste livro e seus conteúdos foram de grande valia

⁷ Cabe destacar também que o projeto de pesquisa em questão foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - (CAAE: 55723216.9.0000.5582; Parecer: 1.625.615), vinculado ao Comitê Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde do Brasil, quanto aos seus aspectos éticos e legais.

para a análise das sinalizações obtidas a partir do encontro com os sujeitos participantes.

Em paralelo, foram realizadas entrevistas individuais com outras trabalhadoras, incluindo uma que já não fazia mais parte da instituição, mas que havia trabalhado durante anos como subcontratada no setor de portaria da universidade. Os motivos pelos quais essas pessoas não participaram dos encontros coletivos foram, principalmente, desconforto em compartilhar suas vivências e impressões diante de outra/os trabalhadora/es e, no caso de uma das participantes, o fim do seu vínculo de trabalho na instituição. Considerou-se importante realizar tal entrevista por ela ainda fazer parte da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ), manter contato com a/os terceirizada/os do local e possuir uma trajetória de luta, enfrentamento e resistência em prol da garantia de direitos dos sujeitos subcontratados da universidade.

Com duração de cerca de uma hora, as entrevistas em questão tiveram seus conteúdos verbalizados gravados. Posteriormente, foi realizada a transcrição e análise desses conteúdos pelos dois pesquisadores responsáveis pela mediação dos encontros coletivos. A escuta ativa e qualificada se insere em uma dinâmica na qual a/os participantes da pesquisa não são colocada/os na posição de objetos de estudo, mas sim como autora/es indispensáveis deste processo. Como agentes da produção de vínculo com o/a pesquisador/a, buscando-se possibilitar uma situação na qual a/os participantes possam se sentir, tanto quanto possível, à vontade para falar sobre aspectos do seu trabalho. Em outras palavras, entende-se o processo da entrevista enquanto técnica “centrada na relação pesquisadores-pesquisados e na fala-escuta-fala dos conteúdos manifestos e latentes, sobre a

organização do trabalho, as vivências de prazer-sofrimento, as mediações, e os processos de subjetivação” (MENDES, 2007, p. 69). No seu formato semi-estruturado, as entrevistas foram realizadas a partir do referencial teórico-metodológico da psicodinâmica do trabalho e também em ressonância com as demais referências teóricas utilizadas no presente estudo.

Para a análise das sinalizações obtidas, tanto nos encontros coletivos quanto nas entrevistas e no material dos diários de campo, foi utilizada a Análise de Núcleos de Sentido (ANS), desenvolvida por Mendes (2007), adaptada de modo a possibilitar a coerência com a/os demais autora/es utilizada/os como referência deste trabalho⁸. A ANS foi desenvolvida a partir da técnica de Análise de Conteúdo por categorias desenvolvida por Bardin nos anos 1970. Na forma aqui utilizada, a ANS possibilitou a composição dos núcleos de sentido com base na recorrência dos temas, no sentido da insistência com que apareceram nos encontros, e também na avaliação qualitativa dos temas (mesmo com ocorrências quantitativas em menor quantidade) que se apresentaram nas entrevistas e nos diários de campo. Estes foram os critérios para a formação de categorias e núcleos de sentido, baseados nas verbalizações da/os participantes. Mendes (2007) afirma que ao agrupar os conteúdos obtidos em núcleos de sentido, constituídos pelas falas dos sujeitos, tornam-se possíveis interpretações e inferências,

⁸ A psicodinâmica do trabalho é um referencial teórico-metodológico em permanente transformação, como mostram as pesquisas realizadas nos grupos que acompanhamos no Brasil (especialmente os coletivos de pesquisa que, à época do estudo - integravam o Grupo de Trabalho intitulado “Psicodinâmica e Clínica do Trabalho” vinculados à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia - ANPEPP). Com esta perspectiva, no Núcleo Trabalho Vivo (IP-PPGP-UFRJ), sob a coordenação do professor João Batista Ferreira, buscamos pensar criticamente as recepções, usos e possibilidades da psicodinâmica no Brasil e em outros países e também experimentar outros caminhos metodológicos, como a cartografia e a etnografia, em articulação com este referencial.

favorecendo a investigação do conteúdo subjetivo presente nessas verbalizações.

O conjunto dos aspectos anteriormente descritos representa o método que foi escolhido para o desenvolvimento do estudo, orientado por seu objetivo central. Nossa aposta ético-política se manifestava na ideia de que, durante este caminho, se fazia fundamental a criação e o fortalecimento de vínculos entre os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa, assim como a busca pela legitimidade das nossas proposições. Legitimidade no sentido de nossas ações e intenções estarem vinculadas aos anseios, reivindicações e mecanismos de luta da/os trabalhadora/es, ou seja, em prol da afirmação de seus direitos e da garantia de formas de trabalho eticamente qualificadas, pautadas na dignidade da vida.

Decerto não havíamos alimentado a expectativa de que a/os trabalhadora/es falassem prontamente sobre seu trabalho, de forma espontânea e sem represálias, logo nos primeiros encontros. Estávamos cientes dos atravessamentos do contexto laboral em questão e de sua dinâmica cercada por mecanismos de controle e vigilância de diferentes sortes. Porém, apesar disso, foi possível observar ao longo dos encontros uma crescente mobilização afetiva - tanto por parte dos pesquisadores quanto dos sujeitos participantes - e um fortalecimento da relação que havíamos formado, cujos desdobramentos se refletiram em maior solidez dos vínculos estabelecidos e maior abertura, por parte da/os subcontratada/os, para falar de questões mais delicadas e os aspectos subjetivos que estavam envolvidos nesta dinâmica. Encontros que se fizeram presentes de forma estranha, desviante, errante e oblíqua à hegemonia das práticas e hábitos instituídos no contexto da universidade.

A partir do que aqui foi exposto, serão apresentadas nos capítulos seguintes reflexões de cunho conceitual que mais adiante nos auxiliarão no processo de compreensão das especificidades da dinâmica subcontratual da universidade em questão. Posteriormente, em articulação com os referenciais teórico-metodológicos aqui expostos, serão apresentadas as sinalizações advindas do trabalho de campo realizado com os sujeitos subcontratados.

TERCEIRIZHÇN
TEM COR E
GENERO

3

NOTAS SOBRE DISPOSITIVOS IRRESISTÍVEIS

Lá onde há poder, há resistência.

(FOUCAULT, 1988, p. 91).

Nas últimas décadas, os impactos do capitalismo em sua configuração neoliberal, financeira, digital e globalizada, de linguagem algorítmica e alcances subjetivos, podem ser observados em nível individual, coletivo, cultural, ambiental, ecológico e também no que tange aos índices de desgaste físico, mental e sofrimento psíquico da classe trabalhadora (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009). Neste sentido, tendo como pano de fundo os conflitos capital-trabalho, os contextos laborais representam um território ímpar para a observação dos efeitos das transformações do capital, seus paradoxos, resistências e também contrapontos. É somente por meio da compreensão deste panorama que poderemos analisar o fenômeno da terceirização e a moldura sócio-econômica na qual encontra-se inserido.

Em sua acepção neoliberal, o modo de produção capitalista - fundamentalmente racista e misógino - alcança dimensões outrora inimagináveis, que estão para além do âmbito econômico, e sua lógica demanda toda uma economia psíquica e comportamental que lhe dê sustentação. O neoliberalismo, deste modo, para além de pura doutrina ou ideologia político-econômica, alcança um status de racionalidade e é aqui considerado enquanto sistema normativo capaz de estender a lógica do capital a todas as relações e esferas da vida cotidiana, em seus contornos mais íntimos e cantos mais escondidos (DARDOT & LAVAL, 2016a; 2016b).

Assim, percebe-se que essa axiomática do capital possui correlatos subjetivos que podem se expressar em oscilações na saúde mental, processos de culpabilização e responsabilização individual, níveis de mal estar e sofrimento psíquico e também nas intenções de aprimoramento constante que se revelam enquanto características particulares da figura do sujeito neoliberal - envolvido por promessas sedutoras, simulacros de liberdade e ideologias falaciosas - tomado como empreendedor de si e dono de seu próprio barco e destino.

Há que se afirmar que as análises que aqui serão desenvolvidas partem da não dissociabilidade entre aspectos macro-políticos (de ordem histórica, econômica, política e cultural) e processos de produção de subjetividade, uma vez que se tratam de dimensões intimamente imbricadas e em constante correlação que, portanto, não podem ser pensadas de forma isolada e excludente. Na realidade brasileira, a combinação de forças entre neoliberalismo e neo-conservadorismo coloca em cheque o exercício democrático e produz uma gramática ainda mais intensificada por sua anatomia alicerçada em heranças colonialistas, racistas, sexistas e autoritárias que, combinadas à hegemonia do capital financeiro, compõem um cenário de precarização estrutural do trabalho.

Cabe, portanto, investigar o processo que aqui denominamos de *estruturção das estruturas* precarizadas nos contextos de trabalho, para então compreender seus efeitos e desdobramentos psicossociais. Podemos afirmar, neste sentido, que os níveis de precarização e expropriação de direitos que configuram o cenário laboral brasileiro são tributários da historicidade do país e seus tradicionais mecanismos colonialistas e fundamentalmente racistas (baseados em processos de escravização de pessoas negras). Desde o período colonial, a ideia de

raça - e seus níveis de superioridade/inferioridade entre colonizador/colonizado - representou um estratégico instrumento que possibilitou o desenvolvimento de formas de dominação, controle e exploração do trabalho que, por sua vez, foram associadas a certa naturalidade e a uma espécie de não estranhamento (QUIJANO, 2005). Lógica na qual a figura do “negro” converteu-se em mercadoria e foi tomada como sinônimo de “raça” pelo imaginário europeu, sendo então objeto passível de qualquer tipo de movimentação em prol do projeto de sociedade e civilização do capitalismo comercial vigente (MBEMBE, 2018b).

Neste processo, especialmente no que tange à constituição histórica da América Latina, foram implementadas formas de dominação colonial de base eurocentradas que, na esfera trabalhista, ganharam a roupagem do que Quijano (2005) denomina de uma sistemática *divisão racial do trabalho*, a partir da qual populações específicas passaram a ocupar lugares sociais também específicos no cenário laboral. Assim, ao desconsiderar suas condições históricas de existência, toma-se como “natural”, por exemplo, a presença de populações negras e indígenas em ocupações e funções mais precarizadas, arriscadas, desgastantes, menos regulamentadas e, portanto, passíveis de maior exploração. Nota-se que essas formas de distribuição e divisão do trabalho advindas do período colonial ganharam outros contornos com o desenrolar da história do capitalismo mundial (e periférico, no caso brasileiro) e suas manifestações, atreladas a novos aspectos culturais e inéditos elementos político-econômicos, podem ser observadas ainda na atualidade dos contextos trabalhistas.

Este argumento ganha força quando observamos, por exemplo, as contribuições de Almeida (2018) ao afirmar que o caráter estrutural do

racismo naturaliza a inserção de pessoas negras no mercado de trabalho com salários menores e condições mais precárias. Em consonância, Santos, Diogo e Shucman (2014) evidenciam a divisão racial e sexual do trabalho que cria "não lugares" destinados às mulheres, negros e, particularmente, às mulheres negras brasileiras. Sobre este ponto, as preciosas contribuições de Lélia Gonzalez (1984) denunciam os processos históricos a partir dos quais os efeitos concretos da colonialidade - presentificada nos modos de exploração e divisão social do trabalho, de hierarquização racial generalizada, e de reificação e objetificação de determinadas populações - produziram lugares e posições sociais/laborais marcados para pessoas negras, especialmente mulheres. Lugares que são tomados como uma espécie de destino irrefutável e natural que faz com que elas sejam destinadas frequentemente ao exercício de funções domésticas, relativas a cuidados pessoais, alimentação, limpeza e manutenção de espaços (como no caso das trabalhadoras terceirizadas participantes da presente pesquisa). Tais ocupações são, em sua maioria, caracterizadas por processos de precarização estrutural que podem ser observados nas formas de exploração exacerbada, baixa remuneração, riscos físicos/psicológicos e também nas situações de violência institucional, assédio e práticas discriminatórias que configuram sua dinâmica.

Ao tomarmos como referência o contexto brasileiro, podemos observar que tal panorama revela-se com uma complexidade ainda mais particular. De acordo com o Índice Global de Direitos da Confederação Sindical Internacional (CSI), divulgado em 2019, durante a 108ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil entrou pela primeira vez na lista dos dez piores

países do mundo para a classe trabalhadora¹. O combinado de fatores sócio-históricos, políticos e econômicos do país compõe a receita necessária para que a problemática do trabalho no Brasil mereça olhares e contornos específicos. Trata-se de modos de vida e trabalho que se capilarizam por um solo no qual problemas estruturais ainda possuem raízes sólidas a partir das quais se mantêm nutridas e fortalecidas lógicas de exclusão que se manifestam no cotidiano dos contextos laborais - com destaque para as formas de divisão racial e sexual do trabalho que são reflexos da historicidade brasileira marcada por tradições e heranças colonialistas, escravocratas, autoritárias e de aniquilamento de diferenças.

Observa-se, portanto, que o ideário neoliberal - como norma absoluta de vida - forja um contexto de concorrência generalizada no qual sujeitos interagem tal qual unidades empresariais, na figura de empreendedores de si, materializando, assim, os desígnios e paradoxos do capital financeiro-neoliberal-digital-algorítmico. Neste sentido, o cenário trabalhista representa um palco privilegiado para a observação desta dinâmica e seus efeitos subjetivos.

No decorrer da constituição sócio-histórica dos contextos laborais contemporâneos, imersos nos moldes do chamado novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009), observou-se um processo de refinamento das formas de exploração e subordinação do trabalho ao capital, cujas condições de possibilidade foram constituídas

¹ O documento expõe que determinados elementos justificam a posição do Brasil no *ranking*: a aprovação da Reforma Trabalhista [Lei 13.467, de 2017] marcada por retrocessos e retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora; o cenário de desproteção no trabalho; más condições laborais e casos de repressão violenta a movimentos coletivos como greves e protestos. Os outros países que compõem a lista são: Zimbábue, Arábia Saudita, Bangladesh, Filipinas, Guatemala, Cazaquistão, Argélia, Colômbia e Turquia.

pelo enlace entre as características do capitalismo financeiro, os desígnios da racionalidade neoliberal (DARDOT & LAVAL, 2016a; 2016b) - atravessando diversos âmbitos da vida dos sujeitos, para além de mera doutrina econômica - e as formas de acumulação flexível de capital. Dito de outro modo, trata-se de uma lógica normativa global de grandes ramificações e alcance. Nesta perspectiva, o neoliberalismo

antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade*, e como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. [...] pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT & LAVAL, 2016a, p. 17).

Como principais desdobramentos desta articulação, puderam ser observados aumentos dos níveis de informalidade, desemprego e o crescente processo de precarização social do trabalho que gradativamente se materializa em contextos laborais marcados por processos de corrosão do caráter (SENNETT, 2009), banalização de injustiças sociais (DEJOURS, 2007) e múltiplos efeitos subjetivos que estão na contramão do histórico de lutas pela saúde da classe trabalhadora.

Neste mosaico, observa-se ampliação das formas de precarização e flexibilização do trabalho que formam um cenário de desabilitação de direitos e ameaça às formas de trabalho digno e eticamente referenciadas, particularmente no Brasil². Observam-se decisões político-jurídicas no cenário trabalhista brasileiro que respaldam a

² À guisa de exemplificação baseada em diferentes categorias profissionais no Brasil, ver Guimarães Junior, Oliveira e Assunção-Matos (2017) no artigo intitulado "Precarização do trabalho e efeitos subjetivos: interlocuções entre práticas de pesquisa".

precarização e representam suas condições de possibilidade, manutenção e aperfeiçoamento. Como aspectos desta conjuntura, destacam-se o Projeto de Lei 4.302/1998 - depois Lei Ordinária nº 13.429/2017 que legalizou a terceirização irrestrita, a Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017) e a extinção do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência em 2019 -, que são elementos-chave neste império da intermitência, com reflexos das ofensivas antidemocráticas em curso no país³.

Uma vez alçado ao estatuto de norma dogmática de vida, o fundamento neoliberal torna-se imperativo das formas de existência ao forjar condutas e modos de vida orquestrados pelos ritmos do mercado e suas modulações para reprodução constante do capital. A economia torna-se soberana e, neste contexto, a “liberdade” individual encontra-se cerceada à liberdade de realizar trocas econômicas, de (se) empreender, de (se) valorizar, de (se) aprimorar, de (se) consumir, e de

³ Cenário este ainda mais intensificado pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da síndrome respiratória Covid-19, cujo surgimento data de período posterior à realização da presente pesquisa. Trata-se de crise sanitária e humanitária - com sobreposições políticas e econômicas - que espelha desigualdades sociais que refletem severas questões estruturais, especialmente no contexto trabalhista brasileiro. Nota-se que o enfrentamento de tal crise exige esforços de diferentes setores sociais e possui múltiplos impactos na vida da população ao evidenciar severas assimetrias. Entre elas, as desigualdades trabalhistas, raciais e de gênero têm papel relevante nos riscos da doença, exposição, medidas preventivas, assistenciais, mortes e outros danos associados. Em recente publicação, o Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) aponta que, durante a pandemia, o desemprego aumentou mais para negros do que para brancos (MARCHESAN, 2020) e tal constatação advém dos impactos sócio-econômicos da atual crise para atividades com forte participação da população negra, como o setor de comércio, serviços e trabalho doméstico, consequentemente mais expostas aos riscos de contaminação. Aqui, cabe destacarmos a extrema relevância social do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), criado em 1990, na produção de conhecimentos e ações para o combate ao racismo e promoção da igualdade de gênero e raça no cenário brasileiro.

obter propriedade privada. Assim, a vida encontra-se submetida aos ditames da racionalidade neoliberal (DARDOT & LAVAL, 2016a; 2016b), às leis econômicas, e um de seus principais efeitos é o processo de despolitização do campo social e de intensa recusa - muitas vezes através de violência e repressão estatal (SAFATLE, 2016) - a tudo e toda(o)s que se contrapõem a essa lógica.

A relação entre racionalidade neoliberal e o recrudescimento de forças sociais antidemocráticas - particularmente nas últimas décadas - tem como condição de possibilidade o entrelaçamento de um conjunto de aspectos políticos, culturais e morais que, conectado à razão neoliberal, produz efeitos variados na experiência social contemporânea (BROWN, 2019; 2015). Neste mosaico, o imperativo neoliberal coloca em cheque os fundamentos da democracia ao incitar processos de fragmentação e monetização constante da vida cotidiana e sua colonização pela lógica financeira.

Observa-se, na dinâmica social, a articulação entre neoliberalismo e determinadas instâncias sociais de poder e dominação que, atrelada a fundamentos morais, tem como resultado o fortalecimento no campo social de forças antidemocráticas, racistas, sexistas, fatalistas e fundamentalistas, de forte apelo e receptividade por parte de determinados segmentos populares. Combinadas aos ataques neoliberais das últimas décadas à coletividade, justiça social e ao bem comum (DARDOT & LAVAL, 2017) - entraves para os avanços do capital -, essas forças vêm ganhando destaque no cenário contemporâneo e suas manifestações e influências remodelam a própria experiência neoliberal, principalmente a nível da produção subjetiva. Trata-se de um cenário no qual o processo de desregulamentação e flexibilização dos mercados intensifica e reproduz cada vez mais os níveis de

desigualdade social e as formas de estratificação de classe, raça e gênero manifestadas, particularmente, nos contextos de trabalho (BROWN, 2019).

Na conjuntura brasileira, trata-se de modos de vida e trabalho que se reproduzem sob um solo no qual problemas estruturais ainda possuem raízes sólidas a partir das quais se mantêm nutridas e fortalecidas determinadas lógicas de exclusão que se manifestam no cotidiano dos contextos laborais - com destaque para as formas de divisão racial e sexual do trabalho que são reflexos da historicidade brasileira marcada por tradições e heranças colonialistas. Assim, a mescla entre ideologia neoliberal e lógicas de exclusão e dominação social possui potentes efeitos que contribuem para a reprodução e valorização do capital. Assimetrias de classe, raça⁴ e gênero⁵⁶, principalmente suas manifestações nas situações de trabalho, são produto e reprodutoras da axiomática capitalista e sua dinâmica mantém as condições de possibilidade de sua propagação e continuidade. Como exemplo, as contribuições de Santos, Diogo e Shucman (2014) e Bento (2002) sobre as relações entre trabalho, raça e gênero no contexto brasileiro apontam a dinâmica de reforçamento

⁴ Para recentes análises acerca da relação entre racismo e trabalho à luz da pandemia de Covid-19, ver Lacerda Neto *et al.* (2021).

⁵ Em seu admirável trabalho intitulado *O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva* (FEDERICI, 2017), a pensadora italiana Silvia Federici revela pontos cegos das concepções marxistas sobre as relações capital-trabalho ao evidenciar o modo como os processos de controle e dominação do corpo feminino foram fundamentais para o crescimento e ascensão do capitalismo. A autora aponta que a chamada “caça às bruxas” servia às intencionalidades do projeto de sociedade capitalista e sua efetivação foi ponto-chave para o desenvolvimento deste modo de produção e acumulação. Em paralelo, também podemos compreender os desdobramentos sócio-históricos deste processo de dominação, materializados nas atuais formas de divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009), que confinou as mulheres ao trabalho reprodutivo, não remunerado, e outros mecanismos de controle e disciplinamento que estão à serviço da lógica do capital.

⁶ Sobre o modo como a pandemia de Covid-19 impactou, de forma interseccional, os modos de vida e trabalho de mulheres brasileiras, ver Guimarães Junior, *et al.* (2022).

mútuo entre racismo e sexismo na arena laboral, de modo que seus efeitos asseguram a permanência de lógicas de poder instituídas e mantém a continuidade da engrenagem neoliberal. Os processos de autocentramento da branquitude, seus pactos narcísicos em prol da garantia de privilégios e posições de prestígio (BENTO, 2002), quando articulados à égide patriarcal e as tecnologias de poder sexistas, produzem mecanismos de manutenção de um “conforto” secular e instituído que deixa as populações negras à margem do campo social, ocupando - em sua maioria, lugares periféricos em diferentes esferas sociais. Realidade de caráter necropolítico (MBEMBE, 2018a) - uma política de morte - cuja topologia utilitarista, no limite, promove a eliminação de tudo aquilo que não esteja em favor da lógica destrutiva da acumulação infinita de capital.

A ascensão, testemunhada por diferentes regiões do mundo, de governos conservadores de extrema direita, de cunho fundamentalista, populista, antidemocrático e com forte apelo digital/algorítmico - alicerçados por incrementos midiáticos, manipulação de informações não verídicas, e novas formas de utilização de tecnologias e da própria internet (MOROZOV, 2018) - atrela-se ao projeto neoliberal já em curso, intensificando formas de corrosão e desigualdade social e processos de perda de direitos.

Neste sentido, o caráter poroso e fragmentado do capitalismo neoliberal abre espaço para a emergência de variadas lógicas que, combinadas a ele, modificam a gramática social e, uma vez fortalecidas no âmbito das relações individuais e coletivas, colocam em cheque o exercício democrático, a garantia de direitos e a afirmação da vida e modos de existência em suas dimensões ético-estético-políticas. Desta forma, assume-se que “a redução das “liberdades” à “liberdade de

empreendimento" desencadeia todas as "liberdades negativas" [...] o que explica o renascimento do interesse pela religião e pela moralidade [...] e mesmo o retorno de antigas formas políticas (fascismo, nacionalismo, localismo e coisas do tipo)" (HARVEY, 2011, p. 91).

Assim, o casamento entre neoliberalismo e neo-conservadorismo se destina então, nos meandros do capital financeiro, a minar qualquer resquício social-democrata existente no campo social, visando enfraquecer a esfera pública, o bem comum e a coletividade. O imperativo dogmático direciona seus esforços para a mercadoria, para a capacidade individual de consumo, em um processo de despolitização coletiva no qual sujeitos tornam-se meramente consumidores, parte constituinte das relações de troca do mercado, no qual o próprio Estado ("Estado-empresa") encontra-se em posição horizontalizada nesta dinâmica de forte apelo concorrencial entre "unidades empresariais".

Nota-se, assim, que elementos próprios à anatomia neoliberal representam ingredientes-chave para a produção amplificada de mal estar e corrosão social, num processo de despolitização coletiva que faz dos sujeitos meros consumidores e partes integrantes deste contexto de mercantilização da existência. Aspectos como desregulação econômica, livre mercado e a égide da competição ilimitada - peças fundamentais do quebra-cabeça neoliberal - forjam uma espécie de ética do individualismo e um imperativo da lógica empreendedora que possuem correlatos subjetivos e impactam de forma incisiva nos modos de produção, gestão e tratamento das formas de sofrimento psíquico na atualidade.

Trata-se de uma dinâmica subjetiva paradoxal permeada por forças de dominação e captura que dividem espaço com promessas falaciosas de autonomia e liberdade que direcionam-se para um

horizonte infinito de possibilidades e conquistas. Autonomia que é “dada” ao sujeito, mas que não vem acompanhada das condições do poder de exercê-la. Ideologias de constante valorização de tomada de riscos (EDWALD e KESSLER, 2000), de forte apelo à positividade (HAN, 2018), ao desempenho (HAN, 2017a; 2017b) e à intensidade da vida e trabalho (GARCIA, 2016) como motores da experiência subjetiva contemporânea. Uma verdadeira fábrica de sujeitos endividados (LAZZARATO, 2017), movidos pela economia da dívida, timoneiros de seus próprios barcos e destinos, envolvidos em processos de culpabilização e responsabilização individual, e sempre aquém de suas possibilidades e limites⁷.

Neste contexto, tais contradições e paradoxos possuem, por sua vez, correlatos subjetivos e alcances de nível existencial. As transformações inerentes à racionalidade neoliberal alteram o modo de percepção das condições de existência e forjam uma nova política de concepção, expressão, nomeação e tratamento do mal-estar contemporâneo. Constituem-se novos olhares e mecanismos de intervenção com relação ao estatuto social das formas de sofrimento que, em meio aos ideários neoliberais, tendem a não ser mais eliminadas mas tornam-se objeto de produção e alvo de gestão - a intenção parece não ser mais eliminar o sofrimento mas sim gerir estrategicamente suas manifestações. Neste cenário, chamamos atenção para o caráter instrumentalista - muitas vezes mascarado - dos saberes e práticas *psi* (particularmente segmentos da psicologia e da psiquiatria) que revelam-se não apenas como efeito mas - cada vez mais - como frente estratégica de implementação desta gramática neoliberal.

⁷ Sobre esses e outros aspectos relacionados à racionalidade neoliberal, intensificados pelo cenário pandêmico brasileiro, ver as contribuições de Guimarães Junior, Gonçalves e Cardoso (2021).

Neste processo de intensa colonização da vida pela lógica financeira, produzido e reproduzido pela fabricação de sujeitos disponíveis 24/7 (CRARY, 2016), pela individualização da culpa e busca por aprimoramento constante, variadas modulações subjetivas colocam-se em tensionamento. Neste ponto, destacam-se mudanças estruturais nas formas de lidar com o sofrimento psíquico, que de ações meramente terapêuticas (focadas nas “doenças” e no sofrimento a ser tratado) passaram a incorporar funções de aprimoramento (intelectual, cognitivo, sexual, etc. com vistas a aumento de performance e produtividade) - passagem esta que responde estrategicamente aos anseios do modo de produção capitalista (EHRENBERG, 2010; 2000). Nesta geometria paradoxal, o sujeito encontra-se entre o calmante e o estimulante, entre a contenção e a estimulação, entre formas de controle e maior aprimoramento na vida e no trabalho, numa dinâmica subjetiva e existencial que responde e está conectada a lógicas mais amplificadas inerentes aos conflitos capital-trabalho.

Compreende-se, portanto, que esta égide do individualismo encontra-se alicerçada por uma cadeia discursiva marcada pelo ditame da inovação constante, por incrementos à “autonomia” individual, à quebra de paradigmas enrijecidos e à flexibilidade nos mais diferentes níveis que, no limite, representam simulacros de liberdade que escondem formas veladas de controle ainda mais sofisticadas e íntimas da vida em suas múltiplas dimensões, particularmente na arena trabalhista. Lógica que tende a banalizar violências, individualizar questões estruturais e culpabilizar sujeitos por aspectos correspondentes a questões sistêmicas de nível mais amplificado, contribuindo para a manutenção da axiomática da valorização infundável do capital. Uma das vertentes do processo de despolitização

coletiva do contemporâneo é tributária dessa lógica da racionalidade capitalista colonial, e limitar a discussão trabalho-subjetividade a nível individual, sem considerar criticamente seus atravessamentos estruturais e macro-políticos, é restringir toda a complexidade deste fenômeno a apenas um de seus eixos de análise. Este parece ser um dos principais desafios da psicologia do trabalho brasileira que, cada vez mais, deve voltar-se criticamente para si e retomar seu compromisso social, suas contribuições para a luta emancipatória, seu caráter ético-político e sua posição como contraponto às lógicas instituídas de expropriação da vida digna.

Ao analisar as relações entre poder e vida na contemporaneidade, Pelbart (2008) afirma que ambos nunca estiveram tão próximos e imbricados. Não houve um tempo no qual o poder atrelou-se de forma tão íntima e profunda à vida na atualidade. Seus mecanismos não obedecem tecnologias disciplinares de fontes e destinos bem identificáveis, mas “partem de dentro”, num movimento eficaz e dialético que alcança diversos âmbitos da vida cotidiana. Diferente de outros tempos, observa-se que, de forma imanente e quase tímida, o poder se encarrega da vida sem deixar rastros ou pegadas pelo caminho que possam dar pistas sobre suas origens ou deixar brechas para que seja combatido.

Ora, uma vez que a exterioridade repressiva das formas de poder não dá mais as caras, como então seria possível combatê-las? Haveria possibilidade de resistir às suas intenções? Este exercício mostra-se acompanhado de complexidade cada vez maior visto que não se sabe ao

certo os destinos do poder, onde ele se encontra, de onde veio e para onde vai. É como estar diante da tarefa de atirar no escuro. Em outras palavras, observa-se que as possibilidades de resistência se encontram dificultadas pela não-transparência dos paradeiros do poder na contemporaneidade, particularmente quando se trata das novas morfologias dos contextos trabalhistas.

Em *A história da sexualidade I: A vontade de saber*, Foucault (1988) aponta a não-externalidade das resistências em sua dinâmica processual para com as relações de poder. De modo que ao longo de toda a rede de poder seria possível notar pontos de resistência, sempre presentes. Irregulares, plurais, díspares, prontos para serem convocados aqui e/ou ali. Distanciadas do papel de elementos polarizados diante do poder, as condições de existência de tais resistências estariam postas no campo minado e fluido das estratégias e correlações das formas de dominação e captura da vida. A saber:

Não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 88).

Resistências de caráter móvel, transitório, disperso que, em sua ação, produzem reagrupamentos, rearranjos e deslocamentos, seja nos sujeitos que atravessam ou nas instituições por onde passeiam. Pontos que “disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, por vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos

momentos da vida, certos tipos de comportamento”. (FOUCAULT, 1988, p. 92).

Observa-se que entre as relações de poder e os pontos multiformes de resistência há o que poderíamos chamar de certa interdependência uma vez que quanto maior for a dominação maiores são as resistências convocadas em seu exercício. Especificamente em *Ditos e Escritos IV - Estratégia, Poder-Saber*, Foucault (2006) chama atenção para este caráter sempre insuficiente das relações de dominação e captura visto que nenhuma de suas formas é incontornável e nenhum poder tem a capacidade de encerrar-se em si mesmo: sempre há possibilidades de resistência pois as relações de poder “suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência” (FOUCAULT, 2006, p. 232).

O caráter polimorfo das resistências, tal qual nos apresenta Foucault, também pode ser observado nos seus possíveis efeitos. As consequências de sua ação não podem ser percebidas de maneira *a priori*, embora seja sabido que muitas vezes suscitam reconfigurações e novos agrupamentos por onde passam. Resistências singulares cujos efeitos são sempre únicos e dependem dos elementos com os quais estão entrelaçadas. Sendo assim, observa-se que “a resistência se dá como a difusão de comportamentos resistentes e singulares” (PELBART, 2003, p. 142).

Essas contribuições acerca da noção de resistência servirão de base para as análises que serão empreendidas na presente pesquisa. É dessa perspectiva e entendimento dos mecanismos de resistência e enfrentamento que escolhemos partir neste percurso. A aposta aqui também é tensionar esta noção e observar quais são os outros conceitos que estão em seu entorno e podem nos auxiliar no processo de reflexão

crítica ao qual este trabalho se propõe. Neste ensejo, a noção de *dispositivo* (analisada por filósofos como Gilles Deleuze e Giorgio Agamben) apresenta-se como um importante elemento contribuinte para nossas reflexões. Podemos assim pensar as resistências a partir da dimensão dos dispositivos. Mas afinal, o que se sabe sobre eles?

De acordo com Deleuze (1996), a filosofia de Foucault revela-se como uma análise de dispositivos concretos. Na intenção de analisar de forma mais precisa esta noção, o autor afirma que dispositivos estão presentes na dinâmica social de modo que os sujeitos a eles pertencem e neles agem de forma processual e constante. São conjuntos de linhas de naturezas distintas, em desequilíbrio, que variam em direções e origens. As variações e agenciamentos multilineares que suscitam, podem ser analisados a partir de dois grupos, a saber: um composto por linhas de estratificação/sedimentação e outro por linhas de atualização/criatividade.

Neste último grupo, há linhas de fissura, de “fractura”, de ruptura, que rompem linhas intransponíveis e contornos definitivos que configuram outros dispositivos. As linhas de atualização/criatividade não se deixam conhecer previamente, não estão dadas nem acabadas *a priori*, pois estão para se fazer na medida em que o dispositivo as torna possíveis. São, em sua multiplicidade, linhas de subjetivação na medida em que traçam caminhos de criação e rompem com a configuração antiga do dispositivo, em constante devir, num movimento de tornar-se outra coisa. Linhas-limite de um dispositivo, uma vez que esboçam a passagem de um dispositivo a outro ao promoverem fissuras e rearranjos.

Em conferência proferida - e posteriormente publicada - no Brasil em 2005, o filósofo italiano Giorgio Agamben afirma que a noção de

dispositivo, embora presente na literatura foucaultiana, nunca foi alvo de conceituação e definição precisas por parte do autor. Agamben (2005) aponta que um dispositivo está sempre eminentemente inscrito no jogo das relações de poder. Em suas palavras, é “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2005, p.13).

Assim, haveria uma divisão - não binária e excludente, mas dinâmica - de classes que estariam em tensionamento. De um lado os seres vivos e de outro os dispositivos tal qual anteriormente referidos. Tensionamento que produz e suscita subjetivações, num movimento que nos leva a pensar que todo dispositivo implica então um processo de subjetivação. Processos tomados não como formas identitárias ou modelos individuais mas no sentido da constituição de modos de existência e invenção de possibilidades de vida. Que não dizem respeito à “existência enquanto sujeito, mas como obra de arte” (DELEUZE, 2013, p.120). Modos de existência capazes de resistir às artimanhas do poder e que não param de se reinventar, de se recriar, de tornarem-se outra coisa. Subjetivação enquanto processo⁸.

Baseado nas contribuições de Deleuze e Agamben acerca da noção de dispositivo, Ferreira (2017) - ao pensar o ato de criação literária e suas relações com processos de subjetivação - afirma que dispositivos de captura e ruptura são indissociáveis e que há, em cada situação vivida,

⁸ A noção de processos de subjetivação nos leva a uma análise acerca da noção de processo, presente no pensamento de Deleuze, e desenvolvida por Lapoujade (2015), cujas contribuições consideram processo enquanto “uma ruptura, uma brecha que quebra a continuidade de uma personalidade, forçando-a a uma espécie de viagem através de um 'a mais de realidade' (LAPOUJADE, 2015, p.10). Desta forma, a noção de processos de subjetivação considerada no presente trabalho refere-se à criação e invenção de modos de existência e possibilidades de vida de maneira processual, singular e única e não de forma identitária e “personalizada”.

certa predominância de um ou outro que implica desdobramentos na esfera subjetiva. Desta forma, a predominância de dispositivos de ruptura, resistência e criação implicaria processos de subjetivação enquanto a prevalência de dispositivos de captura, fixidez e normalidade suscitaria processos de dessubjetivação⁹. De maneira não dicotômica, mas sim processual.

O autor aponta ainda que, em sua multiplicidade e interação, os dispositivos podem ser diferenciados e identificados enquanto *dispositivos de captura* (sedimentação, fixidez, estratificação) e *dispositivos de ruptura* (atualização, criatividade) que, muitas vezes, se sobrepõem em constante articulação com processos de subjetivação. Neste sentido, processos de subjetivação e dessubjetivação são indissociáveis, se esbarram e coexistem de forma dialética num campo de forças de captura e ruptura que estão em constante tensionamento, desdobrando-se em correlatos subjetivos.

É importante destacar que nossas análises não devem sucumbir às sedutoras tentativas contemporâneas de considerar esses conceitos de forma excludente, binária e isolada. Deve-se ter em mente que tanto forças de captura, dominação e cerceamento, quanto de ruptura, fissura

⁹ O termo “dessubjetivação” é utilizado por Agamben no texto *O que é um dispositivo* (2005) no qual o autor afirma que, em paralelo aos processos de subjetivação, haveria processos de dessubjetivação que, diferente dos primeiros, não corresponderiam a nenhuma subjetivação real. O dispositivo, nesta perspectiva, é tomado como algo capaz de capturar e controlar a vida dos seres vivos em suas mais variadas dimensões. Agamben aponta que quanto maior a proliferação de dispositivos maior também é a proliferação de processos de subjetivação e, neste sentido, haveria uma gigantesca acumulação de dispositivos de captura no contexto capitalista contemporâneo. Frente a tal cenário, o autor resgata a ideia de profanação - apresentada de forma mais detalhada na sua obra *Profanações* (2007) - para trazer ao jogo reflexivo um contraponto à ação dos dispositivos de captura. Profanar é restituir ao livre uso dos sujeitos o que foi consagrado, ou seja, retirado da esfera do direito e uso comum. A profanação, neste sentido, representa “o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício havia separado e dividido” (AGAMBEN, 2005, p. 5). O autor afirma ainda que o exercício de profanar dispositivos está cada vez mais dificultado pelas artimanhas do poder na contemporaneidade, uma vez que este apresenta-se de maneira velada e não mais da forma direta e inteligível que caracterizava os tradicionais mecanismos disciplinares.

e resistência coexistem e se sobrepõem de forma dinâmica. Não estão separadas mas sim em constante movimento de interação e influência. Acontecem ao mesmo tempo. Capturas e rupturas se esbarram em permanente processo de reconfiguração e rearranjos institucionais e subjetivos. Tal pressuposto pode ser observado nas contribuições foucaultianas acerca da noção de resistência que, em sua dispersão irregular, coexistem com as formas variadas de poder e dominação.

Desta forma, a proposta aqui é pensar as resistências a partir da noção de dispositivo no que tange ao tensionamento entre os dispositivos de captura e ruptura e sua articulação com processos de subjetivação. Pensemos: como poderia ser pensada a prevalência de dispositivos de captura e os efeitos subjetivos que suscitam? Em meio a relações de dominação e abuso de poder, quais seriam as brechas existentes para rupturas, desvios e resistências? Como forjar movimentos de resistência que promovam rearranjos nas formas instituídas e enrijecidas de viver e trabalhar? Tais indagações estão intimamente articuladas à questão central desta pesquisa.

Diante do que foi exposto, é importante deslocar nosso foco de análise para o âmbito trabalhista e compreender como as noções apresentadas anteriormente servirão de base para reflexões acerca das relações laborais na universidade em questão. O tensionamento entre capturas-rupturas, dominação-resistências será considerado no que diz respeito ao trabalho dos sujeitos que possuem vínculo contratual terceirizado na instituição e aos fatores que estão no seu entorno. Trabalho aqui compreendido enquanto ação, como atividade humana a partir da qual os sujeitos transformam a natureza, a si mesmos e a sociedade. Que se dá enquanto *práxis*, enquanto ação no mundo que, em

um movimento dialético, produz transformação em níveis objetivo e subjetivo, micro e macropolítico (MARX, 1884/2010).

Considera-se, assim, que trabalhar não corresponde a “apenas aplicar uma série de conhecimentos e habilidades para satisfação das próprias necessidades; trabalhar é [...] fazer-se a si mesmo, transformando a realidade, encontrando-se ou alienando-se nesse *quefazer* sobre a rede das relações interpessoais e intergrupais” (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.15). Toma-se o trabalho, então, enquanto categoria social e ontológica, como poder de sentir, pensar e inventar. Como ação manifestada para realizar o que ainda não está prescrito na organização do trabalho, ou seja, enquanto criação do inédito (DEJOURS, 2011; 2004)¹⁰. Trabalho este que, inserido na gramática capitalista, encontra-se atravessado por inúmeras forças que impõem determinadas formas de poder, dominação e exclusão, mas que também reclamam movimentos de resistência e ruptura. Resistências que, em sua emergência, revelam situações de dominação¹¹ e abuso de poder, antes veladas, que foram os elementos que catalisaram o seu próprio aparecimento. Resistências que, assim como poeiras acumuladas no espaço da universidade, estão por todos os cantos, de formas nem sempre tão visíveis e organizadas. Pontos irregulares que, apesar de sofrerem constantes tentativas de eliminação, estarão sempre lá.

¹⁰ A noção de trabalho e os elementos de seu entorno serão tratados de maneira mais detalhada em seção posterior, quando da análise das sinalizações obtidas a partir da pesquisa de campo.

¹¹ Thomas Périlleux (2013) aponta que a noção de dominação atrela-se aos mecanismos de poder e seus múltiplos efeitos. Revela-se enquanto abuso de poder cujos desdobramentos refletem, principalmente, na capacidade de ação dos sujeitos dominados. Ao direcionar suas análises para os contextos de trabalho contemporâneos, marcados por variadas formas de dominação capitalista neoliberal, o autor aponta para uma notável perda da capacidade inventiva do trabalho e aumento dos modos de servidão dos trabalhadores e trabalhadoras.

Resistências-poeira que colocam-se diante das múltiplas sortes de poder, dominação e alienação no trabalho.

Diante dessas provocações, uma reflexão mais cuidadosa acerca da relação entre poder e vida no modo de produção capitalista nos ajuda a pensar as formas de dominação e resistência nos contextos contemporâneos de trabalho, especialmente em contextos de terceirização. O jogo dos dispositivos de poder em diferentes sociedades revela modos de controle e sujeição da vida cujas características e roupagens variam de acordo com sua historicidade, permitindo vislumbrar limites e possibilidades de resistência e enfrentamento.

Sendo assim, há que se fazer, logo de saída, alguns questionamentos: como pensar os dispositivos de poder e sua relação com a vida em diferentes tipos de sociedade e contextos de trabalho? Quais seriam, neste processo, as possibilidades de resistência e organização política coletiva diante dos efeitos desses dispositivos quase irresistíveis, no sentido de obstruírem o caminho para movimentos de resistência? Aqui, as contribuições foucaultianas acerca das tecnologias e estratégias de poder apresentam-se como relevante ponto de partida para nossas reflexões.

A despeito de outras configurações societárias, as características clássicas de uma sociedade pautada na figura do soberano teve, principalmente, a morte como parâmetro e base para suas decisões e julgamentos. Neste tipo de sociedade, os mecanismos disciplinares estavam sob os crivos do poder soberano personificado cujas atribuições giravam em torno do direito de matar e de deixar viver. Disciplinas que

estavam postas, punições facilmente identificáveis a olhos nus e tidas como consequências necessárias diante de atos e atitudes desviantes da lei soberana e da normalidade esperada para a manutenção do bom funcionamento da sociedade em toda sua plenitude. Poder soberano que decidia quem morria e quem vivia, que fazia morrer e que deixava viver (FOUCAULT, 2005).

Ao longo do tempo, observa-se que o poder deixou de centralizar suas atenções na morte e virou seus olhares para a vida enquanto elemento central a ser investido e potencializado. Os modos intencionais de fazer morrer abriram espaço para estratégias de otimização e controle da vida em todos os seus processos e prismas, de um modo tal que “agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação” (FOUCAULT, 1988, p. 130).

Foucault (2005) aponta que, a partir do século XVII, tecnologias e dispositivos de poder evidenciaram este cuidado mais meticuloso para com a vida por meio do desenvolvimento de mecanismos de controle e sujeição. Este poder sobre a vida desenvolveu-se, principalmente, por meio de duas tecnologias sobrepostas: uma direcionada para o corpo individual (*tecnologia disciplinar do corpo*) e outra dedicada à vida em suas dimensões mais amplas (*tecnologia de regulamentação da vida*). Tecnologias que estão atreladas à topologia do modo de acumulação capitalista da época e ao contexto político-econômico do momento de sua emergência e cujo exercício não se deu de forma binária e excludente, mas sim de maneira sobreposta e complementar.

O mote para se pensar a primeira tecnologia de poder mencionada é a figura do corpo enquanto máquina, enquanto fonte de energia útil a ser investida em atividades econômicas e produtivas. Corpo para onde

eram direcionados anseios e estratégias de adestramento, controle, padronização e normalidade visando docilizá-lo de modo que sua produtividade maquínica pudesse ser garantida. “Homem-corpo” considerado em seu aspecto individual, enquanto corpo-individual, que por meio de dispositivos disciplinares era vigiado, punido, alinhado e investido na intenção de assegurar seu permanente controle a serviço dos processos de valorização e expansão do capital então industrial.

Por seu turno, Fonseca, Engelman & Giacomel (2004) analisam as formas de poder infringidas a este “corpo vulnerável” a partir dos processos de industrialização ocidental que, em seu crescimento acentuado no século XVII, absorveram “homens-corpo” para as fábricas necessitadas de mão de obra e força produtiva. Apontam que a este corpo foram aplicadas estratégias disciplinares que o sujeitavam e modelavam enquanto um elemento do conjunto maquínico, enquanto corpo-máquina. Corpo que, neste processo, passa a produzir, reproduzir e acompanhar os movimentos do crescente sistema capitalista.

Foucault (1988) aponta que esta tecnologia disciplinar do corpo e os dispositivos de poder que a constituem foram elementos fundamentais para a garantia do crescimento e evolução do capitalismo de então. As disciplinas aplicadas ao corpo-máquina, seu adestramento e sujeição foram aspectos que permitiram a continuidade da produtividade fabril e a formação de uma espécie de corpo operário dócil e controlado, alvo de processos de exploração, expropriação e produção de mais valor. Em paralelo, os esforços de regulação da vida, em suas dimensões mais amplificadas, também possuem relevância intransponível neste processo e seus mecanismos de controle representaram adubo para a proliferação, nutrição e reprodução do

modo de produção capitalista enquanto tal (na perspectiva marxista, um sistema mundo).

A este respeito, observa-se que a partir do século XVIII, os mecanismos disciplinares, antes centrados na produção e reprodução de corpos dóceis, deram lugar a uma disciplina da vida no sentido de investir seus esforços na manutenção e controle da regulação da mesma em seus mais diversos âmbitos. Desta forma, para além do corpo-máquina, o poder passa a direcionar suas lentes para processos que são próprios à vida - como taxas de natalidade, mortalidade, proliferação, longevidade, etc. -, agora interessado no corpo-espécie, no corpo-população. Em outras palavras, o poder passa a investir na vida enquanto massa global, dirigindo-se a fenômenos ao nível das massas, da espécie humana e das populações que passam a ser problema político, biológico e, conseqüentemente, do próprio poder.

Esta outra forma de exercício de poder é considerada enquanto tecnologia de regulamentação da vida, visto que se direciona para a multiplicidade dos processos vitais. Seus primeiros objetos de saber e alvos de controle passam a ser mensurações e análises estatísticas acerca da massa, da população, ou seja, não apenas sobre quem morre ou quem nasce, mas sim quantos morrem e/ou quantos nascem - da mesma forma que interessa saber quantos adoecem, quantos se reproduzem, quantos trabalham e assim por diante. Saberes que serão recursos fundamentais para o planejamento e implementação de estratégias e dispositivos de controle sobre a vida da população, por parte do Estado (FOUCAULT, 2005).

O relevo dado por Foucault a este processo histórico revela o desenvolvimento do que ele chamou de *biopolítica da espécie humana*. Tecnologia de poder que se caracteriza menos como anátomo-política

do corpo e mais investida na vida em termos biológicos, políticos e processuais. Biopolítica direcionada aos acontecimentos que ocorrem a nível das massas, buscando previsões, estimativas e medições de caráter global, cujo objetivo final é a obtenção de uma espécie de homeostase, equilíbrio e controle dos diferentes modos de vida. Se antes o poder almejava assegurar uma disciplina em nível individual, agora seu objetivo é assegurar a regulamentação em âmbito mais geral. Uma regulamentação da vida em suas dimensões mais amplas e também mais íntimas.

A respeito desta nova tecnologia, Foucault afirma que

aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a "população" enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de "fazer viver". A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 2005, p. 294).

Desta forma, a biopolítica estaria na constituição de uma estratégia mais ampla, denominada por Foucault de *biopoder* que, ao considerar aspectos como a vida e a morte, diferencia-se dos tradicionais dispositivos disciplinares pelo seu esforço direcionado para a regulação e otimização da vida. Pelo seu interesse em fazer viver. Biopoder no sentido de estratégia de poder que visa regulamentação da vida em seus meandros e vicissitudes. Poder interessado na vida de ponta a ponta, desde seus aspectos biológicos, detalhes anatômicos, no

corpo¹², até suas dimensões populacionais e totalizantes (PELBART, 2003).

Poder que passa a direcionar sua atenção para a vida, na tarefa de quase esgarçá-la para que seus aspectos mais privados e íntimos possam ser observados e conseqüentemente controlados. Mecanismos de poder que alcançam os cantos mais escondidos da vida e agem sobre ela com a intenção de otimizá-la, tornando-a cada vez mais eficaz de acordo com seus interesses e anseios. Estratégias de poder que intervêm no “como” da vida, em como ela anda, se dá, se reproduz, se valoriza, se alarga, se finda e se estabelece. Dispositivos de controle que miram a vida no que ela possui de mais geral e explícito como também secreto e íntimo. Poder que se capilariza pelos modos de ser, viver e também de trabalhar.

Assim, observa-se que “este biopoder [...] foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 132). Biopoder que se revela como fator fundamental ao projeto de modernidade capitalista na sua tarefa de se apoderar das potências da vida em função dos modos e modelos de produção deste sistema de valorização constante do valor.

¹² A respeito da relação entre corpo e a noção de biopolítica, Pelbart (2008) traz importantes contribuições e aponta para um “corpo que não aguenta mais” - baseado no pensamento do filósofo francês David Lapoujade -, um corpo que vem sendo coagido, principalmente, por três fatores sócio-históricos: o adestramento e sujeição que o abateram por milênios, os esforços disciplinares de docilização que lhe foram rigidamente impostos (nas escolas, hospitais, fábricas e outras instituições) e o que o autor chama de “mutação biopolítica”, ou seja, uma espécie de mortificação sobrevivencialista cotidiana. Corpo este que não está apenas submetido a dispositivos disciplinares rígidos e explícitos, mas a formas de controle e sujeição mais sutis e não menos eficazes, características do modo de produção capitalista na contemporaneidade.

Modos de produção que possuem características distintas e evidenciam estratégias de poder e formas de dominação e sujeição da vida em prol da reprodução e continuidade infinita da lógica destrutivamente criativa do capital. Sistema este que se caracteriza pelo exercício sobreposto de técnicas de poder disciplinares e biopolíticas, atuando de forma multiforme e refletindo em aspectos como corpo, tempo, espaço e trabalho (LAZZARATO, 2004).

Neste sentido, revela-se interessante uma observação mais atenta para a articulação entre dispositivos de poder e formas de produzir e trabalhar. Pensemos: quais teriam sido as diferentes facetas e roupagens forjadas pelo poder e seus vetores nos ambientes laborais ao longo dos anos? Em quais pontos dos processos de produção e trabalho as estratégias do poder incidiram com maior força e intensidade? Quais eram suas finalidades e a quais intenções respondiam?

À guisa de uma tentativa de contorno para essas questões, revela-se importante observar o trabalho de Braverman (1987) que, ao empreender análises acerca da relação entre trabalho e o então crescente capital monopolista, teceu relevantes análises sobre as origens da gerência industrial e suas respectivas formas de disciplinamento e controle.

O autor aponta que dentro das antigas fábricas e oficinas industriais imperavam estratégias gerenciais rígidas e coercitivas, cuja intenção disciplinar era fazer com que a massa trabalhadora permanecesse produzindo durante longas horas, e até mesmo por dias. Contexto de pungente industrialização do capital no qual imperavam dispositivos de poder com caráter coercitivo que garantiam a efetividade do seu controle por meio da imposição, da força e do crescimento do medo no corpo-máquina que estava submetido a um

“método de total dominação econômica, espiritual, moral e física” (BRAVERMAN, 1987, p. 67).

Tal relação disciplinar de adestramento, docilização intencional, sujeição e controle em diferentes níveis pode ser vislumbrada de forma metafórica no fato de que

o verbo *to manage* (administrar, gerenciar), vem de *manus*, do latim, que significa mão. Antigamente significava adestrar um cavalo nas suas andaduras, para fazê-lo praticar o *manège*. Como um cavaleiro que utiliza rédeas, bridão, esporas, cenoura, chicote e adestramento desde o nascimento para impor sua vontade ao animal, o capitalista empenha-se, através da gerência (*management*), em controlar. E o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais (BRAVERMAN, 1987, p. 68).

Esta provocação nos leva a pensar também a respeito dos modos de trabalho tayloristas/fordistas, cujos princípios não eram estrangeiros à ideologia “corpo-máquina”, considerando seres humanos enquanto maquinaria útil e produtiva. De uma lado, a configuração taylorista materializada em cinzentos sistemas industriais de notável rigidez que se baseavam na separação entre concepção, controle e execução produtivos, cujo excesso de fumaça abafava e escondia intencionalmente elevados níveis de exploração, dominação e desgaste operário. De outro, o aprimoramento da produção em série, padronização de produtos e incremento da produção linear em massa - característicos da era do capital fordista - determinavam outros ritmos, gestos e velocidades nas fábricas (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009).

Nossa intenção aqui não é tecer uma definição detalhada e nem esmiuçar a configuração característica de cada modelo de produção capitalista, mas sim apontar suas articulações com nossas análises

acerca dos dispositivos de poder e seus exercícios no contexto laboral. Fato é que ambos os modelos (taylorista e fordista) revelam, em uníssono, o esforço das estratégias disciplinares direcionado ao corpo em sua dimensão maquínica, com tempos e movimentos marcados e bem definidos, ou seja, ao corpo que trabalha. Aqui, permito-me fazer uso de tal expressão (“corpo que trabalha”) pelo fato do corpo enquanto máquina ser o principal alvo de interesse dessas estratégias do poder capitalista. De modo geral, sua utilidade e capacidade produtiva era o que interessava na axiomática de produção incessante de valor.

Em contraste com cenários dotados de maior fixidez e disciplinas explícitas, o modo de trabalho e produção toyotista articula-se com mecanismos de poder que direcionam seus olhares para a vida em seus aspectos mais amplificados, controlando-a de modo mais sutil e horizontal - porém não menos eficaz -, sem ela nem mesmo se dar conta da sujeição à qual está submetida.

Boltanski & Chiapello (2009) afirmam que, ao se contrapor aos antigos métodos de administração empresarial, o toyotismo tinha como pressuposto fulcral a produção baseada na demanda do cliente/mercado, fator que, por exemplo, ocasionou a supressão dos custosos estoques herdados do taylorismo e fordismo. Em paralelo, observa-se menor rigidez hierárquica e maior fluidez no processo de divisão de tarefas que abriram espaço para a necessidade de polivalência e execução de atividades em equipe. Provenientes de outros destinos, o controle e as exigências produtivas agora passam a ser baseados no exterior, num movimento de fora para dentro, ou seja, na clientela e nas exigências de quantidade e qualidade numa perspectiva mercadológica, na dinâmica do mercado concorrencial.

Neste caminho, o processo produtivo parece tornar-se mais poroso, difuso, fluido e os dispositivos de controle que o atravessam não mais deixam rastros explícitos que permitem identificar facilmente sua origem, destino e intenções. Esta dinâmica instaura um cenário no qual tempos e movimentos não são mais rígida e explicitamente controlados e nem corpos mecanicamente docilizados, num processo no qual passa a ser possível vislumbrar relações laborais aparentemente mais flexíveis e multiformes.

O invólucro que reveste o contexto de então estrutura-se em torno do que Antunes (2014) denominou de reestruturação produtiva, no sentido de representar o modelo de acumulação flexível de capital como base para as relações laborais em geral. Este padrão de acumulação flexível caracteriza-se pelo modelo de “empresa enxuta” - porém sem brechas para perdas nos níveis de produtividade e qualidade -, na desconcentração produtiva, numa estrutura organizacional mais “flexível” - em termos de salário, produção, carga horária e contratos -, em demandas por trabalho polivalente, multifuncional e, preferencialmente, em equipe, e em desempenho individual pautado em metas e programas de qualidade total como bússola para o planejamento e garantia da produção.

Este cenário de acumulação flexível, mesmo mantendo determinadas estruturas tradicionais de dominação, rompe em diversos aspectos com o padrão fordista de produção e gera, como consequência, modos de trabalhar e viver baseados na flexibilização e precarização em diferentes dimensões. Na era do capitalismo flexível, neoliberal, digital, financeiro, globalizado e algoritmo, observa-se o crescimento contínuo de aparatos tecnológicos e o predomínio da lógica financeira que mantém sua égide sob os pilares da volatilidade, velocidade e

descartabilidade desmedidas, num processo de “tudo para ontem” cuja urgência segue seu fluxo transformando tudo o que encontra em seu caminho em obsoleto, antigo e ultrapassado (ANTUNES, 2014; ANTUNES & DRUCK, 2015).

Se olharmos com mais atenção para as reflexões empreendidas por Sennett (2009) em torno do que chamamos anteriormente de flexibilidade, percebemos que o caráter menos rígido e fixo dos modos e modelos de produzir e trabalhar não garantiram que a/os trabalhadora/es se desprendessem das amarras do controle que a/os acorrentavam. Um contexto laboral flexível, neste sentido, não está atrelado fundamentalmente à ideia de liberdade e autonomia no trabalho. Nas palavras do autor, “a repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam” (SENNETT, 2009, p. 54).

Desta forma, este novo sistema de poder, escondido e metamorfoseado nas ideologias falaciosas de flexibilidade e autonomia, revela-se enquanto um território no qual há concentração de poder sem centralização definida, um contexto no qual dispositivos de controle e dominação estão em exercício de forma equivalente - ou até mesmo mais intensa - aos modos mais rígidos de produção característicos de outrora. Pode-se dizer que a rigorosa estrutura piramidal do capital taylorista/fordista não se encontra mais evidentemente instalada, porém, mesmo na sua ausência, o poder mostra-se eficaz através de seu exercício tentacular cujos raios de alcance ultrapassam os limites dos ambientes de trabalho. Neste oceano imprevisivelmente controlado, observa-se que “há um continente de poder no arquipélago de poder flexível” (SENNETT, 2009, p. 64).

Esta forma labiríntica de controle materializa-se nos modos de gestão - no sentido de técnicas diversas utilizadas com a finalidade de garantir a perenidade das organizações - e de gerenciamento da força de trabalho enquanto combustível necessário para a manutenção da engrenagem capitalista, fundamentalmente paradoxal: produzir mais com menos recursos, ser autônomo obedecendo regras rígidas, saber trabalhar em equipe em um contexto de extrema concorrência e individualismo (GAULEJAC, 2015). Baseado em reflexões foucaultianas, Gaulejac (2007) chama atenção para a passagem do sistema disciplinar para o que ele chama de poder gerencialista, cujo exercício despe-se da roupagem opressiva e estática que lhe eram características e passa a preocupar-se com as implicações subjetivas dos sujeitos que trabalham.

Poder que vira a página dos corpos úteis e dóceis e objetiva transformar energia psíquica em força produtiva e mobilização para o trabalho, que deixa de lado aspectos mecanicamente repressores para elaborar mecanismos de sedução com fins produtivos, espécie de “canto da sereia” que troca imposições por estratégias de adesão e não reclama mais obediência, mas sim investe nas possíveis em formas de reconhecimento. Assim, a gestão gerencialista passa a mobilizar desejos e afetos direcionados a uma organização que atinge um limiar quase que personificado - enquanto um ente que é capaz de reconhecer e valorizar quem a ele dedica tempo e investimento subjetivo (GAULEJAC, 2007).

Neste cenário, o aumento da aparente “liberdade” no trabalho não vem acompanhado de um afrouxamento das exigências produtivas e da vigilância para com resultados esperados e *performances* planejadas. O que se observa é o oposto, ou seja, os índices de flexibilidade aumentam na mesma ordem e velocidade que as exigências por resultados, num contexto no qual o incremento de novas tecnologias contribui para

tornar cada vez mais confusas e porosas as tênues fronteiras entre dimensões como tempo e espaço, profissional e privado, casa e escritório. Aspectos que, mesmo preservando sua complexidade e particularidades próprias, sofrem uma espécie de codificação para serem compreendidos e valorizados, uma tradução que limita suas múltiplas faces aos quadrantes limitados de relatórios numéricos, caracteres quantificáveis e passíveis de mensuração. Aqui, um único idioma é aceito. Uma única língua se fala. Linguagem inexorável, algébrica, retangular, geométrica e com fins previsíveis. Um cenário no qual prevalece a *quatofrenia aguda* ((GAULEJAC, 2007), enquanto doença da medida que acomete trabalhadoras e trabalhadores, propagando-se de forma viral em velocidade preocupante e cujos antídotos e soluções para seu combate ainda são pouco conhecidos.

O anseio de sempre chegar a uma espécie de denominador comum parece atravessar de ponta a ponta a dinâmica laboral contemporânea e o desejo imperioso de mensuração de tudo e de toda/os revela-se como pano de fundo dos modos de demonstrar resultados, codificar produtividade, planejar tarefas e, inclusive, avaliar o trabalho. De maneira provocativa, Dejours (2008) parte de dados empíricos provenientes de pesquisas realizadas em diferentes setores produtivos para afirmar que não há, de fato, proporcionalidade direta entre as categorias desempenho e trabalho. Desta forma, quaisquer que sejam os métodos dedicados à mensuração e à avaliação, o trabalho efetivo não será apreensível por tais esforços e nunca poderá ser integralmente visível visto que, em princípio, está fundamentalmente atrelado à subjetividade e se revela de forma particular em cada situação de trabalho.

O autor aponta ainda que a primazia dos modelos de avaliação de desempenho dedica-se a medir performances, alcance de metas e níveis de produtividade e não o que se entende por trabalho efetivo. Trabalho este que se torna mais acessível na medida em que a subjetividade da/os trabalhadora/es é considerada, por meio da palavra e sua circulação, visto que se apresenta sempre de forma singular e única. O que se observa, então, são avaliações desconectadas da dimensão real do trabalho, num processo de negação e invisibilidade do trabalho real - indecifrável, inominável, obtuso e não passível a codificações - cujos efeitos podem abafar e esconder importantes elementos da dinâmica laboral (LHUILIER, 2012; DEJOURS, 2008).

Nesta perspectiva, observa-se que tal contexto possui múltiplos desdobramentos referentes às relações de trabalho e consequentes efeitos subjetivos para os sujeitos que o constituem. Em sua obra “*A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*”, Sennett (2009) aponta que as transformações do cenário trabalhista e sua configuração atual abrigam aspectos que corroem fatores anteriormente considerados como essenciais para a construção do caráter pessoal, tais como integridade, confiança mútua e senso coletivo de objetivos. O autor parte da noção de caráter enquanto “traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem” (SENNETT, 2009, p. 10) e afirma que o novo capitalismo flexível impõe questões sobre o caráter, na medida em que carrega consigo fortes dosagens de individualismo e enfraquecimento das relações de cooperação no trabalho. A tarefa de valorizar e reconhecer traços e valores pessoais em si e nos outros, assim como a de manter lealdades e ajuda mútua, mostra-se dificultada pela urgência,

efemeridade, impaciência, imediatismo e precariedade - ingredientes fundamentais da era do capital flexível.

Em consonância, Dejours (2007) aponta um aumento progressivo da tolerância para com práticas de injustiça nos contextos laborais contemporâneos. Baseado nas contribuições de Hannah Arendt - especificamente no conceito de banalização do mal - o autor destaca certa cumplicidade existente entre a sociedade de modo geral e os objetivos economicistas, cujo casamento possui consequências que resultam num processo, segundo ele, de banalização da injustiça social acompanhado de vivências de sofrimento no trabalho.¹³ Desta forma, observa-se crescimento nos níveis de tolerância para com aspectos anteriormente considerados intoleráveis nos contextos laborais pelo fato de haver, sempre à espreita, uma constante ameaça de demissão - característica deste cenário de precarização do trabalho - e pela própria necessidade de garantia de emprego e sobrevivência nesses contextos.

Diante deste mosaico, o convite à reflexão acerca do fenômeno da precarização social do trabalho e suas variadas dimensões revela-se necessário e atraente enquanto material que poderá nos auxiliar no curso de nossas análises. Tido como objeto de estudo por diferentes campos epistemológicos, este fenômeno - assim como, em nível

¹³ Nesta obra, Dejours parte da análise de vivências de sofrimento nos contextos contemporâneos de trabalho para tecer comentários em torno de uma questão central acerca das possíveis motivações subjetivas para a dominação. O autor afirma que o processo de banalização de práticas injustas nos ambientes laborais vem acompanhado de mecanismos e estratégias de defesa, individuais ou coletivas, que tendem a negar o sofrimento no trabalho. Negação esta que pode obter sucesso na sua função de manter o sujeito trabalhando, apesar de tudo. Em contrapartida, tais defesas levam a uma negação do sofrimento alheio - abrindo espaço para a tolerância e naturalização de injustiças - e também o do próprio sujeito. Em outras palavras, nega-se o sofrimento alheio, silenciando o seu. Esta dinâmica processual apresenta-se como um caminho para vivências de sofrimento cada vez mais intensas, cujos desdobramentos para a saúde mental podem ser de diversas sortes. Entre eles, quadros de sofrimento patogênico e, no limite, tentativas e/ou atos suicidas no trabalho aparecem como alguns dos seus possíveis destinos.

estrutural, a precariedade das formas e vínculos laborais contemporâneos - revela pontos de convergência por parte de diferentes autoras e autores no que se refere a sua natureza. De maneira convergente, afirma-se que as suas condições de possibilidade estão atreladas ao predomínio da lógica financeira na economia global - acentuado nas décadas de 1980/90 -, à vigência das formas de acumulação flexível de capital, à ofensiva neoliberal e aos governos defensores da chamada desregulamentação dos mercados. A combinação desses fatores serviu como adubo para a germinação do fenômeno da precarização social do trabalho, que no Brasil ganha contornos específicos devido à historicidade colonial, escravista e patriarcal que lhe é característica. Como manifestações desta precarização de caráter multidimensional destacam-se, por exemplo, os próprios processos de terceirização e o chamado trabalho “uberizado”¹⁴

¹⁴ É importante ressaltar que, ainda que o termo uberização popularmente remeta à empresa “Uber”, esse fenômeno não se inicia com a atuação da mesma, nem se restringe a ela. A chamada *uberização* do trabalho é parte de um processo histórico muito mais amplo, de digitalização das formas de trabalho, caracterizado por transformações no modo de produção capitalista, que envolve novas formas de organização do trabalho, eliminação de direitos trabalhistas, jornada ilimitada de trabalho, além de novas formas de subjetivação associadas ao empreendedorismo e à atuação laboral autônoma. Neste sentido, as contribuições de Fuchs (2014) sobre o desenvolvimento do chamado trabalho digital (*digital labor*) - e das plataformas digitais de trabalho (*digital labor platforms*) - são cruciais para compreender e situar a emergência e recrudescimento do fenômeno da chamada uberização a nível global, considerando que a divisão internacional do trabalho digital é resultado da articulação de variadas formas de exploração do capital que se atravessam mutuamente. De forma semelhante, Grohmann (2020) e Woodcock (2021) compreendem que o mundo do trabalho está sendo afetado por um processo de plataformação que materializa e concretiza processos já existentes, que se apresentam intensificados, não puramente como resultados de processos tecnológicos, mas de outras dimensões existentes, como a extração de dados, a organização algorítmica e elementos da racionalidade neoliberal. Diante disso, o autor defende que a expressão “plataformização do trabalho” descreveria melhor o atual cenário do trabalho digital do que “uberização”, uma vez que este termo não abrange a multiplicidade de atividades mediadas por plataformas além da própria Uber, dada a significativa variedade de lógicas de extração de valor e características laborais (GROHMANN, 2020, p. 111). Sobre este tema, acreditamos ser importante ressaltar também as formas de resistência e organização coletiva da classe trabalhadora em contexto de plataformação do trabalho. Observa-se que aspectos característicos do trabalho neoliberal que dificultam a formação de resistências organizadas e revela como as tecnologias representam, ao mesmo tempo, um dispositivo de controle intenso e um mecanismo mobilizado para subvertê-lo. Diante deste panorama, trazer visibilidade para essas

ou “plataformizado” (ANTUNES, 2018) que consiste em um novo modelo de organização articulado ao uso de recentes tecnologias digitais para gerenciar, organizar e controlar a atividade de milhares de trabalhadore/as em todo o mundo (ABÍLIO, 2019).

No âmbito das clínicas do trabalho, particularmente da psicodinâmica, o processo de precarização é considerado na perspectiva de uma “adversidade socialmente gerada pela manipulação neoliberal da competição pelo emprego” (DEJOURS, 2007, p.124). Nesta consideração, parte-se do pressuposto de que a precarização não se refere apenas às formas de vínculo empregatício, mas também - e isso bastante nos interessa - engendra-se na constituição de condições sociais, subjetivas e existenciais.

No bojo dessas reflexões, Dejours (2007) afirma que os principais efeitos do processo de precarização giram em torno de: mecanismos de intensificação do trabalho, com conseqüente aumento do sofrimento psíquico; enfraquecimento de ações e movimentos coletivos contra a dominação e sofrimento no trabalho; estratégias defensivas de sujeitos que se veem “negando o sofrimento alheio e calando o seu” (DEJOURS, 2007, p. 51); e o crescimento do individualismo devido, de forma particular, à constante ameaça de demissão presente nesses contextos.

Agora, se ativarmos um *zoom* em nossas lentes reflexivas e considerarmos o contexto contemporâneo brasileiro, observaremos um cenário trabalhista caracterizado principalmente, conforme apontado em linhas anteriores, pela articulação do domínio das formas de acumulação flexível de capital com as bases do capitalismo financeiro e dos preceitos neoliberais, de emergência mais acentuada na década de

1990. Combinados em meio às oscilações da conjuntura socioeconômica, esses elementos abriram caminho para as formas características de contratação - principalmente a terceirização¹⁵ - flexibilização e informalidade, predominantes no cenário atual de precarização do trabalho (DRUCK, 2011).

Importantes contribuições do campo da sociologia do trabalho (DRUCK, 2016; 2013; 2011; ANTUNES & DRUCK, 2015) revelam características deste contexto e também trazem luz para o fenômeno da precarização social do trabalho que instaura, por sua vez, uma institucionalização da flexibilização e precarização do trabalho no país, agora justificada pelas demandas de adaptação aos “novos tempos” globais. Contexto no qual impera a hegemonia do capitalismo financeiro que, com sua cadência e velocidade acentuadas, fazem diminuir as pausas entre as notas e aceleram o ritmo da melodia orquestrada pelos diferentes âmbitos da dinâmica de trabalho internacional. O que se ouve, sente e experimenta, agora, é um novo ritmo de trabalho e de vida que possui impactos diversos nos modos de viver e trabalhar.

De maneira generalizada, o fenômeno da precarização social do trabalho carrega consigo uma atmosfera de instabilidade e vulnerabilidade de massa, cujos efeitos podem ser observados nas formas de organização e gestão do trabalho por parte das empresas e organizações, no âmbito da legislação trabalhista e social, no papel do Estado enquanto agente regulador das relações e condições laborais, nos limites e possibilidades das instâncias sindicais e nas formas de organização coletiva e luta política da classe trabalhadora - que se

¹⁵ O capítulo seguinte é dedicado a uma reflexão mais profunda acerca do processo de terceirização no Brasil.

encontram fragmentadas em meio a um cenário de concorrência pulsante e individualismo exacerbado (DRUCK, 2013).

A partir do que foi exposto anteriormente observa-se que: seja no contemporâneo ou em outros períodos históricos, por meio de disciplinas rígidas ou controles mais escorregadios, as estratégias de poder para com a vida sofreram transformações ao longo do tempo, (re)modelagens planejadas para que seu exercício pudesse pavimentar um caminho propício para a reprodução de determinados modos de viver e trabalhar, assim como para o crescimento desenfreado do capitalismo e os efeitos subjetivos que lhe são subjacentes.

Neste ponto, faz-se necessário retornar ao questionamento levantado no início desta seção, na tentativa de dar-lhe um contorno: quais seriam, neste processo, as possibilidades de resistência diante dos efeitos desses dispositivos quase irresistíveis - no sentido de dificultarem e até mesmo impedirem o caminho para a criação de movimentos de resistência e enfrentamento por parte de trabalhadora/es de diferentes categorias profissionais?

A partir do que foi apresentado, observa-se que esses dispositivos irresistíveis não deixam muitas margens para a criação e produção de formas de resistência, visto que seus esforços de controle parecem estar ocupados demais com a tarefa de sujeitar a vida de acordo com suas vontades e intenções a serviço da lógica de acumulação do capital. Assim, tanto as tradicionais disciplinas fabris destinadas ao corpo-máquina quanto os modelos de controle “flexíveis” da chamada modernidade são tidos como modelos irresistíveis, não facilmente passíveis de mudança e reconfiguração, num processo no qual posturas in/cômodas de aceitação e reprodução de suas características parecem

ser o caminho mais confortável, de solução mais rápida e recomendação mais difundida.

Ao utilizarmos a expressão *dispositivos irresistíveis* destacamos essa espécie de “irresistibilidade” de tais dispositivos de poder pelas suas características sedutoras, galantes e gentis, aos quais torna-se difícil resistir, diante dos quais parece penoso imaginar cenários outros e possibilidades que estejam para além de seus limites e quadrantes já conhecidos. Como então resistir ao irresistível? De que maneira seria possível enfrentar o que parece não ser passível de desvios, contornos, transformação e mudança? O que então restaria à vida diante de tais dispositivos de poder?

Em face de tais aspectos, percebe-se que a vida ainda encontra espaço de manobra para o seu permanente processo de reinvenção. Pelbart (2008) afirma que diante do poder sobre a vida encontram-se as potências da vida e que ao biopoder revela-se o que o autor chama de biopotência. Potência essa que, inerente à própria vida, é composta por forças insubordináveis e teimosas que, coexistindo lado a lado com capturas, cristalizações e outras formas de controle, representam um caminho através do qual é possível intensificar enfrentamentos, resistências, estalos e rachaduras na lógica instituída dos contextos contemporâneos de trabalho. Assim, “ao poder sobre a vida responde a potência da vida, ao biopoder responde a biopotência, mas esse “responde” não significa uma reação, já que o que se vai constatando é que tal potência de vida já estava lá desde o início” (PELBART, 2008, p. 2).

Em consonância, Hardt & Negri (2016) partem da noção de biopolítica para pensar uma produção alternativa de subjetividade que se dá como resistência e acontecimento de liberdade. Tais pensadores

concordam com o fato de que a vida sempre está vinculada a um outro poder que luta e resiste em prol de existências alternativas, desviantes e singulares. Ao apresentarem uma espécie de inversão conceitual da noção foucaultiana de biopolítica, tais autores consideram este conceito não mais como poder sobre a vida, mas como potência da vida¹⁶. Nessa perspectiva, o conceito de biopolítica revela-se como o poder da vida em resistir e determinar uma produção alternativa de subjetividade. Como uma “densa trama de acontecimentos de liberdade” (HARDT & NEGRI, 2016, p. 76).

Os tremores característicos desse processo instauram essa biopolítica como acontecimento, ou seja, como ruptura à linearidade, continuidade, fixidez e determinação das ordens e dispositivos de poder. O acontecimento biopolítico, desta maneira, tem como efeitos subversões de caráter subjetivo e abalos de identidades e normas num movimento potente de produção alternativa de subjetividade, de outras realidades e novos cenários. A este respeito, Hardt & Negri (2016) amplificam suas proposições e apostam numa concepção biopolítica de racionalidade - razão biopolítica - através da qual forças de resistência podem se contrapor às verdades universais que referenciam os modos de sentir, viver e trabalhar na contemporaneidade. Forças que vêm “de

¹⁶ Vale ressaltar que, aqui, a vida não mais é considerada apenas em suas dimensões biológicas que afetam processos no nível da população, conforme reclamava a noção clássica de biopolítica enquanto poder sobre a vida. Poder que na contemporaneidade, de acordo com Pelbart (2008) baseado nas contribuições de Agamben - na obra intitulada *O que resta de Auschwitz* (2008) -, não mais se preocupa em fazer viver ou morrer, mas sim sobreviver. Poder que gera sobreviventes e que, no limite, reduz a vida à sua dimensão puramente biológica. Vida humana reduzida ao seu nível residual, a um mínimo biológico, ao que Agamben chama de *sobrevida*. Em contrapartida, observa-se que diante do poder sobre a vida há as potências da vida, e que diante do biopoder há o que Pelbart denominou de biopotência num processo no qual a vida, “ao deslocar-se de sua acepção predominantemente biológica, ganha uma amplitude inesperada e passa a ser redefinida como poder de afetar e ser afetado” (PELBART, 2003, p. 25).

dentro”, que partem do interior da modernidade, pautadas na produção de um comum alicerçado em práticas sociais coletivas.

A potência crítica e transgressora desses movimentos de criação de novas realidades, nos põe em contato com seu caráter espantoso, não decifrável, insistente e, no limite, aberrante. Aqui, a noção de *movimentos aberrantes*, desenvolvida por Lapoujade (2015) na leitura que faz das obras de Deleuze, é colocada em jogo no interior de nossas reflexões anteriores. Considerados como movimentos que, em sua lógica irracional, fazem morrer o que não é necessário para as potências da vida, os movimentos aberrantes não são arbitrários e sua ocorrência não tem caráter acidental, mas sim necessário, forçado e constitutivo. Em sua força crítica destruidora, tais movimentos configuram-se como máquinas de guerra que lutam contra as forças que teimam em submeter a vida, sujeitando-a a uma mera repetição apriorística de si, sem riscos, deslizos, erros, potências e imprevisibilidades. São movimentos que, em sua potente particularidade, vinculam-se à vida em seus aspectos ético-políticos.

Assim, a partir do que aqui foi exposto, percebe-se que, de uma maneira ou de outra, as potências da vida dão sinais de sua existência e não permitem que os dispositivos de poder encerrem-se sobre a vida por completo, de maneira definitiva, integral e cerrada. Algo da vida sempre escapa, sempre escapará. Evidenciando que, não importa a intensidade do poder, focos de resistência sempre estarão presentes na sua tarefa de convocar rearranjos e transformações de níveis micro e/ou macropolítico.

Sugere-se então que as reflexões aqui empreendidas sejam armazenadas em uma espécie de sacola conceitual (mantendo a inspiração e pegando de empréstimo a expressão deleuziana) na qual

são mantidas e guardadas noções, conceitos e questões importantes que posteriormente poderão nos auxiliar no processo de leitura e compreensão dos capítulos seguintes. A articulação entre poder e vida no interior do sistema do capital e seus desdobramentos nos contextos de trabalho ao longo do tempo histórico representa um importante ponto de partida para se pensar a dinâmica laboral na contemporaneidade, suas direções, particularidades críticas e efeitos subjetivos.

Neste sentido, ao considerar a questão central do presente estudo, torna-se importante a tarefa de analisar com cuidado os modos e modelos de trabalho que nos são contemporâneos e as (im)possíveis formas de poder, dominação e resistência que lhe são subjacentes. Faz-se necessário, portanto, dedicar nossos esforços para uma observação detalhada acerca do processo de terceirização, enquanto uma de suas principais facetas, cujo conteúdo revela em si características e reflexos do estágio do desenvolvimento atual do modo de produção capitalista.

TERCEIRIZHÇN
TEM COR E
GENERO

4

TERCEIRIZAÇÃO: VETOR DA AXIOMÁTICA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Era um cheiro convidativo de tempero fresco e uma vassoura cansada do esforço de eliminar a poeira daquele chão de lineares tábuas de madeira. Poeira que se metamorfoseava a cada movimento retilíneo ou circular de bicos e solas de sapatos cujo balanço formava um chão rabiscado, com desenhos e linhas embaraçadas. Infinitas a se perderem de vista. Assoalho marcado por listras de zebra ou ondas marítimas. Punhados de pó que acumulavam em si canções, desejos, frustrações, flertes, prazeres, alívios e cansaços de noites e dias anteriores. Resquícios acumulados nos espaços entre as longas tábuas retangulares que, agora, também se viam como parte dos sapatos, pés descalços e mãos que, por alguma razão, entravam em contato com as poeiras daquele chão. Resistentes a objetos e substâncias químicas que almejavam diariamente eliminá-las, tais partículas eram teimosas na tarefa de ocuparem seus espaços pois insistiam em preservar em si as vidas que lhes foram matéria prima. Ubíquas, pareciam estar presentes em mais de um lugar a um só tempo. Subitamente, minha atenção se viu capturada pela canção que soava como elemento já pertencente àquelas cadeiras empoeiradas, aos ventiladores de ferro na constante iminência de fazer chover vidas em pó, às vidraças das janelas que mais pareciam pinturas de edifícios pseudomodernos da região portuária da cidade, e aos corpos que, naquele instante, fugiam de suas regularidades cotidianas para se lançarem à breve sessão semanal coletiva de dança de salão. Complicada tarefa era a de imaginar aquele local desacompanhado de notas musicais. Além do mais, era precisa a constatação de que eu já havia ouvido aquele bolero em algum outro momento da vida. Lembrei-me que esses tipos eram os únicos que traziam esperanças e amenizavam as quase intermináveis tardes da vida do meu avô paterno. Mas afinal, de onde vinha o cheiro daquele tempero? (Trecho do Diário de Campo)

Os poucos momentos de pausa que restavam em sua nova rotina de trabalho não foram impedimento para que Dora me recebesse na

cafeteria da gafieira onde, agora, não mais frequentava como visitante ou aluna dos cursos de dança. Entre cuidar para que um quitute não queimasse e servir um belo prato da refeição do dia para uma de suas clientes, Dora direcionava-se a mim um olhar risonho no qual havia embutido um pedido de paciência e um desconcertado “já já falo com você”.

Na semana anterior ela me informara estar muito contente com seu novo trabalho e isso era algo que, de maneira particular, me trazia alegria. Afinal, nos conhecíamos há mais de quatro anos e eu estava ciente dos solavancos que atravessaram a sua trajetória nas últimas primaveras. Talvez por isso o convite de visitá-la na gafieira movimentara tantas expectativas em mim - além do fato de poder, enfim, encontrá-la de outra maneira e conversar de um outro modo que não por meio de caracteres virtuais.

Dora agora era a pessoa responsável pela cafeteria do local situado bem no centro comercial da cidade do Rio de Janeiro. Em outras palavras, era dela a responsabilidade de fornecer lanches, refeições e outros produtos para a clientela que frequentava o espaço durante todo o dia, do período da manhã até a noite. Fosse para um rápido gole de água no intervalo entre uma música e outra ou para um almoço completo por volta do meio-dia, as pessoas que compunham as diferentes turmas de dança do espaço (dança de salão, samba, bolero, etc.) sabiam que, agora, podiam contar com a oferta de quitutes de boa qualidade na cafeteria outrora abandonada.

Após o corre-corre do período de almoço, por volta das quinze horas, Dora pôde enfim sentar-se e conversar comigo sobre como estava a sua vida - e ela não o fez sem antes me oferecer uma generosa fatia do mais saboroso empadão dentre os que eu já havia experimentado.

Comentou sobre o processo de saída do último emprego, filhos, namoricos, projetos e sobre o seu atual trabalho que, diferente dos vínculos empregatícios anteriores, parecia ser algo não facilmente passível a classificações visto que, de acordo com ela, sua relevância não podia ser comportada dentro dos quadrantes e limites do que se denominava “trabalho informal” ou “trabalho autônomo”.

Frente ao que costumeiramente recebe a denominação de trabalho informal, Sato (2011) adota a expressão “profissões ignoradas” para caracterizar os tipos de trabalho que estão para além dos vínculos de emprego supostamente assalariado, regulado e protegido. A autora comenta que “dada a real existência dos bicos, do "se virar" e das "profissões ignoradas", talvez o melhor nome para o que se denomina de trabalho informal seja outro termo, menos empregado, que é o de trabalho "não-regulado" pelo Estado” (SATO, 2011, p. 247).

A não regulação estatal de determinadas funções laborais, como a realizada atualmente por Dora, nos conduz a uma breve reflexão sobre a expressão “profissões ignoradas”. Ativista na militância por questões trabalhistas que diziam respeito aos mais variados tipos de trabalho, Dora certamente não seria uma das pessoas que ignorou tais profissões. As modalidades do que se entende por trabalho informal não foram ignoradas por ela durante a sua trajetória pois eram, muitas vezes, motivos e alvos para os quais as suas ações e reivindicações se direcionaram. Enxergá-la na posição de sujeito cuja profissão é ignorada, a meu ver, é fator minimamente incômodo e contraditório.

O caráter polimorfo do contexto laboral evidencia uma espécie de habilidade de “criar trabalho” a partir da qual “criam-se trabalhos nas brechas existentes mediante movimentos astuciosos, que aproveitam as oportunidades abertas” (SATO, 2017, p. 170). Trabalhos esses que

encontram-se, muitas vezes, à margem do que a regularidade e padronização laborais pautam como sendo um “trabalho normal”. Tal reflexão atrela-se à vida que foi novamente trazida para a cafeteria na qual Dora agora exerce suas funções. Neste processo de reabertura - tanto do espaço quanto de si para a criação de um novo trabalho - alguns fatores são de extrema relevância, a saber: o filho e a filha de Dora que com ela construíram e mantêm o trabalho na cafeteria.

A respeito deste processo, Sato (2017) afirma que

diversas atividades de trabalho são criadas porque a rede composta por parentes, vizinhos e amigos - provê as condições necessárias para que se gere e se mantenha a criação de trabalho e rendimento. As iniciativas individuais são possíveis porque há um coletivo que dá sustentação às pessoas (p. 166-167).

Dançarino profissional e professor de dança na gafieira, Ramon foi quem fez com que o local tivesse uma possível conexão com a vida de sua mãe. Frequentadora de bailes e noites dançantes promovidas pelo espaço, Dora visitava a gafieira esporadicamente sem talvez nem sequer pensar na possibilidade de que aquele ambiente um dia seria o seu local de trabalho. Quando das primeiras ideias e considerações sobre trabalhar na cafeteria, foi Ramon quem intermediou as conversas da mãe com os proprietários do antigo espaço.

Renata, por sua vez, auxilia a mãe nas atividades de “caixa”, na organização das refeições e, de vez em quando, arrisca-se na preparação de algum quitute cujo preparo já é de seu conhecimento. Nos raros momentos de calma no local, consegue dedicar-se aos afazeres da universidade, a leituras e resolução de exercícios em meio à mesa que diariamente sustenta panelas de molho e talheres esperando para

ficarem secos e devidamente guardados. Dora não disfarça o orgulho que sente da filha e da sua dedicação para com os estudos.

Fato é que Dora conseguiu com seu novo trabalho, nem mesmo de forma intencional, aumentar o tempo de convívio com os filhos durante a semana. Antes, seus encontros se viam entrecortados pela pressa proveniente dos compromissos diários de cada um. Dora descobriu que, na cafeteria da gafeira, era possível não somente trabalhar e obter rendimentos, mas também conversar com seus filhos sobre questões familiares, conhecer mais a rotina de ambos e até mesmo lembrá-los de pagar boletos de contas da casa onde moram, cujas datas de vencimento, segundo eles, aproximavam-se em velocidade assustadora.

Não fossem as imprevisibilidades e percalços dos últimos anos, Dora talvez não tivesse escolhido realizar o trabalho anteriormente citado. Mulher, negra, militante e integrante de coletivos articulados a movimentos sociais distintos - cujas reivindicações giram em torno principalmente de temáticas trabalhistas -, trazia consigo a criticidade e o olhar atento que dificultavam, cada dia mais, sua convivência com regras injustas e dogmas presentes em determinados empregos e instituições. Seu último vínculo de trabalho formal foi com uma empresa subcontratada na prestação de serviços de portaria para uma universidade pública federal. Exercia ela as funções relativas ao cargo de porteira com vínculo de trabalho terceirizado.

Em dado momento de nossa conversa, o aparelho de som que funcionava por toda a gafeira resolveu dar sinais de sua idade e pistas do seu cansaço, deixando espaço para ruídos formados por buzinas de veículos e falas de transeuntes não identificáveis que, de forma espantosa, impunham-nos a lembrança de que havia vida apressada, cotidiana, regular e movimentada do lado de fora daquelas grandes

janelas retangulares. Um vácuo sonoro que marcou a existência de uma realidade outra, para além dos limites daquele local. Ausência de boleros que fez emergir a presença de sons urbanos corriqueiros.

Era curioso observar como toda a teia de atividades tecidas na gafeira - incluindo o trabalho de Dora na cafeteria - estava atravessada por acordes musicais que as acompanhavam permanentemente. Tudo ali era feito e embalado por canções. Assim, as relações entre as pessoas que frequentavam o espaço eram diariamente orquestradas pela cadência das melodias que ecoavam de um canto a outro do antigo edifício. Neste movimento, a gafeira possuía seu próprio ritmo.

Neste breve íterim sem trilha sonora, Dora dedicou-se a falar sobre o tempo no qual trabalhava na universidade e também dos vínculos afetivos que manteve com antigas companheiras e companheiros de trabalho. Comentou sobre algumas de suas vivências enquanto exercia a função de porteira terceirizada e confessou dificuldades que tornavam a permanência naquele contexto muito complexa. Ambiente que, assim como a vida na gafeira, era orquestrado por compassos e marcações provenientes de diferentes fontes, domínios e interesses.

As falas de Dora faziam referência ao processo de terceirização e à multifatorialidade que o acompanha, especificamente na universidade onde trabalhou. Tal como acontece na gafeira, a dinâmica da subcontratação também encontra-se orquestrada por modos e relações de trabalho precarizadas, cujas características impõem cadências, ritmos e compassos que estão sob a batuta e regência da lógica da acumulação do capital. Sonoridades laborais que merecem ser ouvidas e observadas com maior cautela, a fim de que sejam analisadas e melhor

compreendidas sua historicidade, condições de possibilidade e atual configuração.

A história de Dora, em sua singularidade, torna inteligíveis histórias para além de si, traz luz a outras singularidades, de outras trabalhadoras e trabalhadores. Assim, o encontro com Dora e as particularidades do seu novo local de trabalho me convidaram a ouvir e analisar de forma mais atenta o processo de terceirização e os fatores que orbitam em torno de sua propagação na lógica do capitalismo neoliberal. Torna-se importante, desta maneira, situar nossas análises e localizar a terceirização como vetor da axiomática¹ de acumulação do capital. Tal convite trouxe consigo a necessidade de uma análise mais detalhada acerca dessas questões, que será desenvolvida nas linhas seguintes.

¹ Para esta proposição, tomamos como base as contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2012) que, ao considerarem o caráter esquizofrênico da lógica do capital, tratam do capitalismo como uma *axiomática*. Ao se apropriarem de noções originalmente das ciências ditas “duras”, como a matemática e a física, esses autores formularam reflexões sobre a dinâmica do capital a partir da teoria dos axiomas, própria do método axiomático tradicionalmente aplicado às ciências experimentais. A noção de axioma nos permite então que as análises do sistema capitalista sejam feitas a partir do seu caráter flexível, capilar, pretensamente totalizante e de sua alta capacidade de propagação e alcance. Em paralelo, possibilita analisar sua capacidade sistêmica de englobar múltiplas forças, demandas e vetores, aglutinando-os em prol de sua propagação, desenvolvimento e perpetuação de seu crescimento seja em volume, expansão, potência e/ou intensidade. Observa-se, a partir desta perspectiva, que o capitalismo possui uma racionalidade que se propõe totalizadora, que possui alcances múltiplos - seja em nível econômico, político, trabalhista, cultural e psíquico. No interior de tal normatividade, novas demandas, vetores, ações, transformações e “inovações” são orquestradas em função de um único objetivo comum: dar continuidade às formas de (auto)valorização e propagação da lógica do capital. Sistema de caráter axiomático, que opera a partir de diversos axiomas cujo elemento nodal é o próprio capital a ser incessantemente acumulado. Aqui, a partir deste mosaico, nossa proposição é tomar a terceirização como um desses axiomas, cujos efeitos de níveis micro e macro-políticos devem ser situados no panorama amplificado da configuração criadora/destrutiva do capitalismo neoliberal e sua morfologia contemporânea.

De acordo com Antunes & Druck (2015), a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Nesta perspectiva, observa-se que o processo de terceirização representa uma prática que encontrou, no cenário político-econômico do país, um solo fértil para sua propagação. A grande eficácia da subcontratação² frente às encomendas do capital na contemporaneidade e os graves efeitos e repercussões de sua disseminação são fatores que evidenciam a relevância e particularidade desta temática.

No que tange à origem do termo, a expressão “terceirização” se difere de sua equivalente original em inglês, *outsourcing*. Em português, a palavra remete à ideia de algo proveniente de um terceiro, ou seja, a um trabalho realizado por outros (terceiros), enquanto o sentido do termo em língua inglesa refere-se especificamente a um “fornecimento vindo de fora” (DIEESE, 2014).

Na busca por uma definição conceitual deste processo, Marcelino & Cavalcante (2012, p.331) afirmam que a terceirização é “(...) todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e (ou) a externalização dos conflitos trabalhistas”. Nesta mesma direção, um relatório elaborado pelo Departamento Intersindical Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2014) indica que a terceirização caracteriza-se por uma dinâmica entre uma “empresa contratante ou empresa-mãe” que transfere a execução de atividades, que seriam realizadas por um sujeito diretamente contratado, para outro/a trabalhador/a vinculado/a a uma “empresa terceira ou contratada”. Nesta consideração, opta-se por uma definição abrangente na qual a

² No presente trabalho, os termos terceirização e subcontratação serão tratados como sinônimos.

terceirização é considerada enquanto externalização produtiva, processo de contratação por empresa interposta e transferência de atividades de uma empresa para outra.

Em paralelo, estudos de Druck (2014; 2016a; 2016b) apontam que a terceirização é o que sintetiza o fenômeno da precarização social do trabalho no Brasil que, por sua vez, afirma-se como estratégia de dominação da classe trabalhadora, contribuindo para o contínuo desenvolvimento do capitalismo flexível no cenário da globalização e da prevalência de preceitos neoliberais. Esta perspectiva considera que o processo de terceirização/subcontratação é concebido a partir do fenômeno da precarização social do trabalho, cujos efeitos podem ser observados, por exemplo, nas formas de mercantilização da força de trabalho, padrões de gestão e organização, condições de saúde e segurança, isolamento e perda de organização coletiva, ataques aos direitos trabalhistas e enfraquecimento do movimento sindical e formas de luta política.

A terceirização, portanto, seria

um fenômeno que incorpora e sintetiza essas [...] dimensões da precarização social do trabalho no país, pois invariavelmente ela coincide com posições mais precárias de inserção no mercado de trabalho; apresenta as piores condições de trabalho e salariais, e os mais altos índices de acidentes de trabalho; contribui decisivamente para aumentar a heterogeneidade e a fragmentação da classe trabalhadora e para a pulverização dos sindicatos; e está no centro da disputa do patronato com o Estado regulador, que busca anular a ação das instituições do direito do trabalho e do seu papel protetivo dos trabalhadores na relação capital-trabalho (DRUCK, 2014, p. 45).

Em consonância, as contribuições de Filgueiras e Cavalcante (2015) e Marcelino e Cavalcante (2012) dão sinais de que é preciso analisar a prática da terceirização com mais cautela para tentar melhor compreender sua propagação e desmanchar o simulacro que esconde as diferentes intenções e interesses envolvidos nesta dinâmica. De acordo com esses autores e autora, a terceirização é considerada, na maioria das vezes, somente como externalização e transferência de atividades entre empresas. Diante disso, defendem que não é apenas disso que se trata. Para sustentarem este argumento, os autores defendem a ideia de que a terceirização não implica transferência de atividades e nem uma radical divisão social do trabalho por parte das empresas. Tal afirmação ganha validade na consideração de que a atividade, quando terceirizada, continua sob a batuta e comando da “empresa mãe”, da contratante, o que revela que não há, de fato, uma externalização de atividades neste tipo de relação.

Neste sentido, “o que as empresas chamam de terceirização é a divisão do trabalho própria no capitalismo, que sempre existiu, pois as economias capitalistas são compostas por espaços de acumulação diferentes, vários capitais se relacionando entre si para a produção de mercadorias” (FILGUEIRAS & CAVALCANTE, 2015, p. 19). Assim, o que se observa em casos de terceirização são contratações diferenciadas por parte das empresas contratantes cujos interesses estão explícitos e nos permitem, em seu conjunto, situar a terceirização no interior do modo de produção capitalista e considerá-la como vetor da axiomática de acumulação do capital.

Deste modo, observa-se que a terceirização se dá como uma relação entre capitalistas e classe trabalhadora, ou seja, uma forma de relação de trabalho subordinada ao capital. É uma estratégia de gestão da força

de trabalho que objetiva manter e aprofundar a dominação das empresas e a subordinação da/os trabalhadora/es, intensificando o processo de exploração, dominação e alienação (FILGUEIRAS & CAVALCANTE, 2015; MARCELINO & CAVALCANTE, 2012).

Objetiva-se, por parte das empresas, reduzir custos, aumentar produtividade, transferir riscos ocupacionais e externalizar conflitos trabalhistas para outras instâncias - neste caso, para empresas terceirizadas. O que se transfere não é somente a atividade/serviço, como geralmente se pensa, mas sim uma gama de responsabilidades empregatícias que se pulverizam na dinâmica volátil e desagregada do processo de terceirização³.

Assim, observa-se que desde as primeiras fases do capitalismo industrial, marcado pela efervescência rígida dos tradicionais modelos fabris, a prática da subcontratação dava sinais de sua existência. Tal afirmação pode ser justificada pelas contribuições de Braverman (1987) que apontam a presença de uma variedade de sistemas de subcontratação desenhados por gestores capitalistas, numa época na qual acreditava-se que era possível “comprar” e “adquirir” trabalho, da mesma forma como eram adquiridas matérias primas para a produção. Assim, é possível constatar que mesmo

por volta de 1870, o empregador imediato de muitos trabalhadores não era o grande capitalista, mas o subcontratador intermediário, ao mesmo tempo empregado e pequeno empregador de trabalho. [...] Até nos ofícios fabris o sistema de subcontratação era comum: sistema com suas oportunidades para tirania sórdida pelo pagamento em gêneros, dívidas e salários pagos em tabernas, contra o que os primeiros movimentos sindicalistas

³ Sobre este ponto, ver Guimarães Junior e Assunção-Matos (2018).

mantiveram dura e prolongada luta (DOBB, 1947, p. 266-67 apud BRAVERMAN, 1987, p. 63).

Neste processo, operários estabeleciam contratos de maneira isolada ou coletiva (em grupos) com a figura do subcontratador intermediário que os acionava quando na necessidade de suporte para com demandas produtivas, na intenção de que suas atividades laborais fossem realizadas por terceiros e os objetivos da produção capitalista garantidos. De maneiras específicas, de acordo com o tipo de indústria e processo de produção, eram “subcontratados” sujeitos (entre eles crianças, mulheres e até mesmo familiares de operários regularmente vinculados às fábricas) que, mesmo sem possuir vínculo de trabalho direto com essas organizações, participavam e contribuíam com a garantia de sua produtividade.

Ao longo do tempo, o processo de subcontratação foi se aprimorando, em escala global, e seu fundamento de redução de custos empresariais e intenções de “fazer mais com menos” foram sendo materializados de diferentes maneiras e formatos. O aperfeiçoamento e propagação dos sistemas de terceirização/*outsourcing*/subcontratação foram tais que, nestes processos, “as grandes empresas recorrem a subcontratados de primeiro nível, que subcontratam empresas de segundo nível, e assim por diante. Quanto mais complexo o produto final, mais longa é a cadeia. A subcontratação, assim, dá origem a redes muito ramificadas” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p. 243).

No que tange ao contexto brasileiro, as contribuições de Antunes & Druck (2015) e Carelli (2007) atestam que a regulamentação da terceirização das atividades no Brasil iniciou-se na década de 1970, tendo como marco o Projeto de Lei nº 6.019/74 que autorizou a

subcontratação de determinados serviços por parte de organizações do ramo financeiro. O Projeto de Lei nº 5.645/1970, na mesma década, tornou legal a prática da terceirização de serviços (transporte, limpeza, custódia, etc.) por instituições do setor público. Neste período, não era autorizada a terceirização de quaisquer tipos de atividades permanentes, principais (atividades-fim) das empresas. Em 1993, impulsionado por forças do âmbito privado, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) editou o Enunciado nº 331 - cancelando o anterior de nº 256, de 1986 - que tornou lícita a contratação de quaisquer serviços ligados às atividades de suporte (atividades-meio), o que era vedado pelo enunciado anterior.

Mais recentemente, o Projeto de Lei nº 4.302/1998 - aprovado de forma preocupante em março de 2017 - legalizou a terceirização de todas as atividades das empresas (tanto meio quanto fim). Transformado na Lei ordinária nº 13.429/2017⁴ e ainda reforçado pela chamada Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)⁵, este projeto instaura um cenário de terceirização sem limites no país, no qual são atendidas as urgências e necessidades do empresariado, em detrimento das frágeis tentativas de manutenção da rede de proteção social e da saúde da/os trabalhadora/es subcontratada/os⁶.

⁴ O projeto de lei em questão tem como marco principal a legalização da terceirização, tanto de atividades meio, quanto de atividades fim das empresas. Antunes & Druck (2015) já anunciavam tal possibilidade, denominando o cenário decorrente desta possível decisão de um contexto de "terceirização sem limites". O conteúdo completo da Lei nº 13.429/2017 pode ser acessado através do seguinte endereço virtual do Diário da União: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em 21 de maio de 2018.

⁵ Posteriormente, será empreendida uma reflexão acerca da articulação entre a chamada Reforma Trabalhista e o processo de terceirização no Brasil, evidenciando, principalmente, seus efeitos para a saúde, mecanismos de proteção social e formas de resistência por parte das trabalhadoras e trabalhadores.

⁶ Para reflexões críticas acerca dos aspectos relacionados à Reforma Trabalhista brasileira à luz dos processos de precarização social do trabalho, ver Guimarães Junior e Silva (2020).

Estimativas referentes ao quantitativo de vínculos empregatícios formais em atividades tipicamente terceirizadas reforçam a relevância deste tema e reafirmam a capilarização do processo de terceirização no cenário trabalhista brasileiro. Um recente relatório do DIEESE (2017)⁷, aponta que no ano de 2014 havia no Brasil cerca de 12,5 milhões de trabalhadora/es terceirizada/os e 35,6 milhões em atividades tipicamente contratantes (não-terceirizada/os). Acredita-se que este número tenha aumentado de maneira significativa - tendo em vista, principalmente, as recentes decisões político-econômicas do país.

Importantes contribuições do campo da sociologia do trabalho afirmam que o fenômeno da terceirização representa uma das principais formas de flexibilização e precarização do trabalho na conjuntura social contemporânea (DRUCK, 2013; 2011). Partindo desta perspectiva, e considerando outras formas de trabalho flexível, como a chamada quarteirização e a pejotização⁸, podemos pensar sobre o modo através do qual este fio possibilita a elaboração de uma rede social precária e contribui, igualmente, para que novas costuras sejam feitas

⁷ As análises empreendidas no relatório em questão foram baseadas em dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

⁸ A chamada "quarteirização" refere-se a uma espécie de efeito cascata decorrente do próprio processo de terceirização. Nestes casos, empresas subcontratadas terceirizam outras para a realização de suas atividades, evidenciando um processo no qual o que já é terceirizado também terceiriza/subcontrata. Por sua vez, a "pejotização" diz respeito ao processo através do qual sujeitos tornam-se empreendedores de si por meio da roupagem de Pessoa Jurídica (PJ), ou seja, de um sujeito-empresa (ideologia característica da chamada racionalidade neoliberal fundamentada pelos alicerces do capital financeiro. Em entrevista cedida ao *Jornal do Brasil* em setembro de 2016, o sociólogo Ricardo Antunes afirmou que este processo representa a "ideia de converter o trabalhador ou a trabalhadora como pessoa jurídica e estabelecer o contrato de prestação de serviços" dele/a com outras empresas. Este processo vem acompanhado da preocupante transferência de funções do Estado - como os mecanismos de proteção social - ao próprio sujeito que, agora, encontra-se quase que integralmente responsável por si, dono de seu próprio barco. Observa-se que tanto a "quarteirização" quanto a "pejotização" são fenômenos que, acompanhados da disseminação da terceirização, evidenciam o polimorfismo do processo de precarização do trabalho no Brasil, apontando para um horizonte preocupante de retrocessos e perda de direitos arduamente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora.

no âmbito trabalhista, trazendo graves consequências para a classe trabalhadora - tanto a nível de saúde, quanto dos mecanismos de proteção social e formas de resistência e enfrentamento coletivo.

É sabido que o caráter tentacular da terceirização alcança raios distintos no contexto das relações de trabalho no Brasil, refletindo de forma intensa na vida dos sujeitos envolvidos em sua dinâmica. À guisa de maior clareza no entendimento desses impactos, faz-se importante o esforço de observar as contribuições de alguns autores e autoras brasileiros em torno desta temática⁹. A análise detalhada das pesquisas e publicações disponíveis sobre o tema nos direciona a desenvolver tal reflexão, principalmente, a partir dos seguintes aspectos: remuneração, jornada de trabalho, índices de rotatividade, riscos de acidentes e mortes no trabalho, e efeitos para a saúde¹⁰.

Dados provenientes de um relatório elaborado pelo DIEESE (2014) e um estudo realizado por Filgueiras e Cavalcante (2015), apontam que há forte discrepância salarial entre sujeitos subcontratados e os que possuem vínculo de trabalho direto. Em consonância com esta afirmação, Pelatieri *et al.* (2018)¹¹, em publicação mais recente, reafirma

⁹ Sobre a produção científica latino-americana do campo da Saúde do Trabalhador acerca da temática terceirização-saúde sob a perspectiva da resistência das trabalhadoras e trabalhadores, ver Guimarães Junior e Eberhardt (2020).

¹⁰ Os efeitos da terceirização para a saúde - principalmente para a saúde mental - dos sujeitos nela envolvidos foram incluídos nesta seção por conta da quantidade de produções acadêmicas já publicadas acerca desta articulação (terceirização e saúde mental), cujos resultados e apontamentos apresentam-se como um importante material a ser analisado e considerado em pesquisas e ações relacionadas à temática da subcontratação. Em seção posterior, trataremos da noção de saúde a partir da análise dos dados obtidos através da pesquisa de campo.

¹¹ As autoras e autores do texto em questão basearam suas análises nos dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho (MTB), e na Classificação Nacional de

tal diferença ao revelar que a média de remuneração de sujeitos envolvidos em atividades tipicamente terceirizadas é inferior à observada em atividades contratantes.

Em paralelo às divergências salariais, aspectos relativos à jornada de trabalho de sujeitos subcontratados também foram objeto de análise no âmbito acadêmico. Como exemplo, destaca-se o estudo de Filgueiras e Dutra (2014) que, ao considerar especificamente o setor de *call center*, revela que a/os subcontratada/os possuem jornadas de trabalho mais longas quando comparada/os a sujeitos diretamente contratados. Filgueiras e Dutra (2014) e Rebelo *et al.* (2018) vão de encontro com tais afirmações ao observarem que a grande maioria dos vínculos terceirizados possui jornada na faixa de 41 e 44 horas semanais - ou seja, maiores do que o tempo observado nas atividades tipicamente contratantes.

No que tange aos níveis de rotatividade em casos de terceirização, tanto o relatório anteriormente citado - produzido pelo DIEESE - quanto o levantamento de dados organizado por Pelatieri *et al.* (2018), revelam que atividades tipicamente terceirizadas apresentam alta rotatividade. Tal constatação é justificada, por exemplo, pelo fato de que em 2014 os vínculos de trabalho nas atividades subcontratadas duravam cerca de dois anos e dez meses e nas atividades contratantes tinham duração média de cinco anos e dez meses.

Na observação dos índices de acidentes de trabalho por setor e categoria profissionais, devem ser levadas em conta características particulares de cada contexto e ambiente laboral. Um sujeito

Atividades Econômicas (Cnae). Na explicação acerca da maneira como coletaram tais informações, comentam que o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) representa a principal fonte de dados para tais análises, porém, por conta da restrição do governo federal para acesso a seu conteúdo, decidiram utilizar as outras opções aqui mencionadas.

subcontratado que desempenha atividades dentro de um escritório, por exemplo, talvez tenha menos chances de sofrer um acidente quando comparado a outro que trabalha em linhas de transmissão elétrica, independentemente do seu vínculo empregatício. Neste sentido, considerando os cuidados mencionados, o setor elétrico brasileiro apresenta-se como um relevante campo de análise na observação dos efeitos deletérios do processo de terceirização. Dados provenientes de um relatório produzido pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE (2013) revelam que, no ano de 2011, foram registradas 79 mortes no setor, sendo 61 de sujeitos subcontratados. Esta preocupante constatação vem acompanhada do fato de que trabalhadoras e trabalhadores subcontratados morrem 3,4 vezes mais que outros, uma vez que são alocados para a realização das atividades e tarefas consideradas mais perigosas.

Em paralelo, os efeitos provenientes da prática da terceirização para a saúde mental também foram - e são - objeto de estudo em diferentes campos de conhecimento (SELIGMANN-SILVA & HELOANI, 2017; BARBATI *et al.*, 2016; FRANCO & DRUCK, 2013; FRANCO, DRUCK & SELIGMANN-SILVA, 2010; BARROS & MENDES, 2003). A partir das sinalizações de tais estudos, é possível observar a nocividade e as consequências negativas deste modelo contratual para a saúde e bem-estar dos sujeitos subcontratados.

Barros e Mendes (2003), ao promoverem um estudo com subcontratados do setor da construção civil, apontam que a dinâmica da terceirização encontra-se atravessada por exigências produtivas e, muitas vezes, violação de direitos trabalhistas que repercutem em desgaste físico e mental e potencializam vivências de sofrimento psíquico. Observa-se, assim, que a configuração do modo de produção capitalista

neoliberal - seus modelos de gestão, formas de contratação (em particular, a terceirização) e as condições e relações de trabalho - é fator determinante para o surgimento de novas fontes de violência, esgotamento, desgaste mental, sofrimento patogênico e adoecimentos.

De maneira mais próxima aos objetivos do presente estudo, as pesquisas desenvolvidas por Barros (2015), Guimarães Junior e Ferreira (2018) e Barbati *et al.* (2016) com trabalhadoras e trabalhadores terceirizados do setor de limpeza e manutenção em universidades públicas brasileiras, dão sinais acerca do cotidiano laboral desses sujeitos. Entre os resultados observados, destacam-se a segregação e a posição de fragilidade trabalhista na qual encontram-se os subcontratados, imersos numa dinâmica de precarização e ameaça constante de perda de direitos, assim como aspectos referentes ao desconforto diante de servidores públicos e funcionária/os com vínculos de trabalho direto (cujo salário, benefícios e condições de segurança são minimamente mais garantidos e respeitados). Outros resultados apontam para os níveis de desgaste e vivências de sofrimento no trabalho são derivados, principalmente, da falta de reconhecimento pelas atividades realizadas, por situações de discriminação vividas no contexto das universidades e por sentimentos de não utilidade e invisibilidade.

A respeito deste último aspecto, os estudos de Costa (2004; 2008), realizados com garis da cidade universitária da Universidade de São Paulo (USP), fornecem importantes subsídios para se pensar os processos de desigualdade, exclusão e invisibilidade social nos contextos laborais atravessados pela dinâmica da terceirização. Neste sentido, Lhuillier (2012) afirma que essas atividades ignoradas e invisibilizadas, por estarem à margem do foco das atenções, são as que

apresentam maiores riscos para os sujeitos que com ela estão envolvidos, inclusive de acidentes e outros contratemplos trabalhistas. Nas palavras da autora, “os operários da limpeza se apresentam em condições que tornam invisíveis suas atividades. Estas não são reconhecidas senão em tempo de greve, quando a poeira se acumula e os esgotos transbordam. O trabalho não é visto senão quando não é realizado” (LHUILIER, 2012, p. 24). Tal afirmação encontra ressonância com os dados da pesquisa de campo realizada no presente estudo acerca das vivências da/os trabalhadora/es com vínculo de trabalho terceirizado na UFRJ.

Em consonância, o recente estudo de Oliveira *et al.* (2018), também realizado com funcionárias e funcionários envolvidos no processo de terceirização em uma universidade pública, revela os impactos da crescente instabilidade de vínculos e precariedade nas mais variadas dimensões do trabalho no cotidiano laboral desses sujeitos, marcado por vivências de sofrimento relacionado às situações de violência e perda de sentido do trabalho.

Além dos estudos anteriormente citados, destacam-se também outras pesquisas não menos importantes referentes à temática da terceirização. Entre elas, estão os estudos de Filgueiras (2014), que discorrem sobre a relação entre terceirização e trabalho análogo à escravidão no Brasil; e de Filgueiras e Druck (2014) e Lima (2010) que ressaltam a presença de práticas de violência psicológica, discriminação e assédio no cotidiano dos sujeitos subcontratados.

A partir desta exposição mais amplificada, torna-se viável a tarefa de observar os efeitos deletérios do processo de terceirização para os sujeitos que estão imersos em sua dinâmica, assim como revela-se nebulosa e desafiadora a visão de um cenário no qual seja possível

engendrar movimentos de enfrentamento e resistência coletiva em prol da transformação deste contexto. Tal constatação é reforçada pelas recentes decisões políticas e jurídicas testemunhadas na conjuntura brasileira, como a chamada Reforma Trabalhista que, em suas intecções e exercício, revela um horizonte de retrocessos já anunciado.

Com base nas reflexões expostas anteriormente e de acordo com a relevância desta temática, observa-se que o embaraço entre terceirização e a chamada “Reforma Trabalhista”¹² traz consigo uma complexidade particular e o desenvolvimento de uma análise a seu respeito nos coloca diante de um importante ponto de partida, que sinaliza nossos esforços de defender o argumento de que os efeitos de tal “reforma” irão catalisar as consequências negativas já anunciadas pela disseminação da terceirização no país, assim como representarão uma ameaça aos mecanismos de proteção social, saúde, organização e possíveis movimentos de resistência dos sujeitos envolvidos em sua dinâmica.

¹² As aspas aqui empregadas intencionalmente revelam uma marcação e um posicionamento ético-político que sustenta a ideia de que a chamada Reforma Trabalhista não possui caráter “reformador” no sentido de evolução jurídica, de modificação das estruturas precarizadas ou de desenvolvimento das leis trabalhistas brasileiras em prol de relações mais justas entre as empresas e a classe trabalhadora, mas sim defende os interesses do capital neoliberal e catalisa os processos de exploração e dominação da/os trabalhadora/es do país. Observa-se que os enunciados que propagam a novidade pelos quatro cantos do Brasil o fazem sob um simulacro desenvolvimentista, baseados na ideia de um suposto aprimoramento e “modernização” das leis para um maior desenvolvimento das relações econômicas. Os conteúdos apresentados no presente trabalho não convergem com essa perspectiva e, desta maneira, encontram-se posicionados de forma crítica, tecendo possíveis contribuições que possam auxiliar nos esforços de combate e enfrentamento deste preocupante movimento das “reformas” brasileiras que, em seus fundamentos, mantém as estruturas colonialistas, escravistas e patriarcais.

Tais afirmativas podem ser justificadas pela observação das recentes decisões jurídicas referentes à prática da terceirização no Brasil. O Projeto de Lei nº 4.302/1998 que autorizou, em termos legais, a subcontratação de todas as atividades das empresas - tanto atividades meio quanto atividades fim - e que, posteriormente, foi convertido na Lei nº 13.429/2017 e reforçado pela chamada Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), abriu passagem para um contexto de terceirização sem limites, cuja manutenção e propagação reforça o processo de precarização social e flexibilização dos vínculos e modos de trabalho na atualidade. Observa-se uma descaracterização das relações de emprego, considerando-as como uma suposta relação empresa-empresa - argumento que oculta os modos de desregulamentação, desproteção social e exploração característicos dessas práticas.

Especificamente, no que tange à terceirização, a Reforma Trabalhista avança e dá continuidade a este movimento de precarização que é reflexo da égide do capitalismo neoliberal, pois permite a execução de quaisquer atividades (meio e/ou fim) por empresa subcontratada, assim como a operacionalização e execução das condições de alimentação, transporte e serviços médicos ambulatoriais, semelhantes para a/os trabalhadora/es subcontratada/os e a/os que apresentam vínculo contratual direto, como estratégia de redução de gastos e maior controle da força produtiva.

Neste cenário, observa-se uma disseminação cada vez mais acelerada de formas de contratação flexíveis que são rapidamente capilarizadas pelo país. Nos meandros deste processo, múltiplas sortes de vínculos trabalhistas passam a ocupar o primeiro plano das relações de trabalho, como os chamados micro-empresendedores individuais (MEI), as cooperativas, as pessoas jurídicas (PJ's) e tantos outros tipos

de vínculos que, em seu conteúdo, reforçam os fundamentos do capital neoliberal, evidenciam a fragilidade das relações laborais e a dinâmica de mercado cujas intenções estão na direção contrária aos interesses da classe trabalhadora e a serviço dos processos permanentes de valorização do valor do capital.

Em outras palavras, pode-se afirmar que o projeto ultraneoliberal materializado pela Reforma Trabalhista autoriza legalmente qualquer tipo de contratação por parte das empresas, assim como a escolha da duração de seus contratos e da responsabilidade pela proteção das trabalhadoras e trabalhadores que as mantêm enquanto força de trabalho. Um processo de perda de responsabilidades contratuais por parte do empresariado que, de certa maneira, conduz os sujeitos a se reconhecerem como empreendedores de si, ou seja, como os únicos responsáveis pela condução (bem-sucedida ou não) do seu percurso trabalhista.

Neste curso reflexivo, observa-se que a atual conjuntura da legislação trabalhista brasileira caminha na contramão da garantia de direitos e da proteção social no trabalho. Suas regulamentações - principalmente aquelas referentes ao trabalho temporário, terceirizado, à jornada parcial, ao trabalho autônomo e intermitente - tornam ainda mais precários os vínculos trabalhistas, as condições e relações laborais, e acentuam os efeitos negativos já observados pela prática da terceirização no país - aqui mencionados anteriormente. Deste modo, ao analisarmos criticamente essas recentes decisões de cunho político-jurídico referentes à regulação trabalhista no Brasil, podemos afirmar que, em seus fundamentos, representam simulacros desenvolvimentistas numa espécie de império da intermitência neoliberal. A máscara da “modernização” que as sustenta e justifica -

tomada, muitas vezes, como o único caminho possível e um processo “natural” e irrefutável de uma suposta “modernidade” - abriga em si as destrutivas intenções do modo de produção capitalista e os ingredientes que reforçam sua continuidade tirânica, em detrimento da saúde, proteção e dignidade da classe trabalhadora.

Apesar da multifatorialidade desta questão, é possível observar que neste processo as frágeis tentativas de manutenção da rede de proteção social e garantia de direitos dos sujeitos envolvidos na dinâmica da subcontratação são abafadas pelas sempre urgentes necessidades do capital, cujas engrenagens estão sendo abastecidas pelas recentes decisões políticas do país. Tal cenário, marcado por premissas de flexibilidade e pulverização, é fator contribuinte para o preocupante processo de desarticulação de instâncias sindicais e de fragmentação de formas de organização política da classe trabalhadora - aspectos que trazem em sua configuração formas potentes de resistência e enfrentamento em prol da transformação social e garantia de direitos.

Desta maneira, é possível observar a forma como o processo de terceirização propagou-se no contexto brasileiro sob firmes alicerces, seus efeitos deletérios e o horizonte sombrio para o qual caminha a conjuntura trabalhista do país, que vem sendo pavimentado gradativamente por leis e recentes decisões político-econômicas. Diante deste mosaico, seria possível vislumbrar movimentos em prol de mudanças e transformações do que aí está? Onde estariam as possíveis brechas para formas de resistência e enfrentamento coletivo em contextos de terceirização? Como resistir então diante deste cenário?

O encontro com Dora na gafeira abriu caminho para reflexões acerca do processo de terceirização de maneira amplificada, enquanto fenômeno social e aspecto constituinte da axiomática da acumulação do

capital, e suas antigas vivências na posição de trabalhadora subcontratada em uma universidade pública nos convida a observar com maior atenção este contexto. Em outras palavras, faz-se necessária uma análise mais específica acerca das roupagens adotadas pela terceirização no contexto da universidade em questão.

Seguindo este convite, e na intenção de formular possíveis respostas para os questionamentos levantados anteriormente, consideraremos a pesquisa de campo realizada com trabalhadoras e trabalhadores subcontratados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujas sinalizações representam um importante material reflexivo acerca das questões que orbitam em torno do processo de terceirização e sua articulação com formas de resistência no trabalho capitalista.

Desta forma, a partir do que aqui foi exposto, serão apresentadas nos capítulos seguintes as análises e discussões das sinalizações obtidas durante a pesquisa de campo, em articulação com as perspectivas teóricas-metodológicas aqui reunidas. Observa-se que o cotidiano laboral dos sujeitos subcontratados é atravessado por dispositivos de dominação e exclusão que coexistem lado a lado com possíveis formas de resistência mobilizadas pela/os própria/os trabalhadora/es, numa dinâmica processual e multiforme. Desta maneira, as análises aqui empreendidas não abordarão os dispositivos de dominação e resistência de modo polarizado e excludente, mas sim a partir de uma perspectiva capilar, entrelaçada e processual. Tal escolha baseia-se nas contribuições teóricas foucaultianas - apresentadas em capítulo anterior - que consideram as formas de poder e resistência a partir de uma relação não-excludente, mas sim de interdependência e coexistência.

As sinalizações oriundas da pesquisa de campo serão apresentadas sob a forma do que aqui chamamos de feixes de análise¹³, intitulados, respectivamente “*No meio do caminho*”, “*Okupa e resiste*” e “*Ação cupim*” cuja constituição abriga diversos dispositivos de dominação e resistência observados no contexto laboral em questão. Feixes enquanto conjunto de linhas de diferentes sortes que juntas formam uma configuração plural e variada. Que abrigam em si os conteúdos e questões que apareceram com maior recorrência durante os encontros coletivos, as insistências do campo, as temáticas sobre as quais a/os subcontratada/os debateram com maior frequência, e os assuntos sobre os quais falaram com mais intensidade. Feixes enquanto conjunto de temas que são constituídos por dispositivos de diferentes tipos e informações múltiplas acerca das vivências de trabalho no contexto da universidade.

¹³ No decorrer dos conteúdos desenvolvidos em cada feixe de análise, serão apresentados - em articulação com os elementos textuais e conceituais - registros fotográficos capturados pela/os própria/os participantes da pesquisa. Durante um dos encontros coletivos, uma trabalhadora sugeriu que as discussões sobre o contexto de trabalho da universidade fossem baseadas e ilustradas por fotografias capturadas por ela/es própria/os.. Segundo ela, tal iniciativa poderia trazer mais vivacidade e concretude para os assuntos abordados. Diante de tal sugestão, a ideia foi prontamente aceita pelo coletivo de participantes que, em atividade posterior, atribuíram títulos a cada uma das fotografias compartilhadas. Alguns desses registros e seus respectivos títulos serão apresentados nos capítulos intitulados “*No meio do caminho*”, “*Okupa e resiste*” e “*Ação cupim*”.

TERCEIRIZÇM
TEM COR E
GENERO

5

NO MEIO DO CAMINHO

A novidade havia chegado por intermédio de Cleuza que, com a presteza e rapidez que lhe eram características, não deixou passar o ensejo de introduzi-la na conversa que embalava todos nós, sentados em mosaico circular no chão empoeirado do estacionamento da universidade. Conversa cujo eixo central inicialmente girava em torno das possíveis origens dos ruídos de tiros e sirenes que advinham dos arredores do local onde se encontrava o campus. Algo diferente acontecia em nosso entorno que despertava em nós forte curiosidade e preocupação. Aquele era um dia de ombros cansados, olhares distantes e corpos forçados a continuar trabalhando na constante esperança de receber a notícia - seja por meio de quem fosse - de que o salário havia “caído na conta”. As badaladas dos sinos natalinos e as luzes opacas das vitrines comerciais anunciavam que as festas de fim de ano estavam se aproximando e tudo isso fazia com que a angústia da incerteza referente ao devido pagamento tomasse dimensão e intensidade ainda maiores. E mesmo sem saber o paradeiro dos salários ou a notícia que receberia nos próximos minutos, horas ou dias, um sorriso duro insistia em pendurar-se no rosto de Cleuza. Como que ali colocado para que ela pudesse continuar a realizar suas atividades detalhadamente previstas. Quase que costurado, alfinetado, colado em sua pele com cola rala e aguada. Prestes a despencar a qualquer momento. Mas o fato era que, naquele momento, a novidade cochichada por ela chamou a atenção de todo mundo: ali, diante de nós, havia uma criança, filho de uma trabalhadora subcontratada. No meio do caminho tinha uma criança. Tinha uma criança no meio do caminho - cuja presença tinha muita coisa a nos dizer. (Trecho do Diário de Campo)

Neste primeiro feixe de análise, a história de Cleuza representou o ponto de partida para as reflexões que aqui serão empreendidas. História que, em sua singularidade, traz luz a tantas outras e faz emergir, a partir delas, aspectos do cotidiano laboral da universidade, assim como o jogo dos dispositivos de captura e ruptura que o

atravessam. Deste modo, esta seção estará dedicada, principalmente, ao exercício de analisar a des-articulação entre as exigências trabalhistas e questões sociais da vida dos sujeitos subcontratados (para além da universidade), a rigidez das prescrições do seu contexto de trabalho e os efeitos subjetivos que lhe são subjacentes e, por fim, os aspectos que ameaçam a garantia e proteção de seus direitos trabalhistas.

Durante o trabalho de campo, observamos que a dinâmica dos encontros coletivos e o fluxo das conversas tomaram, a partir de determinado momento, um tom que bastante nos agradava, e um de seus principais desdobramentos foi o fortalecimento do vínculo entre nós - pesquisadores - e as trabalhadoras e trabalhadores que participavam da pesquisa. Uma das maneiras de observar este processo foi perceber que, ao longo do tempo, a/os participantes passaram a trazer para o debate coletivo questões que antes não abordavam - como críticas relacionadas ao modo como suas funções e atividades cotidianas estavam organizadas - e gradativamente se permitiam falar mais de assuntos tidos como densos, “delicados”, “pesados” ou críticos, a maioria deles de cunho familiar.

Em alguns momentos, tais questões emergiam de forma mais intensa e através delas era possível observar a correlação íntima e o entrelaçamento existente entre questões laborais e assuntos de outras ordens. Para desenvolver uma argumentação mais detalhada acerca deste tópico, cabe compartilharmos aqui um episódio vivido durante o trabalho de campo que nos chamou bastante atenção e serviu como material de rica qualidade para nossos esforços reflexivos.

Ainda era manhã quando chegamos na universidade e andamos em direção ao local acordado com a/os subcontratada/os para a realização dos nossos encontros. O inesperado engarrafamento e a confusão no

tráfego urbano que nos engolira antes de pisarmos no estacionamento já dava pistas de que alguma coisa minimamente diferente estava acontecendo naquele dia. Os conteúdos das mensagens virtuais e anúncios de rádio com os quais havíamos tido contato no caminho foram confirmados pelos avisos e alardes que nos receberam quando nos primeiros instantes na universidade: na noite anterior acontecera uma operação das forças armadas no Complexo de Favelas da Maré - localizado próximo ao campus universitário - que se estendia até o período da manhã.

Assustados com os sons de disparos que mais pareciam acontecer a poucos metros de onde estávamos, buscamos um local aparentemente mais seguro para conversar. Sendo assim, caminhando de forma curvada e quase que abaixados na intenção de nos proteger de possíveis desagradados, decidimos sentar num canto angular entre duas paredes que ficavam localizadas no final do estacionamento. Local onde só ficavam alguns ônibus e kombis velhos, talvez já sem nenhuma serventia para a universidade. Escolhemos acreditar que, de uma maneira ou de outra, ali o barulho que nos espantava parecia mais distante e que aquelas duas paredes cheias de poeira poderiam de fato nos proteger. Só bastaram alguns segundos de acomodação no novo terreno para que o entrecruzamento dos nossos olhares revelasse a necessidade de falar sobre o que ali se passava.

Não foi preciso muito trabalho e nem tempo para que o assunto fosse disparado. Enquanto algumas pessoas ainda buscavam ou construíaam assento - com pedaços de papelão, sacolas plásticas ou folhas de jornal -, Cleuza assistia no celular de uma amiga, sem espanto aparente, um vídeo de uma pessoa baleada sendo carregada por vizinhos para dentro de um carro na intenção de prestarem socorro e

encaminhá-la para algum hospital. Segundo elas, essa não era uma situação rara naquele contexto. O vídeo fora gravado dentro da comunidade na qual a operação se dava e seu compartilhamento foi feito, no momento dos nossos encontros, com pouco estranhamento aparente.

O fato era que a maior parte das trabalhadoras e trabalhadores que estavam conosco residia em comunidades da cidade do Rio de Janeiro - algumas, inclusive, no complexo de favelas citado anteriormente - e, de acordo com elas, suas vivências cotidianas se assemelham, em alguns casos, às notícias que circulavam naquela manhã. Quanto mais falávamos sobre essas questões, percebemos que mais afetos eram mobilizados durante a conversa e, neste desenrolar, nos foram confidenciais, entre tantas outras falas, que o teto da casa de uma das trabalhadoras estava servindo de abrigo para armazenamento de armamentos e drogas ilícitas escondidas na comunidade, que outra vivia constantemente sob a guarda de fuzis e pistolas que cercavam a dinâmica do “tráfico” que se dava na frente da sua casa e, por fim, que o filho de Cleuza estava encarcerado há meses por problemas ocorridos com agentes policiais.

Essas e outras confidências provocaram em nós inquietações que, na confusão decorrente de sua gravidade, fizeram emergir questões de diferentes sortes. Afinal, teriam essas informações alguma relação com o que nos propusemos a pesquisar? De que forma a combinação de tais questões refletiria nos modos de vida e, mais especificamente, de trabalho dessas pessoas? À luz de nossas intenções de pesquisa, o que essas situações tinham a nos dizer?

Subitamente, Cleuza captou nossa atenção e apontou com seu dedo para uma criança que estava acompanhada de uma mulher falando ao

telefone com aparência aflita e respiração ofegante. Para alívio de nossa curiosidade, Cleuza, sem pestanejar, explicou tudo o que sabia sobre a situação que, naquele instante, já havia virado pauta das conversas e cochichos entre a/os subcontratada/os de diferentes setores. Tratava-se, na verdade, do filho de uma trabalhadora terceirizada que foi ao encontro de sua mãe por questões relacionadas à operação que estava acontecendo na comunidade onde residem, o chamado Complexo da Maré.

A explicação detalhada oferecida por Cleuza nos fez entender que, por conta das ameaças de confrontos e do perigo crescente nos meandros da comunidade, a escola na qual a criança estudava decidiu interromper suas atividades naquele dia e, a partir desta decisão, os alunos e alunas foram dispensado/as e lhes foi indicado voltar para suas casas em busca de abrigo e segurança até que as atividades da operação fossem concluídas. Aquele menino não podia ficar na escola. Assim, respeitando as orientações que lhe foram dadas, ele seguiu em direção à sua casa que, por sua vez, estava fechada visto que sua mãe, única pessoa com quem compartilhava a moradia, estava trabalhando na universidade. Em outras palavras, aquele menino não podia ficar na escola e nem na sua própria casa.

Diante das poucas opções cabíveis, a criança então foi ao encontro de sua mãe na universidade durante o seu período de expediente para que com ela pudesse ficar. Ao chegar no local, para sua surpresa e espanto, ele foi recebido com a notícia de que lá também não poderia estar pois, segundo a encarregada responsável pelo setor, de acordo com as regras estabelecidas, não estava autorizada a presença de entes, familiares ou parentes no local de trabalho durante o momento do expediente e da realização das atividades laborais. Portanto, aquele

menino não podia ficar na escola, nem na sua casa e tampouco no trabalho da sua mãe. Ora, onde então poderia ele ficar? Qual lugar lhe serviria de abrigo considerando as condições de seu entorno? Qual lugar?

A presença daquele menino diante de nós nos angustiava. Percebemos que estávamos ávidos por uma resposta e solução para o seu destino. Neste movimento, de forma natural, sem indução voluntária, a complexidade da situação que o fez chegar até ali representou um mote disparador para nossa conversa que se enveredou, principalmente, por dois eixos/caminhos entrelaçados: um que dizia respeito às regras e normas que regiam as formas de trabalho no contexto da universidade e outro que, por sua vez, trazia luz aos efeitos de determinadas questões sociais na dinâmica laboral da/os subcontratada/os, a saber: situações de violência urbana; o fato de residirem em comunidades que abrigavam “tráfico de drogas” (assim denominavam), criminalidade e estavam passíveis a operações militares; encarceramento de familiares e pessoas conhecidas, etc.

Na tarefa de emprendermos uma análise a partir das contribuições teórico-práticas da psicodinâmica do trabalho - enquanto disciplina clínica que se dedica ao estudo das relações entre organização do trabalho e processos de subjetivação (MENDES, 2007) - podemos pensar o primeiro eixo anteriormente citado com base em algumas noções e conceitos fundamentais deste campo epistemológico. No exercício de analisar um contexto laboral, observa-se que, em constante articulação com aspectos constituintes da organização do trabalho (que representa a divisão de tarefas, seu conteúdo, relações de poder, hierarquias e responsabilidades atribuídas a cada sujeito em dado contexto), encontram-se fatores que revelam o tensionamento entre os

procedimentos, regras e indicações referentes ao modo como dado fazer está organizado e acontecimentos inesperados, que escapam à lógica *a priori* já conhecida pela constante rigidez normativa, instaurada pela predominância de normas a serem seguidas para a boa realização de uma tarefa. Em outras palavras, trata-se do tensionamento entre as prescrições e a dimensão real do trabalho, ambas em constante movimento e interseção processual (DEJOURS, 2012).

Neste sentido, por mais que o conjunto de regras e procedimentos exceda os limites dos manuais de instrução planejados para uma função e efetive seu exercício em determinado contexto de trabalho, algo, de uma forma ou de outra, encontrará um jeito de escapar de suas fronteiras, de surpreender suas previsões e de convidar tais normas a um constante movimento de reconfiguração diante do inesperado. Algo sempre escapa aos anseios das prescrições e instaura, neste exercício, um convite à subjetividade, um “a mais de si” ao sujeito. Neste jogo, a partir da consideração das dimensões prescrita e real do trabalho, observa-se que a própria noção de trabalho pode ser entendida enquanto capacidade de “preencher a lacuna entre o prescrito e o real” (DEJOURS, 2004, p. 28), como aquilo que os sujeitos adicionam às prescrições para alcançarem seus objetivos e realizarem suas tarefas cotidianas.

Deste modo, entende-se que, no limite, caso a dimensão prescrita seja seguida fixamente à risca, não haverá trabalho tal qual aqui o concebemos (DEJOURS, 2012; 2011). Nesta perspectiva, não existe trabalho que contemple uma mera execução e repetição de instruções visto que a surpresa, o inesperado, e o risco são fatores inerentes ao processo de trabalhar. Em contrapartida, o que se observa ao analisar determinados contextos laborais na atualidade são configurações e

arranjos que tendem a elevar a dimensão prescrita do trabalho a um patamar quase que dogmático, dotado de fixidez e intenção rígida referentes a sua divulgação, entendimento, repetição e incorporação por parte dos sujeitos trabalhadores.

Se projetarmos esta discussão para nossas observações provenientes do contato com as trabalhadoras e trabalhadores da universidade, percebemos que o seu cotidiano de trabalho está atravessado por múltiplos aspectos que evidenciam o conjunto de procedimentos e regras a ser seguido para o cumprimento de suas funções. Como parte de tais prescrições, observa-se, principalmente: a rigidez com relação a horários (horário fixo de chegada, intervalos, realização de tarefas e de saída) orquestrada linearmente pelo ritual de “bater ponto”; a divisão da/os subcontratada/os em grupos - sempre os mesmos - para limpeza e manutenção das salas de aula e outros espaços; a repetição diária das tarefas; as instruções para utilização de recursos e economia de materiais de trabalho (uniformes, itens de limpeza e produtos químicos); e as recomendações referentes à circulação no campus da universidade (permanência no prédio ou nos seus arredores para evitar atrasos, etc.).

Este combinado de regras é transferido para a/os trabalhadora/es desde os primeiros dias de trabalho por meio de seus superiores hierárquicos assim como - de forma mais eficaz e detalhada - pelos seus pares. No trabalho de campo em questão, observou-se que o cuidado e a atenção para com o cumprimento de horários previstos se dá de maneira rígida e, desta forma, tal exigência revelou-se como uma das prescrições mais intensas do contexto analisado. Aos subcontratos cabe chegar no horário marcado, realizar suas tarefas nos períodos de tempo previstos durante o dia e finalizar o expediente batendo o ponto em

conjunto com todos os seus outros companheiros e companheiras. De maneira orquestrada, na cadência dos ponteiros do relógio constantemente monitorados pelos dispositivos de controle do tempo que estão em jogo no contexto da universidade. Dinâmica esta que, em seu desenho e planejamento, não se mostra muito receptiva a contratemplos, imprevistos e situações inesperadas - como aquela sobre o aparecimento do filho de uma das trabalhadoras no local de trabalho.

Neste movimento, os aspectos da dimensão prescrita do trabalho da/os subcontratada/os são respeitados e seguidos de maneira regular. Observamos que tais regras e normas encontram-se tão consolidadas no cotidiano desses sujeitos que, muitas vezes, não é necessário que sejam ditas, explicitamente divulgadas ou formalmente transferidas para que sejam obedecidas. Não é preciso que alguém diga o que não se pode fazer ou o que se deve seguir. De forma natural, tais prescrições já passam a habitar o fazer cotidiano desses sujeitos e, em seu exercício, consolidam-se enquanto paradigmas naturais que na maioria das vezes não são alvo de estranhamentos ou críticas. Esta observação nos encaminhou para a formulação do que aqui escolhemos chamar de *prescrições formais* e *prescrições informais*¹ do contexto analisado. Para além das normas e instruções transmitidas para as trabalhadoras e trabalhadores pelos seus superiores imediatos ou empresas terceirizadas com as quais estão vinculados, há também - e isso nos chamou bastante atenção - determinadas regras não-ditas que

¹ As noções de *trabalho prescrito formal e informal*, na perspectiva aqui utilizada, têm sua origem nos debates e discussões promovidos, principalmente, nas aulas da disciplina "Clínica transdisciplinar do trabalho", ministrada pelo professor João Batista Ferreira no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no primeiro semestre do ano de 2017. Em paralelo, para a escrita do presente texto, cabe ressaltar que estas noções também estão baseadas nos conceitos de *organização formal* e *organização informal* do trabalho elaborados por Dejours (2004), com base nas contribuições de autora/es da sociologia do trabalho.

silenciosamente são incorporadas ao seu fazer cotidiano. Maneiras de estar, fazer, trabalhar, falar, se comportar, locais onde habitar, caminhos por onde transitar e mais uma gama de outras informações que pairam no ar feito poeira invisível e que são internalizadas por esses sujeitos na dinâmica processual do seu contexto laboral.

Trazendo esta análise para uma dimensão mais prática, observa-se que no cotidiano da universidade, a/os subcontratada/os, em horários de pausa, descansam em locais distantes de onde ficam a/os docentes e estudantes da instituição, tendem a evitar contato com técnica/os, professora/es, aluna/es durante o expediente, não se deslocam para outras dependências do campus universitário na intenção de evitarem reclamações de seus superiores e não correrem o risco de se atrasarem para seus afazeres, e tendem a evitar conversas paralelas com seus pares na presença da supervisora encarregada (pessoa responsável pela supervisão e vigilância de suas atividades), visando eliminar possíveis desgostos e queixas passíveis de repreensão.

E não foi preciso que ninguém lhes falasse para fazer isso ou aquilo, assim como não foi necessário ler tais regras em nenhum manual ou conjunto de normas de conduta. Certamente essas indicações não estão contidas nas linhas desses materiais ao passo que são percebidas nas sutilezas do cotidiano, nos aspectos não-ditos que muito dizem sobre determinados contextos. Expressões, gestos, comportamentos e uma multiplicidade de elementos que, em conjunto, consolidam essas prescrições informais que, caso não sejam cumpridas, podem ter efeitos negativos no trabalho - seja por meio de advertências ou outros tipos de punição.

Assim, ao regressarmos para a análise do menino que foi ao encontro de sua mãe na universidade, observamos que a apreensão e a

inquietação que foram demonstradas por ela tinham muito a nos dizer a respeito da intensidade do exercício das prescrições - formais e informais - que atravessam o seu contexto de trabalho. Sabia-se que não era permitida a presença de familiares - principalmente filhos e filhas - na universidade em horário de expediente e que, de uma forma ou de outra, o fato do menino ter ido para a instituição causaria mudanças na rotina de trabalho da sua mãe. Porém, no seio de nossa conversa, Cleuza confessou que o que mais a deixava preocupada era a possibilidade do problema não ser solucionado a tempo e isso acarretar problemas com a encarregada, atraso nas atividades e, conseqüentemente, punições como advertências e possíveis descontos no salário. Isso não estava escrito em nenhum regimento ou manual, mas aquela trabalhadora sabia que não podia permanecer ali com o seu filho no horário do expediente na tentativa de resolver, aos olhos de quem a via, problemas de cunho familiar e pessoal.

Outros chamaram atenção para o fato de que, naquele contexto, conseguir liberações do expediente baseadas em justificativas pessoais e familiares era tarefa quase impossível. Isso se dava pelo fato de que, segundo eles, as trabalhadoras e trabalhadores subcontratados já estavam “marcados” como sujeitos que pediam liberação com frequência, que gostavam de “se encostar” e, no limite, de se ausentar do trabalho. Relataram que houve casos de pessoas que passavam por sérias questões familiares (problemas de saúde, marcação de exames importantes, situações de encarceramento de entes próximos, casos de despejo de imóveis) e, mesmo assim, não conseguiram ser liberadas. Tal rigidez faz com que, muitas vezes, o/as subcontratada/os não compartilhem seus problemas com a supervisora encarregada e até deixem de pedir permissão para se ausentarem do trabalho, visto que já

presumem a resposta que receberão. Configura-se, então, uma dinâmica pautada pelo medo, silenciamentos e desconfiança em diferentes sentidos.

A partir desta consideração, Cleuza afirmou que a trabalhadora, cujo filho estava diante de nós, preocupava-se com os possíveis impactos daquela situação em seu cotidiano de trabalho, tanto com relação ao não cumprimento dos horários previstos para as tarefas que ainda precisavam ser feitas naquele dia quanto ao que dizia respeito à necessidade de se ausentar da universidade naquele dado momento. A dificuldade de conseguir liberações esporádicas, o receio de “ficar marcada” pela ocorrência da situação presente e as possíveis advertências e punições que receberia eram fatores que, segundo a/os participantes da pesquisa, estavam em primeiro plano e, para nós, eles nos davam sinais a respeito das prescrições ditas e não-ditas e refletiam alguns dos dispositivos de controle que estavam em jogo naquele contexto.

Acalorada pelas circunstâncias momentâneas, nossa conversa continuou seu fluxo e, quando fomos procurar novamente a trabalhadora com o seu filho, demos conta de que eles não estavam mais lá. Sobre o desfecho do ocorrido, não tomamos ciência. Porém, consideramos o modo como a situação se apresentou como um potente elemento disparador para os assuntos e reflexões coletivas que dela se sucederam. Potência que deixou em evidência o dilema paradoxal vivido pela trabalhadora-mãe: de um lado a preocupação com o cumprimento das prescrições rigidamente definidas do seu contexto de trabalho e de outro, a força e urgência de questões sociais que atravessam sua vida (relativas ao fato de ser uma mulher negra moradora de região periférica, à precarização do trabalho, ao acesso - ou não - a direitos como moradia e segurança pública, por exemplo). Dois lados que estavam em constante movimento de inter-

relação, de articulação íntima com influências diretas nos seus modos de ser, estar, viver e trabalhar.

Desta forma, observamos que a presença daquela criança no espaço da universidade revelou a desarticulação existente entre exigências trabalhistas e demandas sociais concretas da vida dos sujeitos subcontratados, em sua maioria mulheres e homens negros, residentes de zonas periféricas da cidade do Rio de Janeiro, atravessados por situações de precarização e violência para além do âmbito da universidade. Nos mostrou a profundidade do abismo que insiste em tentar separar o cumprimento das tarefas e prescrições do contexto de trabalho e as inúmeras questões que advêm de fora dele. E foi a partir da situação ocorrida que nos demos conta de que, no limite, aquele menino representava as inúmeras demandas sociais da vida das trabalhadoras e trabalhadores da universidade que são constantemente convocadas em seu trabalho, que sempre dão um jeito de adentrar naquele contexto sem pedir licença, mesmo diante dos esforços desses sujeitos em escondê-las e silenciá-las. Indo ao encontro de sua mãe, aquela criança simbolizava as questões sociais que iam diariamente ao encontro da/os subcontratada/os em seu contexto laboral, trazendo luz para desigualdades e assimetrias estruturais da realidade brasileira.

Fossem as preocupações relacionadas à presença de armamentos e drogas ilícitas que estavam sendo armazenados nas lajes de suas casas, fosse a ordem de despejo recebida nos últimos dias por conta da falta de dinheiro, fossem pelas questões do filho com a polícia ou pelos graves problemas de saúde que a irmã enfrentava, todo esse conjunto de situações que faziam parte da vida daqueles sujeitos não saiam de suas cabeças a partir do momento que eles vestiam seus uniformes e começavam a trabalhar. Trata-se de questões que fogem ao que estava

previsto e programado para aquela rotina diária de trabalho. Espaço cuja dinâmica e tarefas planejadas estavam sempre ameaçadas por questões de ordem social que batiam na porta, que estavam à espreita, ameaçando a linearidade da lógica normativa vigente. Questões que convocam aquele contexto a uma renormatização, que incitam reconfigurações e que sempre colocam as prescrições em cheque diante dos limites delas mesmas. Situações que escapam dos elementos *a priori*, que pedem algo a mais, um além da realidade, que instauram um potente espaço a partir deste encontro com o inesperado.

Aqui, a dimensão real do trabalho revela-se neste encontro pela resistência aos procedimentos que se manifesta afetivamente aos sujeitos, gerando sentimentos de fracasso e impotência diante da limitação das prescrições (DEJOURS, 2012; 2004; MENDES, 2007). Processo que nos alerta para o fato de que até aqui foi possível seguir com o cumprimento de regras e normas e que, a partir deste ponto, outras dimensões também precisam ser convocadas. Real intempestivo que se apresenta, portanto, como impedimento ao fazer visto que coloca os sujeitos diante das limitações do que já se conhece.

Esta dimensão do real, portanto, “possibilita experiências que escapam às determinações, força e desativa ordenações e normatividades instituídas. Produz vazios normativos, espaços abertos (marcados pela ausência de sentido) – não lugares e tempos singulares” (FERREIRA, 2017, p. 240). A experiência de encontro com o real e, fundamentalmente, de resistência aos procedimentos marca, portanto, um impasse e instaura um potente – mas que também pode ser muito angustiante – desconforto que encontra terreno para a criação e invenção de novas formas de sentir, pensar, agir, e trabalhar.

A partir da consideração de que o real do trabalho revela-se como impedimento ao fazer e resistência às prescrições vigentes, é possível considerar outras dimensões do real que estão em tensionamento no campo normativo que envolve o que é prescrito e o que ainda está para ser criado, inventado, para acontecer. Uma dessas dimensões, com base no trabalho de campo realizado com a/os subcontratada/os, é a dimensão que aqui identificamos como *real do social*², advindo da multiplicidade de questões sociais que constituem a vida desses sujeitos e, muitas vezes, apresentam-se como impedimento ao seu fazer cotidiano, incitando reconfigurações na organização prescrita do trabalho na universidade.

Tanto a situação do menino que foi ao encontro de sua mãe na universidade, quanto outros problemas vividos e relatados pelas trabalhadora/es, representam o conjunto de questões de ordem social que constituem esta dimensão, aqui entendida como *real do social* que se apresenta como impedimento ao fazer desses sujeitos, colocando-os diante de impasses advindos da resistência às prescrições e à clareza de suas limitações a partir do encontro com o real.

² A noção de *real do social* aparece brevemente nas obras dejourianas intituladas "O fator humano" (1997) e "A Banalização da Injustiça Social" (2007). Real que se revela como resistência e impedimento ao fazer relacionado ao campo social e também como fonte de imprevistos para a realização do trabalho. Desta forma, "o real [...] não remete exclusivamente à materialidade físico-químico-biológico do mundo. O mundo é também um mundo social e o "real do social", ou seja, aquilo que no mundo social resiste ao domínio das técnicas de intervenção ou de conhecimento da sociedade faz parte integral do real do mundo" (DEJOURS, 1997, p. 41). Em paralelo, é possível encontrar mais informações a respeito da noção de real do social nos trabalhos de Ferreira (2017), ao analisar o ato de criação como paradigma de processos de subjetivação que incitam a produção de formas-de-vida, e na pesquisa realizada por Valério (2018) na qual as texturas da dimensão do real foram perscrutadas a partir da análise do trabalho de professoras e professores do ensino público. Entende-se que o objetivo do presente trabalho não é empreender uma análise profunda acerca das dessa dimensão do real do social, porém explicitar sua emergência nas questões advindas do trabalho de campo realizado pode incitar futuros estudos que estejam mais conectados à observação e análise desta noção.

Observa-se que a intensidade das questões advindas da dimensão do trabalho real não está acompanhada de esforços para sua consideração e integração na dinâmica cotidiana dos contextos laborais. Em outras palavras, Lhuillier (2012) aponta para a existência de uma ampliação contemporânea do movimento de invisibilidade do trabalho real no capitalismo neoliberal, devido à dominação dos modelos de gestão que direcionam suas atenções para a dimensão prescrita do trabalho e tornam obtusa e opaca sua visão para o real. Tal processo possui efeitos subjetivos e, gradualmente, contribui para a emergência de vivências de sofrimento no trabalho pois, apesar dos esforços para sua eliminação e desconsideração, o real sempre dá sinais de sua presença, assaltando os sujeitos com convites para uma espécie de “além da realidade”, incitando a produção de um “além do que já se conhece/sabe” de si e do mundo.

No cotidiano da/os subcontratada/os, tais aspectos também se fazem presentes. As questões sociais que perpassam suas vidas não cansam de dar sinais e adentrar, sem pedir licença, seu contexto laboral. Nos momentos de pausas, no descansar de braços e cotovelos apoiados em vassouras e rodos, nas pernas e pés apoiados em paredes e nos olhares vagos que os conduzem a pensamentos sobre seus filhos, suas casas, suas comunidades, seus desejos, vontades, decepções, etc. Pensamentos que são, na maioria das vezes, interrompidos pela exigência do cumprimento das regras e do que precisa ser feito ali. Pensamentos que talvez somente encontrariam espaço em algum lugar fora daquele contexto, longe do assombro constante do respeito fixo às prescrições que tendem a abafar a potência viva do real. Cleuza nos relatou que talvez, para nossa surpresa, este local existia e estava a poucos metros de onde conversávamos.

No decorrer da conversa, as trabalhadoras e trabalhadores participantes da pesquisa nos relataram que havia um espaço, localizado no subsolo da universidade, que era utilizado como uma espécie de abrigo para fins de descanso e conversas mais confortáveis. Uma espécie de leveza oriunda do distanciamento dos olhares da supervisora encarregada e do afastamento, mesmo que efêmero, da cobrança das tarefas a serem repetidamente cumpridas. Espaço este que não era mais utilizado pela universidade e que se encontrava no fim de um corredor que continha pedaços de móveis em desuso (alvo da ação silenciosa de cupins), carteiras antigas empilhadas umas nas outras e muita, muita poeira. Local também frequentado por insetos transeuntes que, em seu caminho, deixavam rastros de sua passagem por lá de maneira curiosa.

Ao nos mostrar uma fotografia que captou do local, Cleuza aponta para a presença de muitas asas no chão, já secas por não mais fazerem parte dos insetos que as sustentavam. Decidiu então batizar o local de “beco de asas” e, a partir daquele momento, só nos referíamos àquele espaço utilizando a nomenclatura por ela sugerida. Tal “esconderijo” - expressão também utilizada pela/os subcontratada/os -, tinha a importante função de abrigar suas angústias, reclamações e até mesmo alegrias que eram constantemente abafadas no “andar de cima”, ou seja, nas dependências da universidade onde estavam localizadas as salas de aula e os espaços comuns nos quais encontravam-se suas supervisoras, a/os estudantes, docentes e técnica/os. Como um local no qual eles sentiam menos o peso das prescrições nas costas e podiam minimamente ficar mais à vontade para compartilharem uns com os outros afetações e problemas de suas vidas.



“Beco de Asas” - Fotografia feita e intitulada pela/os participantes da pesquisa. De acordo com ela/es, a qualidade de alguns registros estava baixa pois os capturavam com pressa, na intenção e receio de não serem advertida/os por suas/seus superiores hierárquicos.

O beco de asas abrigava em si o paradoxo de parecer estar localizado fora da universidade mesmo estando dentro dela. Talvez fosse mais interessante pensar que ele encontrava-se distanciado da lógica de funcionamento do local, dos dispositivos de controle e ordenamento ao quais os sujeitos subcontratados estão submetidos e, por conta mesmo desta distância, lhes servia de abrigo em períodos de almoço, pausas para descanso e até mesmo em pequenas fugas necessárias em meio à linearidade do cotidiano da instituição. Poeira de asas que testemunhava histórias de vida e abria caminho para suspiros

aliviados e descansos necessários em um local cuja lógica instaura outros tempos, outros espaços e outros modos de ser e estar no trabalho.

Cleuza relatou que naquele espaço ela poderia “ser ela mesma” e fugir, mesmo que momentaneamente, da invisibilidade que a ela estava atrelada no ordenamento da instituição. Fato já anunciado pelos estudos de Barros (2015), Guimarães Junior e Ferreira (2018), Barbati *et al.* (2016) e Costa (2004; 2008) realizados com trabalhadoras e trabalhadores subcontratados dos serviços de limpeza e manutenção em universidades que estão atrelados a processos de desigualdade, exclusão, violências institucionais e invisibilidade social nos contextos de trabalho.



“Esconderijo” - Fotografia capturada e intitulada pela/os participantes da pesquisa.

Lhuillier (2012) afirma que essas atividades ignoradas e invisibilizadas apenas são notadas e reconhecidas, na maioria das vezes, em tempos de greve, paralisação ou quando não são realizadas da maneira esperada. Em outras palavras, trata-se de um trabalho que é visto apenas quando não é realizado. Tal qual ocorreu no episódio da greve ocasionada pelo sono das vassouras que relatamos em seção anterior e também em outras situações vividas pela/os subcontratada/os na universidade, compartilhadas conosco durante nossos encontros coletivos.

Um dos companheiros de trabalho de Cleuza, ao falar um pouco deste assunto, fez referência a uma das salas de aula da instituição que é conhecida por ela/es como “sala do caô”. Por ser a maior do corredor onde trabalham, este espaço possui uma grande quantidade de cadeiras, mesas e um quadro negro de grande extensão, que toma a parede da sala de ponta a ponta. Segundo ele, este quadro ganhou o apelido de “o quadro do tormento” pois, de acordo com as exigências da supervisora encarregada e das queixas de determinada/os docentes da universidade, tem que estar sempre limpo e impecavelmente pronto para a sua utilização.

Este relato foi um mote disparador para falarmos sobre a relação desses sujeitos com alguns docentes da instituição que, de acordo com ela/es, são rígidos em suas exigências e fazem queixas quando suas solicitações não são bem atendidas. Relataram também a existência de professoras e professores que não os cumprimentam nos corredores, nem nos momentos de café na copa compartilhada, mas que, em contrapartida, lembram de suas existências quando encontram, na “sala do caô”, marcas de giz no “quadro do tormento” que eles próprios utilizaram em suas aulas.



“Sala do caô” - Fotografia capturada e intitulada pela/os participantes da pesquisa.



“Quadro do tormento” - Fotografia capturada e intitulada pela/os participantes da pesquisa.

Neste cenário, observa-se que os desagradados referentes à relação da/os subcontratada/os com outra/os profissionais da universidade somam-se ao descumprimento de direitos trabalhistas por parte das empresas terceirizadas com as quais estão vinculada/os. E este ponto, conforme observado nos encontros coletivos realizados, é crucial no cotidiano de trabalho em questão, visto que seus efeitos subjetivos impactam nas formas de estar, sentir e trabalhar. De todos os conteúdos abordados nas conversas com as trabalhadoras e trabalhadores da universidade, o que foi apresentado de maneira mais crítica e intensa foram as situações de descaso, desrespeito e descumprimento de direitos trabalhistas por parte das empresas terceirizadas. Entre eles, destacam-se o atraso no pagamento de salários e benefícios sem avisos prévios ou justificativas quaisquer, e o sumiço de empresas - chamadas por ela/es de “empresas fantasmas”.

Durante o trabalho de campo, foi possível testemunhar os efeitos de tais situações na dinâmica de trabalho da/os subcontratada/os de diferentes maneiras. Sobre este ponto, um momento marcante se deu no mês de dezembro, dias antes das festas de final de ano, quando fomos recebidos pela/os trabalhadora/es no estacionamento da universidade com olhares distantes, cabeças baixas e um silêncio que logo foi interrompido pela necessidade que ela/es sentiam de compartilhar conosco o que a/os tinha deixado daquela maneira. Já era o quinto dia, após a data mensal na qual costumavam receber o pagamento, que seus devidos salários estavam atrasados e a ela/es não foram oferecidas respostas ou justificativas plausíveis para tal. Atraso este que tinha fortes impactos no cotidiano desses sujeitos, principalmente no que tange ao pagamento de seus alugueis, outras contas, ao suprimento de suas famílias e à manutenção geral de suas casas.

Mensagens virtuais instantâneas com dúvidas e perguntas sobre o pagamento - recebidas no grupo do aplicativo *WhatsApp* criado por algumas trabalhadoras, no qual fomos adicionados - eram compartilhadas várias vezes durante o dia e Cleuza nos confessou que por vários momentos, naquele dia, já havia verificado sua conta bancária na esperança de encontrar alguma sinalização ou evidência sobre o paradeiro do seu salário. Ela nos relatou que a ceia natalina de sua família assim como a compra de presentes para os seus netos - que já escreviam calorosas cartas com pedidos específicos e, muitas vezes, ambiciosos diante das suas condições financeiras - dependiam do “salário cair na conta” durante os próximos dias e só seriam realizadas após o recebimento da quantia devida. No final de um dos encontros, de maneira tímida, Cleuza nos confessou que para ela aquela ceia teria um sentido diferente pois, talvez, o seu filho que se encontrava encarcerado poderia ser solto nos próximos dias e, com isso, passar as festas natalinas com ela e os outros membros da família.

Expectativa referente ao pagamento de salários que vinha acompanhada de outros desejos, vontades, preocupações e angústias, como as da situação vivida por Cleuza e seu filho. Incertezas que vinham acompanhadas de sentimentos de indignação e revolta, principalmente pelo fato de terem realizado suas tarefas conforme o esperado durante todo o mês, de terem respeitado as regras e normas prescritas para seu trabalho e cumprido as instruções previstas para suas funções no cotidiano laboral da universidade. Perguntavam-se os motivos pelos quais, mesmo tendo feito o que dela/es era esperado, não tinham os seus direitos respeitados enquanto trabalhadoras e trabalhadores. Indagações que, pela sua complexidade, não encontravam respostas

rápidas e serviam de material para, no debate coletivo, tomarmos conhecimento de outras situações já vividas por esses sujeitos.

Nos foi relatado que, em momentos passados, algumas empresas terceirizadas - denominadas por eles de “empresas fantasmas” -, além de atrasar o pagamento de salários, decidiam por finalizar suas atividades na cidade do Rio de Janeiro e deslocar suas operações para outros locais do país por diversas razões (econômicas, fiscais, etc.). Tudo isso sem o consentimento da/os subcontratada/os que, em sua maioria, não possuíam pistas do andamento de tais processos e só tomavam ciência da situação passada quando eram surpreendida/os com a suspensão de salários e benefícios por parte dessas “firmas” (como relatavam). Cleuza, assim como outros de seus companheiros de trabalho, nos relataram que até aquele momento ainda estavam sem receber seus respectivos pagamentos por parte de tais “empresas fantasmas” que passaram pela universidade sem deixar rastros sobre o seu destino. Contra elas estavam sendo movidos processos jurídicos, por parte de algumas trabalhadoras e trabalhadores, na intenção de recuperarem os devidos pagamentos que lhes eram de direito.

Situações que, em sua recorrência, refletiam as constantes ameaças à garantia de direitos trabalhistas e às formas de trabalho pautadas na dignidade da vida que constituem a dinâmica da prática da terceirização na atualidade, principalmente na consideração de funções mais operacionais e menos valorizadas, como é o caso da/os subcontratada/os da universidade. Situações que intensificam a falta de sentimentos de pertencimento por parte desses sujeitos, que enfraquecem seus vínculos institucionais e reforçam os processos de desarticulação em diferentes níveis e fragmentação coletiva que perpassam seu cotidiano de trabalho, elementos característicos do

processo de terceirização e precarização das relações laborais sob a égide da acumulação de capital flexível.

Porém, no contexto da universidade, apesar da incerteza instaurada pelo atraso no pagamento dos salários, Cleuza afirmou que “ainda tem que trabalhar com um sorriso no rosto”, cumprir as tarefas indicadas de maneira satisfatória e não demonstrar insatisfação diante das circunstâncias por receio de ser punida e “ficar marcada” pela supervisora encarregada. Relata ainda que, durante aquele mês de dezembro, ouviu falar de boatos que informavam que determinada porcentagem da/os subcontratada/os seria demitida, por razões próprias das empresas terceirizadas. Esses rumores alastraram-se pelos cantos da universidade em alta velocidade e eram o centro dos pensamentos e conversas escondidas entre as trabalhadoras e trabalhadores do local. Curioso era observar a dinâmica daquele contexto no momento: de um lado havia o atraso dos salários e as incertezas e preocupações que o acompanhavam e, de outros rumores que traziam ameaças de demissão para sujeitos que estavam receosos diante da permanência de seus vínculos empregatícios.

De forma proposital ou não, tal lógica apresentava-se de maneira brutal, forçando submissões passivas em um contexto de trabalho marcado por dispositivos de controle e dominação que colocavam em cheque a garantia de direitos desses sujeitos e incitava formas de trabalho distanciadas dos pressupostos do que se entende por trabalho decente³ e digno. Aos subcontratados caberia aguardar notícias acerca dos seus pagamentos, lidar com as angústias trazidas pelos rumores e

³ O conceito de trabalho decente, divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), refere-se, entre outros aspectos, a um “trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas”. Para maiores detalhes acerca desta descrição, acessar: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>

possibilidades futuras de demissão e seguir com o cumprimento de suas atividades rotineiras. Mas, como seguir trabalhando? Como sustentar no rosto um sorriso pendurado que a qualquer momento ameaçava escorregar, cair, tombar?

Cleuza nos dizia que ali, “se andarmos fora da linha em um segundo, o trem passa por cima”, fazendo referência à rigidez normativa do local que, caso fosse desrespeitada, geraria punições de diferentes tipos, principalmente descontos salariais. Contexto cujos sorrisos efêmeros encobriam vivências de sofrimento no trabalho, de diferentes intensidades e destinos, que em seu conjunto compunham, de forma dinâmica, os efeitos subjetivos que atravessavam a vida das trabalhadoras e trabalhadores da universidade.

A respeito da noção de sofrimento, Dejours (2004) aponta que na relação entre as dimensões prescrita e real do trabalho, o sofrimento revela-se enquanto relação primordial, como afeto fundamental, uma vez que o encontro com o real e os limites das prescrições instaura sentimentos de impotência, fracasso e decepção, um sofrimento afetivo que é gerado pelo encontro com o inesperado, com o real intempestivo. É nesta relação primária que a subjetividade é convocada, incitando os sujeitos à experiência de si e do mundo na consideração do sofrimento enquanto ponto de partida, enquanto origem, enquanto potente espaço para invenção, criação e construção de algo inédito.

Observa-se, portanto, que a experiência afetiva de sofrimento gerada pelo encontro com o real abriga em si um impasse cujo desdobramento pode conduzir os sujeitos a horizontes criativos ou paralisantes. Deste modo, “o sofrimento assume um papel fundamental que articula ao mesmo tempo a saúde e a patologia” (MENDES, 2007, p.37). Em outras palavras, os possíveis destinos do sofrimento estão em

íntima articulação com o que pode ser feito, construído, inventado ou criado pelos sujeitos a partir do ponto de partida que suas experiências instauram. Neste jogo, características da organização do trabalho devem ser consideradas, uma vez que, por exemplo, em contextos de forte rigidez normativa, fixidez da dimensão prescrita e invisibilidade do real do trabalho, há menos brechas para a mobilização de processos de criação e invenção.

Brechas cada vez mais difíceis de serem encontradas ou construídas, em contextos cada vez menos porosos e propícios a reconfigurações e desvios. Fatores característicos do cenário de precarização do trabalho⁴ cujos efeitos, segundo Dejours (2007), giram em torno de: mecanismos de intensificação do trabalho, com consequente aumento do sofrimento dos sujeitos; enfraquecimento de ações e movimentos coletivos contra a dominação e sofrimento no trabalho; silenciamentos e estratégias de defesa⁵ de sujeitos que se veem “(...) negando o sofrimento alheio e calando o seu” (DEJOURS, 2007, p. 51); e o crescimento do individualismo devido, de forma particular, à constante ameaça de demissão presente nesses contextos.

Tais elementos fazem coro com as contribuições de Antunes & Druck (2015), Druck (2016; 2013), Seligmann-Silva & Heloani (2017) e Franco, Druck & Seligmann-Silva (2010), que afirmam que a consolidação e propagação do fenômeno da precarização social do trabalho no interior do modo de produção capitalista neoliberal vêm

⁴ Aqui, o processo de precarização é considerado na perspectiva de uma “(...) adversidade socialmente gerada pela manipulação neoliberal da competição pelo emprego.” (DEJOURS, 2007, p.124). Nesta consideração, parte-se do pressuposto de que a precarização não se refere apenas às formas de vínculo empregatício, mas também - e isso bastante nos interessa - engendra-se na constituição de condições sociais, subjetivas e existenciais.

⁵ Dedicaremos mais esforços analíticos acerca desta noção no próximo feixe de análise.

acompanhadas do aumento de vivências de mal estar subjetivo, sofrimento psíquico e quadros de adoecimento mental por parte de trabalhadoras e trabalhadores subcontratados. Tal afirmação pode nos servir de alicerce para a observação da dinâmica de trabalho da/os participantes da nossa pesquisa, uma vez que suas falas davam sinais de situações e aspectos relativos ao seu cotidiano laboral que lhes traziam angústias, inquietações, acometimentos físicos e subjetivos que em curto, médio ou longo prazo desdobravam-se em vivências de sofrimento, em afetos por ela/es considerados negativos que, no limite, poderiam resultar em possíveis quadros de adoecimento psíquico.

As histórias de Cleuza, dentro e fora do contexto da universidade, incitaram diversas reflexões acerca da dinâmica laboral do local, assim como sobre o cotidiano de trabalho das suas companheiras e companheiros. Histórias que, em sua singularidade, traziam luz a outras tantas e que se colocavam em jogo com situações vividas por outros sujeitos. Como aconteceu com a história de Eliane, que será apresentada nas linhas seguintes.

TERCEIRIZÇM
TEM COR E
GENERO

6

OKUPA E RESISTE

Quando chegamos diante do antigo edifício de janelas retangulares e paredes multicoloridas não houve longa espera para que fôssemos recebidos em seu interior na esperança de fugirmos do calor escaldante que sentíamos na calçada íngreme, do lado de fora. Havíamos saído da universidade - eu e Ana - acompanhados de Eliane, que durante todo o trajeto de carro até a sua casa nos confidenciou, emocionada, momentos importantes de sua vida e os motivos pelos quais estava residindo naquele local. Foi ao longo de um dos encontros coletivos que ela havia nos convidado para visitar sua casa. Proposta cuja confirmação veio sem hesitação pois sabíamos que o fato de conhecer sua vida para além do contexto da universidade nos ofereceria importantes informações para melhor compreender o seu cotidiano. Fomos informados que naquele edifício multicolor localizado dentro de uma comunidade no bairro de Santo Cristo, na cidade do Rio de Janeiro, funcionava, há anos atrás, um hotel para turistas. Ocupado por Eliane e mais 22 famílias que dividiam aquele espaço, o imóvel agora tinha nome e era conhecido por “Ocupação Vito Giannotti”, fruto de articulações coletivas de movimentos sociais distintos e complementares. Com quatro largos andares e um terraço com vista privilegiada da Baía de Guanabara, o prédio retilíneo ainda mantinha a estrutura de hotel, com recepção, bancadas, áreas comuns e quartos planejadamente iguais: tetos de gesso com espelhos circulares, camas do mesmo formato, buracos na parede que outrora abrigaram aparelhos de ar condicionado e grandes banheiras nas suas suítes. Esses cômodos eram agora as casas de cada família que ali se encontrava, assim como a da baiana Eliane e seus felinos de estimação. Em determinado momento da visita, Eliane fez questão de nos levar até o seu quarto-casa para que lá pudéssemos ficar mais à vontade. De maneira gentil, espantou os seus três gatos que prontamente se lançaram a olfatar os intrusos que adentravam o local, se desculpou pelo forte cheiro de urina que os bichanos haviam deixado no espaço e, após nos mostrar a grande banheira agora servia de armário para roupas e livros, nos convidou para sentar em sua cama. Ali conversamos por alguns minutos e tivemos contato com histórias que, por determinadas razões, não eram ditas no contexto da

universidade e não encontravam escoamento para sua circulação nas dependências da instituição. Histórias silenciadas, choros velados, afetos encobertos por sorrisos frágeis que Eliane, em sua singularidade, não conseguia conter e nem guardar para si. Histórias varridas para baixo do tapete, abafadas, poeiras de silêncio que, em seus esconderijos internos, dariam, de uma maneira ou de outra, em algum momento próximo ou mais distante, sinais de sua existência. Do lado de fora, na parede que sustentava o portão descascado da entrada do antigo hotel, lia-se em grafite preto: okupa e resiste. (Trecho do Diário de Campo)

Conforme observado na seção anterior, alguns aspectos da vida de Cleuza pavimentaram o caminho para a observação de outras histórias, de outras situações e colocaram-se em jogo com situações vividas por outra/os participantes da presente pesquisa. Sua história nos colocou diante de Eliane, também trabalhadora da universidade, cuja trajetória representou importante material para os nossos esforços reflexivos. E é a partir de sua história que o presente feixe de análise será desenvolvido. Feixe cujas temáticas centrais giram em torno, principalmente, dos efeitos subjetivos produzidos pela dinâmica do contexto de trabalho da universidade, das vivências de sofrimento relatadas pela/os subcontratada/os e dos mecanismos e estratégias que eles mobilizaram para lidar com as fontes de suas angústias.

Neste sentido, observa-se que os encontros coletivos realizados, para além de acolherem queixas e reclamações, também serviam como terreno propício para o compartilhamento de situações agradáveis, conquistas individuais e coletivas, e episódios cômicos que se davam no cotidiano de trabalho da universidade. Piadas, risos contidos e momentos de descontração eram, em muitos casos, interrompidos por histórias tristes que exprimiam sentimentos de indignação diante das

condições e relações laborais do local. Na vez que tivemos o nosso primeiro contato com Eliane não foi diferente.



Área compartilhada da Ocupação Vito Giannotti, onde reside Eliane, uma das trabalhadoras participantes da pesquisa - Fotografia capturada pelos pesquisadores.

Naquele momento, o debate centrava-se em outro assunto qualquer quando uma trabalhadora avistou, de longe, Eliane com seu caminhar arrastado e logo nos avisou que a “chorona” estava se aproximando. Segundo ela, algumas pessoas não gostavam de estar perto daquela senhora pois as únicas coisas que ela falava eram aspectos “negativos” e giravam em torno de queixas, problemas, doenças, brigas e reclamações a respeito do trabalho na universidade. Em outras palavras, nos foi alertado que Eliane “só falava de coisa ruim” e que aquele espaço de conversa e debate coletivo seria a oportunidade ideal encontrada por ela para fazer o que mais gostava: falar e chorar. Muitos cochichos e murmúrios se deram antes dela enfim chegar até nós e toda/os ela/es se referiam àquela senhora por meio de apelidos como “chorona”, “pidona”, “reclamona”, “energia negativa”, “briguenta”, entre alguns outros. Até que ela, vagorosamente, chegou.

Com seus longos cabelos brancos contidos milimetricamente em um coque e uma sacola na qual havia uma vasilha de plástico que abrigava o seu almoço do dia, Eliane chegou até nós - que estávamos sentados no chão do estacionamento - perguntando se éramos os “psicólogos” que estavam conversando com a/os subcontratada/os do local. Não foi preciso que falássemos, pois as trabalhadoras e trabalhadores que estavam conosco consentiram e, neste momento, a convidamos para sentar junto a nós. Percebemos que, ao longo do processo de pesquisa, o fato de sermos do campo da psicologia foi fator que despertava na/os subcontratada/os o desejo de compartilhar conosco determinadas questões pessoais e, principalmente, problemas familiares. Em um dos encontros, uma das trabalhadoras comentou que estava mesmo “precisando de psicólogo” pois acreditava estar “com a cabeça ruim” assim como a maioria das pessoas dali que, segundo ela, “guarda tudo para si”.

Observamos que, no imaginário daqueles sujeitos, as atividades da psicologia estavam atreladas à escuta de suas questões mais delicadas e dos problemas que os deixavam tristes ou angustiados, dentro e/ou fora da universidade. Tal convicção não representou um empecilho para a realização dos encontros pois, desde os contatos iniciais, destacamos a importância do debate coletivo, do compartilhamento das questões e dúvidas com todas as pessoas do grupo que, em muitos casos, indignavam-se diante de situações semelhantes, porém ainda desconhecidas um pelo outro por conta, principalmente, da falta de conversa e troca entre eles. Ali, desde o início, estava posto o convite para a livre circulação da palavra no seio do coletivo, caso a/os participantes se sentissem à vontade para tal. O espaço de debate revela-se como ferramenta importante diante de um contexto de

silenciamentos, violências e formas de exclusão mas, mesmo assim, alguns sujeitos preferiram conversar separadamente conosco para contar determinados assuntos, pois não sentiam-se confortáveis em fazê-lo diante da/os suas/seus colegas.

O fato era que a presença de Eliane provocava incômodos nas outras pessoas que ali estavam, tanto que ela, ao sentar-se conosco, foi recebida pelo seguinte alerta: “não vai começar a falar de coisa ruim aqui não, por favor!”. Aviso que, de certa maneira, por ela foi ignorado visto que não tardou a trazer à tona o que aparentemente não conseguia mais conter em si. Acompanhada de um choro sentido, compartilhou conosco seus desgostos referentes ao modo como era tratada na universidade e, principalmente, aos atrasos de salário e aos pagamentos que ainda esperava receber de antigas “empresas fantasmas” que por lá passaram. Também nos confidenciou alguns problemas de ordem pessoal destacando, de forma particular, a falta que sentia da família que ainda morava em sua cidade natal, no estado da Bahia.

Foi possível perceber que, diferente das outras trabalhadoras e trabalhadores, Eliane transparecia sua indignação, mostrava sua tristeza diante das situações de injustiça, reclamava quantas vezes fosse preciso o que acreditava ser certo e expunha para seus pares, estudantes, docentes, técnica/os e, inclusive, para sua supervisora encarregada o que sentia, o que queria e o que não queria mais suportar. Neste movimento, talvez sem perceber, Eliane colocava a/os outra/os subcontratada/os diante de situações que também a/os atingiam, mas que, frequentemente, eram deixadas de lado e quase que propositalmente ignoradas por ela/es.

Atrasos de salário, constante sentimento de invisibilidade, cobranças de diferentes origens, monitoramento rígido para o

cumprimento de tarefas repetitivas, entre outros fatores, eram elementos que tornavam o cotidiano laboral da universidade difícil, pesado, cujos efeitos subjetivos desdobravam-se em vivências de sofrimento psíquico por parte da/os subcontratada/os. Elementos complicados de suportar e que eram, de certa forma, silenciados para que fosse possível continuar trabalhando ali. Sinais que Eliane trazia consigo de forma intensamente transparente, em seu corpo, em seu olhar, em sua voz, em seu andar arrastado, em seu choro. Como a personificação de um sintoma da lógica de trabalho extremamente precarizada daquele contexto. Conjunto que causava incômodos nas outras trabalhadoras e trabalhadores que preferiam deixar isso de lado para seguir com suas tarefas e atividades.

Aqui, tal observação nos coloca diante de um potente material reflexivo cuja análise envolve tanto os mecanismos e estratégias defensivas utilizados por esses sujeitos para continuarem trabalhando no ambiente da universidade, quanto o modo como Eliane transparecia e escancarava suas afetações diante de tudo e toda/os. Olhando mais de perto, como se dariam então esses processos?

Observa-se que, no esforço de lidar com situações que geram vivências de sofrimento no trabalho, os sujeitos lançam mão de determinadas estratégias e articulam certos mecanismos para continuarem exercendo suas funções, apesar dos fatores nocivos presentes na configuração do seu contexto laboral. Mendes (2007) afirma que a intencionalidade principal dessas estratégias defensivas é criar possibilidades para conviver com essas adversidades, algumas vezes valendo-se da negação da realidade de trabalho de modo a minimizar a percepção dos fatores que geram sofrimento nesses ambientes. Desta forma, tais estratégias - individuais ou coletivas -

permitem que os sujeitos convivam com o sofrimento por meio de mecanismos subjetivos que podem produzir a alienação de suas verdadeiras causas.

Trata-se, portanto, de mecanismos de defesa que são constituídos por modos de pensar, sentir e agir que são compensatórios, ou seja, que se articulam de modo que o sujeito possa se alienar diante das causas do sofrimento e não se mobilizar em prol da transformação de sua realidade de trabalho. Neste movimento, nota-se que, com o passar do tempo, essa forma de proteção pode se esgotar e, caso não haja modificação nem desvio na lógica instituída da realidade vigente, as vivências de sofrimento se intensificam podendo conduzir os sujeitos a horizontes de adoecimento psíquico e embotamento subjetivo (MENDES, 2007; DEJOURS, 2004).

Em consonância, Dejours (2012; 2007), por sua vez, aponta que o aspecto fundamental dessas estratégias de defesa é a dimensão do pensamento, ou seja: é agir de tal maneira que o sujeito não pense no que o faz sofrer ou no que representa riscos e ameaças à sua dimensão subjetiva. Como uma espécie de redução e limitação da capacidade de pensar, visto que há fortes intenções no sentido de negação do sofrimento para que seja possível continuar trabalhando. Nesta dinâmica, as defesas apontam então para dois caminhos correlacionados: um primeiro que diz respeito ao seu valor adaptativo e ao caráter utilitário de fazer com que o sujeito permaneça exercendo suas tarefas e um outro, em contrapartida, que revela certa limitação subjetiva e redução da capacidade de pensar e refletir sobre o trabalho e, como consequência, de mobilizar-se em prol de sua mudança e reconfiguração.

Desta forma, é importante notar que tais defesas desempenham um papel importante no que tange à proteção psíquica dos sujeitos no trabalho, protegendo-os do risco de lidar diretamente com as origens das suas vivências de sofrimento. Estratégias que, inicialmente, desempenham sua função protetiva, mas que, com o passar do tempo, servem para perpetuar a configuração dos contextos nos quais foram convocadas. Em outras palavras, tais mecanismos defensivos contribuem gradualmente para a continuidade dos aspectos da organização do trabalho que produzem vivências de sofrimento e outros efeitos subjetivos deletérios desdobrando-se, no limite, em potentes agentes para a emergência de formas de dominação e servidão no trabalho (DEJOURS, 2012).

Partindo desta perspectiva, ao direcionarmos tal análise para a gramática neoliberal que configura os contextos laborais contemporâneos, observamos a emergência de outros aspectos relevantes a serem aqui considerados. Diante de constantes ameaças de demissão e do receio de terem suas funções substituídas por posições mais precárias e flexíveis - elementos característicos do fenômeno da precarização social do trabalho no capitalismo flexível, tal qual afirmam Druck (2016; 2013; 2011) e Antunes (2014) -, o surgimento do medo revela-se como importante analisador para se pensar os mecanismos de defesa mobilizados pelos sujeitos nas variadas situações de trabalho. Medo cujo surgimento, de acordo com Dejours (2007), nos coloca diante de um impasse: de um lado considera-se sua função de elevar os níveis de produtividade e induzir o cumprimento rígido das prescrições - visto que os sujeitos estão assombrados pelas ameaças de demissão e dos riscos de não permanência em seus cargos - e de outro, o modo como esse medo incita estratégias defensivas de silenciamento, cegueira e

surdez no trabalho, num processo de abafamento de afetos e negação de sofrimentos que pode conduzir, no limite, a horizontes de adoecimento psíquico.

Medo, portanto, como motor da produtividade, da servidão, de formas de dominação e da mobilização de estratégias defensivas. Dinâmica na qual há, gradativamente, uma espécie de desligamento do sujeito com relação à percepção do sofrimento de *outrem*, como que uma indiferença e insensibilização para com outras vivências de sofrimento. Em meio a um oceano de silenciamentos, de afetos velados e constantemente negados, observa-se que a impossibilidade de exprimir afetações e elaborar o seu sofrimento faz com que os sujeitos fiquem indiferentes também ao sofrimento dos outros. Processo no qual nega-se o sofrimento alheio calando o seu próprio (DEJOURS, 2007).

Neste sentido, Mendes (2007) aponta que o alvo das intenções gerenciais e produtivas das formas de organização do trabalho neoliberal não é o sofrimento, mas sim as estratégias de mediação (defesas) mobilizadas pelos sujeitos diante dele. Estratégias que, em seu curso, fazem com que os sujeitos obedeçam à lógica fixa das prescrições, silenciem suas angústias e desagrados e permaneçam na regularidade do cumprimento das suas tarefas e funções. Processo cujos desdobramentos subjetivos apontam para uma acentuação das vivências de sofrimento de caráter patogênico¹ e, conseqüentemente, para a emergência de quadros de adoecimento mental no trabalho.

¹ Moraes (2013) caracteriza este tipo de sofrimento como aquele gerado pela incapacidade dos sujeitos transformarem (darem algum destino) suas vivências de sofrimento no trabalho que, conforme já destacamos, são inerentes à experiência de trabalhar. Sofrimento patogênico como aquele que desestabiliza e pode conduzir a descompensações de diferentes ordens. Segundo a autora, os fatores que podem contribuir para este processo são, principalmente: rigidez da organização do trabalho, metas desmedidas, métodos de avaliação injustos e elevados índices de competitividade entre os sujeitos.

Diante de tais considerações, ao reconduzir nosso olhar para o contexto da universidade, percebemos que sua configuração é produtora de vivências de sofrimento que incitam silenciamentos e a mobilização de estratégias de mediação por parte da/os subcontratada/os. Aqui fazemos referência, principalmente, à rigidez das prescrições na realização das tarefas, ao cumprimento de horários, ao modo como as trabalhadoras e trabalhadores são tratados na instituição, aos dispositivos de vigilância, controle e monitoramento de suas atividades e às formas de ameaça e desrespeito à garantia de seus direitos que são materializadas, de maneira mais nítida, pelo atraso de salários e não cumprimento de obrigações trabalhistas por parte das empresas terceirizadas. A combinação desses elementos nos coloca diante de um contexto no qual vivências de sofrimento dividem espaço com cobranças rígidas, ameaças de punição, advertências, descontos salariais, demissões e sentimentos de medo diante da constante iminência de perda de emprego. Ora, diante deste cenário, pensemos: o que resta então a esses sujeitos? Como mediar os fatores que lhes causam angústias e indignação diante das constantes ameaças de demissão e da fragilidade de seus vínculos trabalhistas? Como, portanto, seguir trabalhando?

Durante os encontros coletivos, foi possível observar que, diante desse mosaico, a/os participantes lançam mão de mecanismos de defesa e estratégias de mediação na intenção de lidarem com o sofrimento que resulta da combinação dos fatores de seu contexto laboral. Estratégia que a/os permite continuar exercendo suas atribuições a partir de uma espécie de negação das fontes de suas angústias, num processo marcado por algo como um esquecimento do que a/os faz sofrer. Negação que a/os faz, muitas vezes, aumentar o ritmo de suas tarefas, adicionar

outras atribuições aos seus afazeres rotineiros e, portanto, trabalhar mais para diminuir as chances de pensar sobre o que lhes causa sofrimento. Dinâmica que parece contribuir para a lógica normativa instituída da universidade que reclama, constantemente, o cumprimento rígido das suas instruções e procedimentos de maneira regular, sem deixar brechas para possíveis desvios e surpresas.

Tal dinâmica pode ser perscrutada no contexto da universidade ao observamos que, mesmo diante de uma série de fatores que lhes causam sofrimento e indignação, a/os subcontratada/os evitam conversar sobre seus desagradados, reclamações e queixas no momento do expediente. Tanto com seus pares quanto quando na presença da supervisora encarregada - momento no qual qualquer assunto torna-se mais atrativo do que falar sobre tais angústias. Aspectos do contexto de trabalho que desagradam esses sujeitos e que são parcialmente esquecidos por eles na medida em que se envolvem em outras tarefas que estão para além de suas responsabilidades regulares, que começam a trabalhar mais para ocupar seus tempos livres e, conforme eles diziam, suas “cabeças vazias”: varrendo mais salas, limpado mais quadros negros e recolhendo lixo das lixeiras de outros banheiros da instituição, por exemplo. Neste processo, observa-se que suas reclamações somente são compartilhadas e alcançam uma dimensão coletiva nos raros momentos nos quais estão mais afastada/os do cotidiano da universidade, no “beco de asas”, na espécie de esconderijo para onde se direcionam quando necessitam descansar ou jogar conversa fora para fugir, mesmo que de maneira efêmera, das amarras e dispositivos de controle do seu contexto laboral.

Percebe-se que, para além da estratégia de acelerarem o ritmo da realização de suas tarefas, trabalhando mais na tentativa de varrerem

para baixo do tapete e esquecerem os aspectos que cotidianamente lhes causam sofrimento, essas trabalhadoras e trabalhadores também lançam mão de mecanismos e estratégias de silenciamento que fazem com que as origens de suas angústias não sejam ditas, expostas ou compartilhadas com seus pares no decorrer de suas tarefas rotineiras. A intenção é, portanto, seguir trabalhando sem tocar nesses assuntos, sem despertar essas questões que dormiam sob a vigilância e cuidado atentos das defesas que produzem silenciamentos. Tal dinâmica, instaura um processo no qual os sujeitos tendem a abafar seu sofrimento e, como consequência, também o de seus companheiros e companheiras de trabalho.

Defesas que, em seu exercício, contribuem para o aumento da obediência e submissão da/os subcontratada/os, que agradam os anseios de seus supervisores e instauram um contexto silencioso, de sorrisos frágeis e bocas mudas, quietas, porém cheias de conteúdo a serem expostos, ecoados, escoados, jogados para fora, compartilhados e debatidos. Silenciamentos que, em seu exercício, instauram um cenário linear, condizente com as intenções produtivas da organização do trabalho, de sujeitos cumprindo perfeitamente as tarefas que lhes foram atribuídas, de trabalhadoras e trabalhadores que produzem, obedecem regras, cumprem procedimentos e seguem trabalhando, apesar de tudo. Mas qual seria o preço dessa linearidade? Quais efeitos subjetivos, de curto ou longo prazo, lhe são subjacentes?

No encontro com Eliane no estacionamento da universidade, foi possível perceber que os outros sujeitos, que conosco formavam aquela roda de conversa, estavam envolvidos num processo de mobilização de estratégias e mecanismos de mediação contra o sofrimento que se desdobrava, principalmente, no silenciamento das causas de suas

angústias e indignações. Estratégias de defesa de caráter coletivo que eram convocadas por aquelas pessoas na intenção de, de uma maneira ou de outra, continuarem trabalhando diante das constantes ameaças de punição e perda de emprego. Porém, neste cenário, observamos que a força de tais defesas encontrava seus limites ao deparar-se diante de um impasse simbolizado pela presença de Eliane que, por si só, escancarava suas angústias, expunha suas indignações, compartilhava reclamações e transparecia suas dores e sofrimentos, aspectos que suas companheiras e companheiros de trabalho teimavam em calar.

Considera-se, portanto, que essas estratégias defensivas mobilizadas pela/os subcontratada/os enquanto mecanismos de mediação contra o sofrimento representam uma forma possível de lidar com os aspectos da sua realidade de trabalho cotidiana. Estratégia mobilizada, convocada e construída com funções protetivas em meio aos dispositivos de controle, dominação e exclusão que atravessam o contexto laboral da universidade. Defesas mobilizadas como espécie de resistência ao que faz sofrer, que pode ser tomada até mesmo como enfrentamento à realidade tal qual ela se apresenta, como modo de “dizer não” aos aspectos que produzem vivências de sofrimento no trabalho. Mecanismos que, inicialmente, desempenham seu papel de reduzir a capacidade de pensar sobre o que causa mal, mas que, com o passar do tempo, perpetuam lógicas instituídas e formas de dominação já conhecidas, podendo conduzir os sujeitos a horizontes de embotamento subjetivo e quadros de adoecimento².

² A relação saúde-adoecimento convoca o desenvolvimento de algumas noções importantes. No presente trabalho, parte-se da noção de saúde enquanto permanente movimento instaurador de novas normas, enquanto normatividade vital (CANGUILHEM, 2009). Como a capacidade de questionar normas *a priori*, usuais, já conhecidas, fixas e determinadas num movimento que fundamentalmente propõe reconfigurações a partir da invenção de normas outras para a existência. Saúde enquanto invenção e, no limite, criação. Neste sentido, entende-se que “o que caracteriza a saúde é a possibilidade de

Em paralelo, era espantoso, de certa forma, o modo como Eliane se colocava e expunha suas afetações em um cenário marcado por silêncios gritantes. Mais curioso ainda era observar a diferença do seu comportamento diante de seus pares. Após sua chegada no estacionamento e a sua introdução à conversa já em curso, suas queixas e reclamações para com o ambiente da universidade tomaram o primeiro plano do encontro, acompanhadas de lágrimas que escorriam dos seus olhos e terminavam o seu curso na poeira do chão daquele espaço. Eliane pareceu sentir-se minimamente confortável para falar o que sentia, o que vinha sentindo, o que precisa ser dito e escutado por toda/os nós e também por ela própria. Os conteúdos trazidos por ela nos comoviam - eu e Ana, na posição de pesquisadores - e também incitavam cabeças baixas, olhares distantes, reflexões individuais e choros discretos de outra/os subcontratada/os que ali estavam. Espaço de fala encontrado por alguém que nos confidenciou que precisava desabafar, que necessitava falar pois, de acordo com suas palavras, “não tinha mais nada a perder”.

ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas” (CANGUILHEM, 2009, p. 77). Desta forma, a saúde não mais está “vinculada à entificação de constantes fisiológicas. Saúde é a posição na qual o organismo aparece como produtor de normas na sua relação ao meio ambiente. Até porque a norma, para um organismo, é exatamente sua capacidade em mudar de norma” (SAFATLE, 2011, p. 24). Assim, é possível redirecionar nossos pensamentos para a concepção de doença no sentido de considerá-la como a permanência de normas usuais, de estados-normais. Adoecimento aqui entendido enquanto uniformidade do normal, como fixidez dos sujeitos a uma norma única, como redução da capacidade inventiva, normativa (SAFATLE, 2011). Em consonância com tais proposições, Dejours (1986), considerando situações de trabalho, afirma que saúde é a capacidade dos sujeitos de traçarem caminhos originais, singulares, em direção ao bem estar físico, psíquico e social. Caminhos construídos pela capacidade normativa e criadora dos sujeitos na instauração de novas normas em seu cotidiano (laboral, inclusive). Processo que, muitas vezes, encontra-se dificultado pela rigidez das formas de trabalho neoliberal que incitam modos de dominação e servidão por meio da vigência de normas únicas, fixas e dominantes que estão, em seu fundamento, a serviço da continuidade e valorização infinita do capital.

Esta afirmação, seguida de informações sobre momentos e épocas distintas de sua vida, nos permitiu conhecer mais um pouco dos atravessamentos passados e presentes da vida de Eliane e da maneira como essas questões repercutiam no seu cotidiano laboral. Segundo ela, a distância dos seus familiares e de sua terra natal - estado da Bahia -, seus problemas financeiros e as questões referentes ao local onde residia - a ocupação que tivemos a oportunidade de visitar em sua companhia -, eram elementos que constituíram um conjunto de vetores que produzia efeitos subjetivos que desdobravam-se em tristeza e sofrimento durante vários momentos do seu cotidiano. Por outro lado, ela nos contou que tais elementos abrigavam também uma potência que fazia com ela encontrasse forças para lutar, expor sua indignação e reclamar diante de situações que não concordava, não suportava e não queria mais suportar, principalmente no contexto da universidade.

Contexto marcado por múltiplas cobranças, medos e preocupações, elementos que já faziam parte da vida de Eliane fora dos muros daquela instituição. Em determinado momento, ela nos relatou que havia risco de ser despejada do prédio onde residia, junto com outras tantas famílias, devido a antigos processos e débitos de ordem jurídica do imóvel para com certas instâncias governamentais. As causas de tal decisão não estavam claras para ela, porém entre os moradores e moradoras da ocupação já circulavam informações e boatos sobre a possível decisão. Em momento anterior, outros sujeitos haviam nos informado sobre esta preocupação de Eliane, dizendo que tal ameaça pairava constantemente sobre sua cabeça e a deixava triste, nervosa e receosa. Ameaça de despejo que, diante das condições atuais de sua vida, seria fator que causaria grandes repercussões e traria graves problemas para seu cotidiano, visto que a moradia na ocupação evitava que ela

pagasse aluguel ou tivesse outras despesas com a manutenção de uma casa, por exemplo.

Ao relatar seus problemas para além dos muros da universidade, Eliane também comentou sobre aspectos da dinâmica da instituição que lhe traziam preocupações e desgostos. Nos relatou que, em paralelo à ameaça de despejo do imóvel no qual reside com a/os outra/os integrantes da ocupação, também havia a possibilidade das trabalhadoras e trabalhadores subcontratados perderem o direito de utilizarem um espaço que lhes era precioso, no qual podiam guardar seus pertences individuais, materiais de trabalho e, também, descansar e conversar em momentos de pausa. Ela se referia àquele quarto da porta invisível, localizado ao lado de um dos banheiros da instituição, conforme mencionamos em seção anterior do presente texto - local onde tivemos o primeiro contato com ela/es para a realização da pesquisa e dos encontros coletivos. Espaço por eles chamado de “quarto dos sem terra”, devido às ameaças de perda, retirada, remoção e, em outras palavras, também de despejo. Despejo este que trazia consigo sinais do modo como esses sujeitos eram invisibilizados, desvalorizados em suas atividades, esquecidos e que, diante da rotina regular do local, ocupavam uma espécie de não-lugar que ameaçava a garantia de seus direitos trabalhistas e do direito a condições de trabalho dignas e eticamente referenciadas.



“Quarto dos sem terra” - Fotografia capturada e intitulada pela/os participantes da pesquisa.

Neste sentido, percebe-se que a maneira como Eliane expôs suas afetações, sua raiva, sua tristeza, sua indignação - seja sob a forma de choro, lamentos, raiva, reclamações ou queixas - também representou, de certa maneira, um modo de enfrentamento, uma maneira de resistir à lógica excludente do seu contexto laboral e aos aspectos que revelavam o desrespeito e as ameaças à garantia de direitos de um trabalho que, no limite, já encontrava-se precarizado em várias dimensões. Diante das estratégias coletivas de defesa convocadas em meio aos aspectos cotidianos que causavam sofrimento, o modo como Eliane se afetava e expunha suas afetações revelou-se como desvio, como diferença diante de outros sujeitos calados, envolvidos em uma espécie de mutismo incitado pelas ameaças de seu contexto laboral.

Silenciamento que abafava e escondia angústias, medos, afetos e outros elementos que produziam vivências de sofrimento. Que não permitia que sentimentos fossem expostos, que afetações fossem exibidas, que reclamações fossem compartilhadas com outros sujeitos que, no limite, não reconheciam o sofrimento de seus pares pelo fato do seu próprio sofrimento estar cada vez mais escondido. Afetação que, neste contexto, também poderia ser entendida enquanto forma de resistência, visto que se revelava como aspecto desviante diante de um cenário marcado por sentimentos velados e não expostos. Assim, Eliane expunha essa afetação como modo de indignação, como mobilização subjetiva diante de um trabalho precarizado, flexibilizado, desarticulado, invisível e atravessado por um constante processo de perda de direitos. Forma de resistência que promove estalos e rompe com a solidez de um contexto potencialmente adoecedor.

Nesta dinâmica que envolve variados dispositivos de dominação e resistências singulares, observa-se um tensionamento entre os anseios produtivos - no sentido instrumental/capitalista do termo - e o desejo dos sujeitos trabalhadores. De acordo com Mendes (2007), quando as lógicas produtivas prevalecem, há um crescimento na utilização de estratégias defensivas e mecanismos que dificultam a emergência de ações de mobilização em prol da mudança da configuração dos contextos de trabalho e, conseqüentemente, das fontes de sofrimento. Desta maneira, observa-se que quando tais defesas se esgotam, as origens do sofrimento não foram transformadas nem realmente combatidas, conduzindo os sujeitos a uma trilha que desemboca, muitas vezes, em horizontes patogênicos. Processos de adoecimento que, observados mais de perto, nos fornecem preciosas pistas e abrigam em si uma complexa rede de manifestações.

Nesta perspectiva, podemos considerar, no limite, as variadas formas de adoecimento psíquico como uma negação profunda de um trabalho que se encontra extremamente precarizado. Como uma maneira limite do sujeito dizer não ao que está posto, de indignar-se diante das múltiplas formas adoecedoras de dominação, violência e exclusão no trabalho, cujos efeitos subjetivos caracterizam-se por vivências de sofrimento prolongadas que obstruem as chances de transformação da realidade laboral. Adoecimento que pode ser analisado também como possível forma de enfrentamento, como maneira extrema de resistir a um cenário que coloca em xeque a dignidade humana e reforça o não cumprimento de direitos.

Conforme observado nas linhas anteriores, a história de Eliane, em sua singularidade, revela-se como paradigma de outras tantas histórias de vida que constituem o contexto da universidade. Histórias que se confundem, que se esbarram umas com as outras, na medida em que são dotadas de visibilidade, em que são expostas e que fazem circular afetações diversas em meio à fixidez normativa da dinâmica da instituição. Neste movimento, os conteúdos das falas de Tide, outra trabalhadora participante da pesquisa, trazem consigo importantes sinalizações acerca dos outros possíveis destinos das formas de sofrimento vivenciadas na universidade.

TERCEIRIZÇAO
TEM COR E
GENERO

7

AÇÃO CUPIM

Eu jamais poderia pensar que a falta de uma faca para cortar fatias de bolo me levaria a lugares tão distantes. Mas isso de fato aconteceu quando estávamos no estacionamento da universidade, no dia da confraternização de final de ano que organizamos junto às trabalhadoras e trabalhadores participantes da pesquisa, e percebemos que era preciso buscar o talher na copa para que pudéssemos servir os quitutes de maneira mais confortável. Sendo assim, Tide disponibilizou-se para buscar o objeto e eu prontamente me ofereci para lhe fazer companhia. Fomos juntos, andando pelos corredores, salas, saguões e também passando pela sua casa, sua comunidade, pela sua relação com os quatro filhos, pelos seus problemas de saúde, pelos anos que trabalhava na universidade, enfim, até pisarmos na copa. Trajeto cujo caminho me fez passear por diferentes momentos da vida de Tide, conhecer um pouco mais sobre ela e, conseqüentemente, pensar sobre como tudo aquilo afetava seu cotidiano de trabalho. No caminho de volta para o encontro com as outras pessoas que estavam no estacionamento, ela me confidenciou seu envolvimento com movimentos coletivos de resistência fora da universidade - dos quais ela bastante se orgulhava - e também relatou fazer parte de uma associação criada pela/os subcontratada/os da instituição em prol da luta e garantia dos seus direitos trabalhistas, denominada ATTUFRJ. Envolvimento que, segundo ela, se dá de forma clandestina, escondida e discreta devido ao medo de retaliações e punições por parte de seus superiores. Mobilização silenciosa, ações que se dão por dentro, assim como o movimento dos cupins que, de acordo com ela, estavam “fazendo a festa” na maioria dos móveis (infestados) das salas de aula e laboratórios. Ação cupim. Do tipo daquelas que só seriam percebidas a partir de suas conseqüências, uma vez que seu engendramento processual se dava de forma velada, quieta. No caso dos cupins, nos meandros das madeiras dos armários, mesas e cadeiras daquele espaço. Poeiras-cupim que, quando permitiam serem vistas, davam sinais de que algo ali estava acontecendo, mesmo que de forma íntima, clandestina e sutil. Tide ainda tinha muito a nos dizer e mostrou interesse e vontade de fazê-lo, para nossa alegria e satisfação.

Ao final do nosso percurso, voltamos para a roda na qual encontravam-se a/os subcontratada/os e agora, com o auxílio fundamental da faca que fomos buscar, saboreamos aquele bolo de cenoura que, no final do encontro, nos deixou apenas diante de farelos de sabor concentrado e outras tantas boas lembranças. (Trecho do Diário de Campo)

Neste feixe de análise, aspectos da história de Tide nos fornecem subsídios para pensarmos, principalmente, acerca da dinâmica de reconhecimento pelo trabalho realizado no contexto da universidade e também outros tipos de resistência mobilizados pela/os subcontratada/os, de caráter discreto, sutil ou de cunho político e institucional, como por exemplo o caso da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ). Trataremos de tais assuntos de forma mais detalhada no decorrer das linhas que seguem.

Tide, assim como a/os outra/os participantes da pesquisa, sentiram-se dividida/os em meio à mistura de afetos que foram mobilizados durante a preparação da nossa confraternização de final de ano, sugerida por nós - eu e Ana - e prontamente aceita por ela/es. Planejamos tudo para que este momento acontecesse durante o nosso penúltimo encontro, cuja data era bem próxima ao Natal e às festas de fim de ano, e assim de fato aconteceu. Observamos que por um lado, as trabalhadoras e trabalhadores ficaram felizes com a ideia e com a possibilidade de um momento de descontração e leveza dentro da universidade, mas por outro demonstraram certa angústia e preocupação pelo fato de não terem condições, naquele momento, de contribuir de alguma forma (fosse com algo para comer ou beber) com a confraternização. Tal impossibilidade advinha, conforme mencionamos mais detalhadamente no primeiro feixe de análise aqui descrito, do atraso no pagamento de salários que aconteceu no mês de dezembro, que trazia consigo diversas dúvidas,

suposições e incertezas e impactava, de forma intensa, no cotidiano de trabalho daqueles sujeitos.

Lançados à poeira do chão do estacionamento, organizamos nossos assentos - improvisados com algumas folhas de papelão e jornal -, estendemos no chão uma toalha verde bandeira cujo tamanho parecia ideal para abrigar a quantidade de comida e bebida trazida e, assim, por lá ficamos conversando sobre assuntos diversos e experimentando silêncios causados por pedaços de cachorro-quente, sanduíches, bolos ou bebidas que de vez em quando ocupavam nossas bocas. Se nossa presença ali já causava certo estranhamento na/os estudantes e técnica/os da universidade que passavam diante de nós, não é de se surpreender que a toalha combinada com comidas de diferentes sortes que nos cercava despertava ainda mais curiosidade e interesse na/os transeuntes do local. Sim, ali estávamos nós: dois alunos da universidade sentados no chão em roda com trabalhadoras e trabalhadores subcontratados dos serviços de limpeza e manutenção da instituição.

O espanto, de certa forma, era mútuo visto que, para além da/os estudantes, técnica/os e docentes, a confraternização fez com que a/os própria/os subcontratada/os habitassem aquele espaço de outra maneira, de uma forma diferente da habitual, de um jeito desviante à lógica rotineira daquele local. Momento que, em sua peculiaridade, contou com a participação da supervisora encarregada que, quando menos esperamos, perguntou se poderia juntar-se a nós e participar da conversa. Após o consentimento desajeitado de toda/os, ela sentou-se conosco. Nós no chão, e ela em uma cadeira.

Durante todo o encontro, a encarregada ficou sentada nesta cadeira, que já pertencia ao estacionamento da universidade, um pouco afastada de nós. Disposição espacial que não atrapalhou o fluxo da

conversa, da qual ela também participou ativamente, e nem impediu que ela tirasse inúmeras fotos (*selfies*) conosco ao fundo, na justificativa de que aquele momento merecia ser registrado de alguma forma - registros que posteriormente foram compartilhados no grupo virtual de mensagens instantâneas do aplicativo *WhatsApp*, nosso principal canal de comunicação com a/os subcontratada/os quando não estávamos na instituição (nele não estava incluída a supervisora encarregada). Espaço no qual eram compartilhadas angústias, desgostos, mas também alegrias e situações prazerosas vividas naquele contexto.

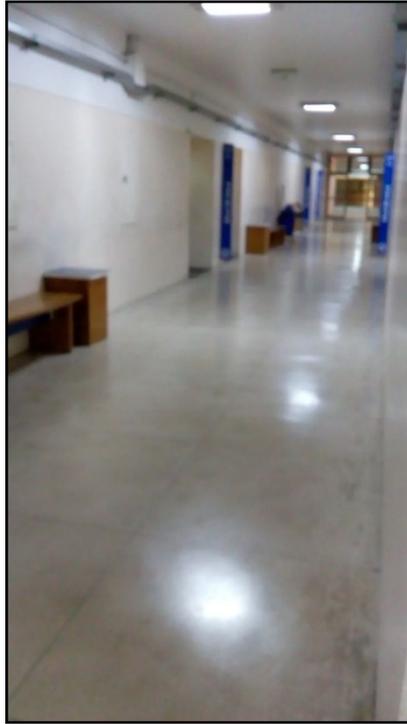
Situações essas que, conforme relatou Tide, advinham principalmente da relação da/os trabalhadora/es com os alunos e alunas da universidade. Ela comentou que, em sua rotina laboral, há momentos nos quais alguns estudantes elogiam a limpeza das salas, comentam sobre as possíveis dificuldades envolvidas no trabalho de limpeza e manutenção que realizam e, até mesmo, compartilham problemas de ordem pessoal que atravessam a vida de quem passa pelos diferentes cursos oferecidos pela instituição. Tide, assim como a/os outra/os participantes, falou com carinho sobre algumas experiências vividas com estudantes ao longo do tempo que trabalha na universidade. Em paralelo, foi possível perceber a admiração com a qual a/os subcontratada/os falavam dos processos de produção de conhecimento da instituição e o seu papel na formação acadêmica de inúmeras pessoas que, consequentemente, contribuía para o desenvolvimento da sociedade em larga escala. As falas de alguns dos sujeitos participantes revelaram que eles sentem orgulho de fazer parte, através do seu trabalho, do processo de formação dessa/es estudantes e também de contribuir para a continuidade dos processos de ensino, aprendizagem e produção de conhecimento da universidade.

Ao comentarem sobre um espaço no qual localizam-se laboratórios dos cursos de engenharia química e física, a/os subcontratada/os falaram que ali era o local “onde tudo começa”. Ao serem questionada/os sobre os sentidos de tal expressão, nos informaram que ali era o local onde se descobriam muitas coisas novas que auxiliariam no desenvolvimento da sociedade e, como consequência, contribuiriam para a melhoria da vida de todos. Disseram que “se ninguém limpar aquilo lá, aquilo vai parar” e, neste momento, foi possível perceber o modo como enxergam a importância de seu trabalho no contexto da universidade e os impactos de suas atividades rotineiras, apesar de tudo.



“Onde tudo começa” - Fotografia capturada e intitulada pela/os participantes da pesquisa.

Tide também comentou que, assim como acontece na sua relação com alguns/algumas estudantes, ela já vivenciou situações marcantes com certos docentes da universidade. Como quando uma das professoras da instituição colocou seu nome, assim como o de outra/os subcontratada/os que trabalham no prédio onde fica localizado seu laboratório/escritório, na seção de agradecimentos de um de seus livros. Ou quando o reitor da instituição passou por um dos corredores e falou em voz alta que aquele era “o corredor mais bonito do CT”, elogiando a limpeza, o cheiro e a beleza do local. Atitudes rememoradas com alegria por Tide até hoje e materializadas, por exemplo, no livro que guarda com zelo em sua casa. Agradecimento, somado a outras ações, que tira o manto de invisibilidade que recobre o fazer cotidiano desses sujeitos, tornando-o inteligível e passível a retribuições de diferentes tipos, inclusive simbólicas.



“O corredor mais bonito do CT” - Fotografia capturada e intitulada pela/os participantes da pesquisa.

De acordo com Mendes (2007), formas de retribuição simbólica pelo trabalho realizado possibilitam aos sujeitos o empuxo para processos de mobilização subjetiva e conseqüente mudança da realidade laboral. Desta forma, observa-se que aspectos referentes à dinâmica das formas de reconhecimento no trabalho possuem impactos subjetivos e estão articulados com a im-possibilidade da construção de relações de confiança, solidariedade e cooperação entre os sujeitos. Formas de reconhecimento que, em sua dinâmica, incitam reconfigurações e

deslocam o sofrimento para outros destinos, reorientando suas rotas e apontando para possíveis vivências de prazer no trabalho¹.

Neste sentido, Dejours (2012; 2011) afirma que os processos de mobilização subjetiva dos sujeitos trabalhadores estão intimamente articulados com a dinâmica das variadas formas de contribuição e retribuição nos contextos laborais. De modo que os níveis de retribuição diante do fazer singular de cada sujeito influenciam na forma como estes se mobilizam, ou seja: na ausência de retribuição pelo seu trabalho, observa-se menos mobilização subjetiva por parte dos sujeitos, processo que contribuiu para a continuidade da lógica normativa vigente da organização do trabalho, dificultando reconfigurações e desvios em sua constituição. Retribuições que possuem diferentes tipos e roupagens, entre as quais destaca-se sua dimensão simbólica - que aqui bastante nos interessa - pela sua relação íntima com processos de subjetivação.

Assim, observa-se que as formas de reconhecimento apresentam-se como retribuição simbólica ao fazer/trabalho sempre singular e único de cada sujeito. Retribuição essa que se torna possível a partir da visibilidade desse fazer, ou seja, do modo como o trabalho revela-se inteligível e torna-se visível aos olhos dos outros. Desta forma, observa-se que é através das formas de cooperação e da construção de debates e acordos entre os sujeitos que o trabalho torna-se visível e,

¹ Segundo Mendes & Muller (2012), a noção de prazer no trabalho pode ser entendida não de forma estática, mas sim a partir de uma perspectiva processual, que considera possíveis vivências de prazer por meio da transformação do sofrimento no trabalho. Prazer, portanto, enquanto princípio mobilizador que coloca o sujeito em ação para a busca de gratificação, de reconhecimento do seu fazer e de espaços para criação e invenção no trabalho. Vivências cuja emergência é dificultada quando há rigidez nas formas de organização do trabalho, obstrução de movimentos coletivos e ações cooperativas que, em seu exercício, poderiam resultar em processos de resignificação e transformação do sofrimento nesses contextos.

consequentemente, passível à dinâmica do reconhecimento. Pois uma vez reconhecido, o sujeito sente-se como parte de um coletivo, como parte do conjunto das ações cooperativas de determinado contexto de trabalho. Aqui, nota-se o caráter de socialização da dinâmica de reconhecimento e dos modos de cooperação nos ambientes laborais (DEJOURS, 2012; 2007).

Reconhecimento que, através da articulação dos fatores envolvidos em sua dinâmica, produz efeitos subjetivos principalmente no que tange à gratificação identitária e à construção de sentido no trabalho^{2 3}. Em contrapartida, observa-se que, na ausência de reconhecimento, os sujeitos engajam-se em estratégias defensivas contra o sofrimento que, no limite, perpetuam as origens de tais vivências, contribuindo para a continuidade das formas instituídas de trabalho que fazem sofrer. Neste sentido, podemos aqui considerar ainda outra dimensão das formas de

² De acordo com Dejours (2007; 2004), a dinâmica do reconhecimento possui relevante papel, tanto na transformação das vivências de sofrimento em prazer no trabalho, quanto na construção e fortalecimento da identidade dos sujeitos. Identidade produzida como processo dinâmico, no campo social, pelo trabalho e, particularmente, pelo trabalho que é reconhecido. Neste sentido, o autor afirma que a identidade, como processo subjetivo em permanente construção, é o núcleo da saúde mental e que o eixo central de toda descompensação psicopatológica gira em torno de problemas identitários. Em paralelo, Dejours (2012) aponta que a produção de sentido no trabalho também está relacionada à dinâmica do reconhecimento que, quando bem sucedida, oferece ao sujeito a experiência de realização pessoal no campo das relações sociais e outros subsídios que permitem a construção, de caráter processual, da identidade. Cabe destacar que, no presente trabalho, não temos a intenção de desenvolver uma análise detalhada acerca dessas noções, que demandam a convocação aprofundada de outros conceitos no curso do seu desenvolvimento.

³ A articulação entre formas de reconhecimento e identidade também pode ser observada na obra de Honneth (2009) que, ao desenvolver uma densa reflexão sobre o papel do reconhecimento na vida social, afirma que a identidade dos sujeitos é determinada por processos intersubjetivos que são mediados pelo mecanismo do reconhecimento. Na perspectiva do autor, a ausência de reconhecimento - nas variadas dimensões apresentadas por ele - seria o mote para os conflitos sociais cuja existência desperta nos sujeitos um processo de luta pelo reconhecimento. Observa-se, portanto, que sentimentos de desrespeito, injustiça, formas de exclusão, sofrimento e não garantia de direitos - inclusive nos contextos laborais, tal qual observamos na pesquisa de campo com a/os subcontratada/os - representam ausência de reconhecimento e, neste sentido, convocam a mobilização dos sujeitos em prol de ações coletivas e movimentos de resistência que estejam atrelados ao reconhecimento de seus direitos e à garantia de formas de vida eticamente qualificadas.

reconhecimento, a de caráter *instrumental* que, em seu exercício, responde a exigências produtivistas que estão na contramão da promoção e garantia do bem-estar subjetivo no trabalho.

A este respeito, Mendes (2007) aponta para a existência de modos de reconhecimento que são capturados pelas intenções da organização do trabalho e, nesta articulação, acabam por compactuar com lógicas produtivas que, na maioria das vezes, não estão alinhadas aos desejos dos sujeitos. Trata-se dessas formas de reconhecimento de caráter instrumental nas quais as formas de retribuição pelo fazer/trabalho baseiam-se em intenções da produção, aumentando os níveis de produtividade em detrimento dos benefícios subjetivos que o conjunto dos aspectos da dinâmica do reconhecimento poderiam gerar. Os principais exemplos deste tipo de reconhecimento de caráter instrumental giram em torno da gestão por alcance de metas e dos modos de avaliação individualizada do trabalho⁴, elementos característicos dos contextos laborais contemporâneos - sob a égide das ofensivas neoliberais - marcados pela cadência dos processos de flexibilização e precarização nas suas mais variadas dimensões.

Na dinâmica cotidiana da universidade, segundo a/os participantes da pesquisa, a/os subcontratada/os sentem o seu trabalho reconhecido mais pela/os estudantes do que pela/os responsáveis pela sua supervisão ou técnica/os e docentes da instituição. Relatam com carinho algumas experiências vividas com alunas e alunos, afirmando que os elogios, comentários e conversas tidas com ela/es são fatores que,

⁴ Em sua obra intitulada *Avaliação do Trabalho Submetida à Prova do Real - Crítica aos Fundamentos da Avaliação*, Dejours (2008) nos fornece importante material para se pensar as formas de avaliação presentes nos contextos laborais e, nesta análise, também nos permite considerar limites e possibilidades da chamada dinâmica do reconhecimento nesses cenários (inclusive seu caráter instrumental).

em meio à regularidade daquele contexto, produzem bons afetos e geram vivências prazerosas em seu cotidiano. Em contrapartida, denunciam a invisibilidade do seu trabalho diante dos olhos da maioria da/os profissionais da universidade (técnica/os e docentes), o pouco valor atribuído a suas funções por parte desses sujeitos e reforçam, também, a intensidade dos dispositivos de controle, vigilância e cobrança advindos da supervisora encarregada.

A respeito de tais cobranças, Tide comenta que, muitas vezes, percebe que algumas exigências advindas de seus/suas supervisora/es não condizem com a realidade da universidade, visto que há certo desconhecimento deste contexto por parte dela/es. Afirmo que ali só quem conhece de fato cada canto da instituição e os modos e maneiras de limpar e realizar a manutenção dos espaços são as trabalhadoras e trabalhadores subcontratados, e não quem lhes direciona ordens e pedidos distanciados das vassouras, pás, rodos, baldes e materiais de limpeza que passeiam por cada canto daquele local. A partir desta afirmação, Tide compartilhou conosco um exemplo interessante que aqui pode nos servir de rico material para uma compreensão mais detalhada acerca das formas de trabalho na universidade.

De acordo com ela, um dos laboratórios do local - apelidado pela/os subcontratada/os de “sala do cupim” - está tomado pela presença de tais insetos que, em sua ação capilar, já fazem morada no interior da madeira dos armários, cadeiras, mesas e estantes do espaço. Tide relata que, junto com outras companheiras e companheiros de trabalho, já denunciou a situação para sua supervisora encarregada, que afirmou não saber o que estava acontecendo e que tomaria as devidas providências para conter a ação dos cupins ali presentes. Ação esta que só deu sinais da existência de tais insetos depois deles silenciosamente

já ocuparem o interior da mobília do laboratório, movimento que se deu por baixo dos panos, de forma velada, quieta, clandestina e eficaz. Que somente pôde ser notado após os cupins já tomarem conta dos meandros daquele espaço e deixarem escapar no chão as poeiras que denunciaram sua presença e ação. Situação que parecia acontecer também em outras dependências da universidade e que representavam, segundo expressão verbalizada pela/os subcontratada/os, a “farra dos cupins”.



“Sala dos cupins” - Fotografia capturada e intitulada pela/os participantes da pesquisa.

Farra escondida, festa clandestina, exercício silencioso que não foi notado nem por estudantes, nem por professora/es, nem por profissionais técnica/os da universidade e nem pela/os supervisora/es das empresas subcontratadas responsáveis pela limpeza e manutenção da instituição. Mas que foi percebida, tocada, varrida e observada pela/os trabalhadora/es subcontratada/os. Sujeitos tidos como

invisíveis que tornaram inteligível uma ação também dotada de invisibilidade. Ação que a olhos distraídos não se deixava perceber e que somente dava sinais a partir dos rastros de poeira que resultavam do seu exercício.

Rastros que eram constantemente varridos pela/os subcontratada/os na tentativa de eliminar as evidências da presença de tais insetos, poeira que insistia em estar presente, caindo no chão das salas e laboratórios lentamente, em velocidade processual, acumulando-se e formando montes que refletiam as condições físicas da universidade, que denunciavam o descaso para com seu patrimônio, cortes de verbas para sua manutenção, e também diziam respeito à dinâmica laboral que ali se dava. Poeiras-cupim que, de acordo com Tide, apontavam para um simulacro de uma “aparência saudável, mas que por dentro não é”. Neste sentido, a “farra dos cupins” denunciada por Tide nos coloca diante de dois caminhos reflexivos: um que diz respeito à negligência do cuidado para com a universidade e outro que aponta para a clandestinidade de determinadas ações e movimentos que, no limite, nos permitem pensar os desafios e possibilidades das formas de resistência por parte da/os subcontratada/os da instituição.



"A farra dos cupins" - Fotografia capturada e intitulada pela/os participantes da pesquisa.

Com relação ao primeiro ponto, observa-se que a capilarização dos cupins por entre as dependências da universidade aponta para certa desconsideração e negligência de prescrições que, caso fossem cumpridas, evitariam a presença desses insetos e as possíveis consequências negativas de seu exercício para a instituição, como perda de móveis, riscos de acidentes na utilização cotidiana das salas e laboratórios, etc. Cupins que remetem a situações de não-cuidado, de descaso para com o espaço onde se trabalha e vive. Em paralelo, Tide relata que assim que percebeu a presença desses insetos - meses atrás - comunicou à sua supervisora, mas ela ainda não tomou medidas para conter o alastramento da ação-cupim. A/os subcontratada/os relataram preocupação com esse fato, mas, segundo eles, suas/seus supervisora/es

estão “empurrando com a barriga” visto que, aparentemente, a olhos superficiais, tais problemas ainda não estão sendo percebidos - a não ser pelas trabalhadoras e trabalhadores que se deparam cotidianamente com seus rastros.

Por sua vez, o segundo caminho nos coloca diante da ideia de uma ação-cupim clandestina que se dá de dentro para fora, que vem do interior e processualmente alcança outras dimensões em suas consequências. Aqui, podemos articular esta ideia a algumas formas de enfrentamento e resistência mobilizadas pela/os subcontratada/os em seu contexto laboral, cujo caráter inicial assume uma ação velada, escondida, receosa e quieta diante dos dispositivos de controle, vigilância e dominação que estão em jogo na dinâmica da universidade. Assim como acontece com Tide, que nos confessou estar envolvida em ações coletivas de luta e enfrentamento em prol da garantia de direitos trabalhistas de forma discreta - sem dar alardes para suas/seus supervisora/es e até mesmo para a maioria de suas companheiras e companheiros de trabalho - na intenção de evitar retaliações e punições futuras. Movimentos coletivos que, assim como a ação dos cupins, partem de dentro, quietinhos, de maneira silenciosa, cuja infestação e contágio acontecem gradativamente, e que só podem ser percebidos depois de um tempo, a partir de seus efeitos e dos abalos e rachaduras que promovem nas lógicas instituídas vigentes no contexto de trabalho da instituição. De um lado, cupins que incitam modificações na solidez da madeira enrijecida dos móveis da universidade e de outro, movimentos de enfrentamento coletivo e formas de resistência política que também abalam e promovem fissuras na fixidez das formas instituídas de trabalho do local.

Ação-cupim que possui em si um caráter criador-destrutivo, eliminando a serventia de determinados elementos e que, em seu curso, torna podre, oco, opaco e vazio o que antes era dotado de rigidez e solidez. Tal qual determinadas formas de resistência que, em sua ação-cupim (capilar), destroem o que não mais serve para a vida em sua perspectiva ético-política, produzindo potentes brechas e instaurando porosidades nos aspectos rígidos, sólidos e fixos das formas de trabalho que ameaçam a garantia de direitos e a dignidade da vida.

No esforço de trazer tal reflexão para uma dimensão mais prática, destacamos aqui o relato de Tide que revelou seu envolvimento na criação e desenvolvimento da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ), enquanto movimento coletivo de luta e resistência política. Trata-se de uma associação que foi criada no ano de 2015 pelas próprias trabalhadoras e trabalhadores subcontratados da universidade, em parceria com algumas/alguns estudantes, docentes e técnica/os da instituição. Resultado de um processo de lutas e mobilizações coletivas, constitui-se enquanto organização de classe representativa dos sujeitos com vínculo de trabalho terceirizado. De acordo com Tide, seu objetivo central está conectado às reivindicações em prol da proteção e garantia de direitos trabalhistas por parte das empresas terceirizadas, principalmente o pagamento de salários e o recebimento dos respectivos benefícios em dia.

Germinada no seio das reivindicações da/os subcontratada/os por melhores condições e relações de trabalho, esta associação visa a promoção de maior visibilidade para suas questões laborais e objetiva catalisar ações que garantam o cumprimento de seus direitos trabalhistas. Como efeitos desta iniciativa, já foram observadas importantes conquistas como: o recebimento de salários atrasados,

campanhas de arrecadação de alimentos para a/os suas/seus integrantes em períodos de atrasos salariais e maior aproximação dos diálogos da/os subcontratada/os com a Reitoria e outras instâncias internas da universidade. À época da realização da nossa pesquisa, por exemplo, aconteciam reuniões quinzenais de alguns membros da associação com representantes da Reitoria da instituição e este dia, segundo ela/es, era tido como “falta abonada” e, por conta disso, não gerava consequências negativas como descontos e nem reduções salariais pelas horas “não trabalhadas”. Além desses aspectos, também foi permitido à ATTUFRJ realizar reuniões e organizar atividades em uma sala (espaço físico) cedida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ), instância com a qual a associação vinha estreitando laços e fortalecendo recentes parcerias. Tais avanços nos dão sinais acerca da potência - tida como adormecida - das formas de resistência política e dos movimentos coletivos no trabalho diante da precarização naturalizada e reproduzida nos contextos laborais da contemporaneidade, marcado pelos fundamentos do capital neoliberal.

Entre os sujeitos participantes da pesquisa, Tide e Dora - com quem conversamos sobre a associação na gafeira onde trabalhava - eram as pessoas mais envolvidas com a ATTUFRJ e que, de fato, participavam dos encontros e reuniões quase que semanais em prol de sua manutenção e continuidade, apesar de tudo. As duas comentaram sobre as consequências de estarem envolvidas neste movimento que, segundo elas, fez com que recebessem algumas ameaças de demissão por parte dos suas/seus respectiva/os supervisora/es e até mesmo perseguições advindas das empresas terceirizadas. Disseram inclusive que uma de suas companheiras de trabalho, que era uma das líderes da

associação, foi despedida por fazer parte deste movimento. Em particular, Tide relatou que prefere manter sigilo sobre o seu envolvimento com a ATTUFRJ pois, de acordo com ela, algumas/alguns subcontratada/os que tomaram ciência da sua relação com a associação preferiram se distanciar, evitar proximidade para não correrem o risco de “ficarem marcados” pelas supervisoras e sofrerem possíveis retaliações futuras.

O fato é que tanto Tide quanto Dora afirmaram que fazer parte ativamente da associação representava fator que gerava incômodos e estranhamentos por parte de suas/seus supervisora/es hierárquicos e também de suas próprias companheiras e companheiros de trabalho. Sujeitos que, de acordo com elas, silenciavam suas dores e preferiam seguir normalmente com o cumprimento de suas tarefas regulares pelo receio de serem demitida/os e perderem seus empregos que, segundo ela/es, “é pouco mas é o que temos”. Desta forma, Tide optava por manter certa discrição no que se refere ao seu envolvimento com a ATTUFRJ, preferindo participar das reuniões, encontros e realização das atividades deste coletivo sem fazer alardes, principalmente aos olhos dos suas/seus supervisora/es, na intenção de evitar desagradados, problemas e futuras punições.

Em paralelo, Tide afirmou também poder contar com a participação de algumas companheiras e companheiros de trabalho em atividades da associação, porém na condição desta contribuição não ser divulgada, não ser compartilhada e nem tornar-se explícita diante de outras pessoas. Segundo ela, a maioria da/os subcontratada/os optava por contribuir de alguma forma com a ATTUFRJ de maneira velada, escondida, por baixo dos panos, principalmente pelas possíveis consequências que poderiam acompanhar tal envolvimento. Sujeitos

que vivem cotidianamente um duplo movimento: permanecer em silêncio no cumprimento rígido de suas tarefas prescritas ou envolver-se em movimentos que desviam da lógica instituída de seu contexto de trabalho em prol da garantia de seus direitos. Tide, de certa forma, habitava os dois lados deste dilema e preferia que seu envolvimento com a associação acontecesse de forma discreta e sutil, porém eficaz.

Aqui, paralelamente aos outros modos de resistência descritos, observa-se que a ATTUFRJ representava também uma forma de resistência mobilizada pela/os subcontratada/os da universidade⁵. Uma maneira de resistir a um contexto de constante ameaça à garantia de direitos trabalhistas e às formas de trabalho pautadas na dignidade da vida. Dispositivo de ruptura diante das lógicas de captura dos dispositivos de controle e dominação que estavam em jogo na dinâmica daquele contexto. Associação enquanto resistência de cunho político, que alcança outras dimensões institucionais do contexto de sua emergência e que, a partir dos efeitos e consequências de sua ação, beneficia inclusive as trabalhadoras e trabalhadores que optam por não participar ativamente de suas atividades. Sujeitos que, mesmo indignados diante das características presentes no seu cotidiano de trabalho, evitam envolver-se em ações desviantes da lógica normativa dos dispositivos de controle e medo que os atravessa.

Neste sentido, Dejours (2012; 2004) ressalta a importância dos coletivos de trabalho no processo de crítica e transformação da realidade laboral. Movimentos coletivos que, em seu interior, abrigam a

⁵ No presente trabalho não temos a intenção de tecer uma argumentação detalhada acerca da ATTUFRJ no que tange ao seu processo histórico de formação, desde a sua criação até dias atuais. A intenção aqui, com base nos objetivos da nossa pesquisa, é analisar a forma como esta associação revela-se enquanto forma de resistência política mobilizada pela/os subcontratada/os diante das adversidades do seu contexto de trabalho.

construção de relações de confiança, solidariedade, cooperação e reconhecimento entre os sujeitos para que, por meio de acordos, deliberações e trocas diversas entre si, sejam capazes de engendrar modificações nas formas de organização do trabalho a partir da criação de novas normas e regras. Em consonância, Périlleux (2013) afirma que tais coletivos, a partir da consideração da singularidade de cada sujeito, baseiam-se em causas comuns que se formam através da crítica diante de dadas situações e nos sentimentos de indignação e experiências de injustiça nos contextos laborais. Desta forma, observa-se que gradativamente os coletivos de trabalho tendem a ser decompostos pelas forças produtivas e que, inclusive, há também recusas internas individuais frente a tais movimentos, principalmente por parte de sujeitos que estão imersos em contextos geridos pelo medo e ameaças constantes de demissão.

Na dinâmica da universidade em questão, observamos, por meio das falas da/os subcontratada/os, que poucos são os espaços e oportunidades nos quais dedicam-se a conversar sobre aspectos do seu cotidiano de trabalho. Tide, por exemplo, relatou que somente sentia-se confortável para compartilhar suas angústias e pensar possíveis soluções para seus problemas diários na companhia de outros sujeitos envolvidos com a ATTUFRJ, cujos encontros aconteciam de forma distanciada dos olhares da/os supervisora/es e também da maioria das suas companheiras e companheiros de trabalho. Neste sentido, durante o trabalho de campo, a/os subcontratada/os relataram que os encontros coletivos promovidos por nós representavam uma oportunidade de pensar essas questões e trazer, para uma dimensão coletiva, determinados pensamentos que costumavam guardar para si ou dividir com poucas pessoas durante o tempo que passavam na universidade.

Conversas que tornaram visíveis angústias que eram compartilhadas (mesmo em silêncio), sentidas por mais de um sujeito e que permitiam, mesmo que em curtos espaços de tempo, reflexões coletivas sobre aspectos referentes à dinâmica de trabalho na instituição.

Deste modo, observamos que, de certa maneira, a realização dos encontros coletivos e seus múltiplos desdobramentos revelou-se como desvio à rigidez da lógica das formas de trabalho da universidade, pautada na fragmentação e desarticulação coletiva, em modos de exclusão e baseada na obediência de silenciamentos individuais. Encontros que, em sua potência, também representaram modos de resistir àquele contexto, de mobilizar esforços subjetivos em prol da transformação do que ali se apresentava, enquanto forma de resistência pautada na intenção de promover reconfigurações e desvios em um cenário marcado por constante desabilitação de direitos e situações de injustiça social, reforçadas regularmente pelo jogo dos dispositivos de poder e controle que interagem de forma dinâmica e concreta na universidade. Encontros coletivos nos quais palavras e afetos encontraram escoamento, que abrigaram questões e temáticas de diferentes sortes e que, no limite, representaram também uma relevante oportunidade aos sujeitos participantes de ouvirem e se ouvirem falar sobre o seu fazer cotidiano.

Aqui, lembramos que um dos momentos mais marcantes da pesquisa de campo aconteceu durante o último encontro realizado no estacionamento da universidade, dias antes das festas natalinas. Naquele dia, um dos trabalhadores que esteve presente durante todos os encontros coletivos - sempre quieto, calado, sem participar ativamente das conversas e debates que surgiam - nos pediu uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que enfim

pudesse assinar e atestar formalmente sua participação na pesquisa. No momento ficamos surpresos, pois recordamos que, durante o primeiro encontro coletivo, foi solicitado que lessem atentamente o conteúdo do termo - que foi lido coletivamente em voz alta - e, caso estivessem de acordo com as condições, assinassem o documento para que a participação na pesquisa fosse formalizada de acordo com as exigências éticas do estudo. Naquele dia, este trabalhador segurou o termo nas mãos e leu detalhadamente cada uma de suas linhas, sem pressa, e ao final de sua leitura, momentos depois de seus colegas já terem nos devolvido o material assinado, ele nos entregou o termo informando que não se sentia à vontade para assinar o documento.

O fato inesperado deste trabalhador ter assinado voluntariamente o termo, no último encontro, representou um gesto que dizia respeito ao processo de construção de vínculos entre nós - pesquisadores - e a/os subcontratada/os, e também aos possíveis efeitos desses encontros na dinâmica cotidiana desses sujeitos. Ele nos confessou que, quando teve o primeiro contato conosco, não quis assinar o termo, pois pensava que nossa pesquisa poderia ter alguma relação com as empresas terceirizadas com as quais estava vinculado, numa espécie de estratégia das mesmas para saber o que, de fato, aquelas trabalhadoras e trabalhadores pensavam sobre seu trabalho e o que lhes agradava ou não no contexto da universidade. Ele se referiu a nós, timidamente, como possíveis “espiões” integrantes do cenário marcado por medos, receios e desconfianças que o cercava. Ressaltou que nossa presença lhe causou estranhamento, pois o que propusemos às/aos subcontratada/os era algo raro e jamais experimentado por ele naquele ambiente. Ao final do encontro, agradeceu a nossa presença e o modo como acolhemos as

questões e assuntos advindos da/os trabalhadora/es, frequentemente desconsiderados no contexto da instituição.

Naquele mesmo dia, Tide nos trouxe a notícia de que o filho de Cleuza havia saído do encarceramento e já estava na companhia da mãe desde a noite anterior. A novidade foi recebida por nós com alívio e alegria, visto que tínhamos ciência dos aspectos da história de vida de Cleuza que impactavam no seu trabalho na universidade. História que, em sua singularidade, confunde-se com a de outros sujeitos que, apesar das formas de dominação e exclusão do seu contexto laboral, mobilizavam-se em diferentes tipos de resistência política em prol da garantia de seus direitos e de formas de trabalho ética e politicamente referenciadas.

TERCEIRIZHÇN
TEM COR E
GÊNERO

8

APONTAMENTOS FINAIS: POEIRAS DE VIDA

Os elementos aqui reunidos nos permitem analisar a dinâmica da terceirização à luz das mutações do modo de produção capitalista neoliberal, ou seja, como uma das vertentes da axiomática da acumulação do capital. A consideração das relações e condições envolvidas em contextos de subcontratação encontra-se situada no panorama que reflete questões mais amplificadas relacionadas aos conflitos capital-trabalho e aos modos de expropriação da vida na contemporaneidade que, em sua lógica criadora-destrutiva, tem a terceirização como um dos seus principais vetores. Desta maneira, analisar os aspectos envolvidos em situações de trabalho terceirizado é, no limite, perscrutar os efeitos da nova morfologia do capital neoliberal que se transmuta em variadas expressões de precarização nos modos de vida e trabalho na atualidade.

Com base neste panorama, a intenção principal do presente estudo foi analisar as articulações entre terceirização e processos de subjetivação e, particularmente, os desafios e possibilidades de enfrentamento coletivo e resistência política em situações de trabalho precarizado e ameaças à garantia de direitos. Para tal, foram apresentados dados e sinalizações de pesquisa de campo realizada nos anos de 2017 e 2018 com trabalhadora/es subcontratada/os da universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Um dos principais motes reflexivos no desenrolar de todo o processo de pesquisa foi: como é possível aos sujeitos subcontratados mobilizar diferentes formas de

resistência diante do contexto de trabalho da universidade, constituído por relações laborais injustas e excludentes que ameaçam a garantia de seus direitos e as formas de trabalho digno e ético-politicamente referenciadas?

No caminho para produção de respostas para esta e outras questões, por meio da realização de encontros coletivos e entrevistas realizadas com a/os trabalhadora/es participantes da pesquisa, a proposta aqui foi pensar tais possibilidades de resistência a partir da noção de dispositivo, no que tange ao tensiosamento entre os dispositivos de captura e ruptura, e sua articulação com processos de subjetivação. Resistências no plural, conforme observamos, sempre singulares, de diferentes tipos, que em sua diversidade incitam desvios e reconfigurações nas lógicas instituídas do contexto de trabalho em questão.

Resistências que, em suas possibilidades de emergência e aparição, revelaram situações de dominação, violência institucional e abuso de poder que representam suas condições de existência. Formas de enfrentamento micro ou macropolítico que, assim como poeiras acumuladas nos espaços da universidade, se dão por todos os cantos, de formas nem sempre tão visíveis e organizadas. Como pontos irregulares que, apesar de sofrerem constantes tentativas de eliminação, insistem em lá permanecer.

Diante disso, observa-se que as questões e temáticas aqui analisadas foram desenvolvidas a partir das histórias de vida de diferentes sujeitos que participaram da pesquisa. Histórias apresentadas e tomadas como paradigma de outras, pela sua capacidade de tornar inteligíveis contextos e situações mais amplificadas, para além delas mesmas. Histórias como as de Dora, Maria, Neide, Cleuza,

Tide e Eliane que, em sua singularidade, representaram importantes elementos para analisarmos o jogo dos dispositivos de captura e ruptura na universidade, assim como os efeitos subjetivos que lhes são subjacentes.

A partir desta consideração, as análises dos dados oriundos do trabalho de campo foram aqui expostas sob a forma do que chamamos de feixes de análise, ou seja, conjuntos que abrigam em si os temas e conteúdos que foram considerados de maior relevância e recorrência durante os encontros coletivos, as insistências do campo, os assuntos mais comentados pela/os subcontratada/os, que revelavam as múltiplas formas de dominação e resistência em exercício no cotidiano de trabalho da instituição. Desta maneira, apresentamos três feixes intitulados, respectivamente: *No meio do caminho*, *Okupa e resiste*, e *Ação cupim*.

O primeiro abriga questões que evidenciam que, no contexto da universidade, a/os subcontratada/os encontravam-se sob forte vigilância e cobrança, por parte de suas/seus supervisora/es hierárquicos, em prol do cumprimento das prescrições regulares relacionadas às suas funções. Prescrições que demandavam disciplina rígida e que não abriam brechas para desvios e mudanças em sua linearidade. Em paralelo, observou-se que determinadas questões sociais, advindas “de fora” do trabalho (principalmente relacionadas a desigualdades sociais estruturais, assimetrias raciais e de gênero, aspectos referentes à segurança pública e algumas situações de cunho familiar) produziam impactos diretos na dinâmica laboral desses sujeitos e, no limite, representavam impedimento ao seu fazer cotidiano. Questões relacionadas à dimensão real do trabalho - mais especificamente o *real do social* - que revelavam-se como resistência e

impedimento ao fazer relacionado ao campo social e também como fonte de imprevistos para a realização do trabalho.

Foi possível observar também que as prescrições rígidas presentes no contexto da universidade estavam acompanhadas de dispositivos de vigilância, controle e monitoramento que, representados principalmente pela figura das supervisoras encarregadas, ditavam a cadência da rotina de trabalho da/os subcontratada/os, orientada por ponteiros de relógios direcionados para o cumprimento regular de suas tarefas nos dias e horários previamente prescritos. Dinâmica marcada por constante sensação de invisibilidade que, segundo as trabalhadoras e trabalhadores participantes da pesquisa, era parte integrante de suas rotinas e a/os tornava invisíveis diante da maioria das pessoas (técnica/os, docentes e estudantes) que compartilhava do seu contexto laboral.

Invisibilidade que mostrou-se relacionada a situações de injustiça social, precarização estrutural e não cumprimento de direitos trabalhistas e que se materializava, principalmente, no atraso do recebimento de salários e benefícios e nos recorrentes sumiços das “empresas fantasmas” que desapareciam repentinamente, sem dar pistas do seu paradeiro, deixando pelo caminho sentimentos de angústia, indignação e revolta. Cenário no qual ameaças à garantia de direitos conviviam com a fragilidade e precariedade de vínculos empregatícios que envolviam a/os subcontratada/os em uma atmosfera de medo e de receios permanentes diante de possíveis punições e ameaças de demissão. Fatores que, segundo ela/es, os forçavam a “trabalhar sorrindo” e os conduzia a seguir no cumprimento de suas tarefas rotineiras na intenção de evitar ficarem “marcados” diante dos olhos de suas/seus supervisoras/es.

O segundo feixe de análise, por sua vez, revela a forma como tais dispositivos de dominação e as variadas formas de ameaça e não cumprimento de direitos trabalhistas desdobram-se, muitas vezes, em vivências de sofrimento psíquico por parte da/os trabalhadora/es subcontratada/os. Sujeitos que, na intenção de lidarem com este sofrimento, engajavam-se na criação de estratégias de mediação e mecanismos de defesa, que se articulam de modo que os sujeitos possam se alienar diante das causas do sofrimento e não se mobilizar em prol da mudança de sua realidade de trabalho. Assim, observamos que a/os participantes da pesquisa engajavam-se em estratégias defensivas de caráter coletivo, com tendências a negar as fontes de suas vivências de sofrimento na universidade, por meio da aceleração de suas tarefas rotineiras - mobilizando-se em esforços para “trabalharem mais” - e do silenciamento de suas angústias e desgostos, tanto com seus pares quanto com suas/seus supervisora/es. Poeiras de silêncio que são varridas para baixo do tapete, diante de um contexto no qual imperavam sentimentos de medo e ameaças de demissão, assim como outras punições, principalmente descontos salariais.

A partir de nossas análises, observamos que tais mecanismos de defesa representam, diante das adversidades do seu cotidiano laboral, uma forma de buscar não adoecer, e, com isso, encontrar uma maneira de seguir desempenhando suas funções. Formas de negação e silenciamentos que simbolizam uma maneira de resistir a um cenário marcado pela vigência de dispositivos de dominação e exclusão que produzem vivências de sofrimento psíquico. Neste sentido, observa-se que, com o passar do tempo, essa forma de proteção pode se esgotar e, caso não haja transformação nem desvio na lógica instituída da realidade vigente, as vivências de sofrimento se intensificam, podendo

conduzir os sujeitos a horizontes de adoecimento mental. Adoecimento, no limite, que também pode ser considerado como modo extremo de resistir à realidade adversa em questão, como resistência e forma de dizer não, como negação profunda de um trabalho que se encontra extremamente precarizado.

Já o terceiro feixe de análise nos coloca diante da chamada dinâmica de reconhecimento no contexto da universidade que, segundo a/os subcontratada/os, envolvia estudantes, técnica/os e docentes da instituição. Observamos que as trabalhadoras e trabalhadores participantes da pesquisa sentiam que seu trabalho era mais reconhecido pela/os estudantes do que pela/os outra/os profissionais e atribuíam valor ao seu fazer cotidiano na medida em que afirmavam, com prazer, que o trabalho realizado contribuía para o funcionamento das atividades da universidade, principalmente seus processos de ensino, aprendizagem e produção de conhecimento, dos quais sentem orgulho de fazer parte de alguma maneira.

Em paralelo, foi possível observar que alguns sujeitos envolvem-se em determinados movimentos coletivos de luta política e enfrentamento em prol da garantia de seus direitos no trabalho, de forma discreta, sem fazer alardes no contexto em questão, na intenção de evitarem retaliações e críticas provenientes da/os supervisora/es e, também, das companheiras e companheiros de trabalho - que, nestes casos, se afastavam para não ficarem “marcada/os” perante as empresas terceirizadas com as quais estavam vinculada/os. Desta forma, observamos que alguns sujeitos engajavam-se nesses movimentos coletivos de forma velada, sutil e quase que por baixo dos panos, para que não fossem punidos por tal envolvimento que, de acordo com eles, já foi o motivo da demissão de uma de suas antigas colegas de trabalho.

Ações capilares, que aconteciam nos meandros das relações de trabalho da universidade, na sua intimidade escondida, de forma semelhante à ação dos cupins que, conforme nos foi dito, estavam presentes em diversos móveis, salas e laboratórios da instituição.

Em consonância com tais ações, observamos o envolvimento de algumas trabalhadoras e trabalhadores com a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ), organização política de classe representativa dos sujeitos com vínculo de trabalho terceirizado da universidade, que é resultado de um processo de lutas e mobilizações coletivas em prol da proteção e garantia dos direitos trabalhistas, no território conflituoso formado pela tríade universidade - empresas terceirizadas - sujeitos subcontratados. Observa-se que, para além das outras formas de resistência mobilizadas, o envolvimento com tal associação - criada e mantida pelos próprios - representou uma forma de resistência política diante dos dispositivos de captura e exploração que constituem o contexto laboral no qual estão imersos. Associação que, em seu histórico de lutas, revelou-se como dispositivo de ruptura, pela potência e fissuras provocadas nas lógicas instituídas de trabalho do local. Movimento coletivo que, desde sua criação, já avançou em importantes conquistas para a/os subcontratada/os e vem fortalecendo parcerias com instâncias internas da universidade, na luta constante pela garantia de direitos e pela afirmação de formas de trabalho dignas para essas trabalhadoras e trabalhadores tão invisibilizados.

Desta forma, diante das reflexões empreendidas a partir do trabalho de campo realizado, foi possível observar que no contexto da universidade há diferentes tipos de resistência mobilizados, resistências que se sobrepõem diante de um cenário marcado por

formas de trabalho precarizadas que colocam em cheque a garantia de direitos. Contexto constituído por dispositivos, tanto de captura e dominação quanto de ruptura, que estão em constante tensionamento e produzem diferentes efeitos subjetivos nos sujeitos que por eles são cotidianamente atravessados.

Observamos, portanto, que em meio à dinâmica regular da universidade - marcada por invisibilidades, silenciamentos e angústias na maioria das vezes veladas - os encontros coletivos realizados em parceria com os sujeitos participantes da pesquisa representaram um fator desviante, oblíquo e estranho à lógica instituída vigente. Encontros que nos possibilitaram, tanto a nós pesquisadores quanto às/aos subcontratada/os, experimentar outras maneiras de ser, estar e habitar os cantos da universidade, momentos nos quais as mais variadas questões, temáticas, reclamações, angústias e indignações foram acolhidas no seio do coletivo, espaços nos quais foi possível falar, escutar, e se escutar falar sobre determinados assuntos que cotidianamente estavam reduzidos a pensamentos e confabulações individuais. Encontros que, neste sentido, também representaram um modo de resistir à rigidez e invariabilidade do contexto em questão.

Desta maneira, observa-se que os dados obtidos a partir dos encontros com a/os subcontratada/os estão em consonância com os aspectos que caracterizam os crescentes processos de flexibilização e precarização estrutural do trabalho característicos do modo de produção capitalista neoliberal e materializam, em nível micropolítico, as formas de exploração e expropriação da vida na contemporaneidade. As sinalizações obtidas, a partir da análise do contexto da universidade, refletem uma dimensão mais amplificada que remete à lógica de acumulação de capital flexível, de precarização das formas de vida e

trabalho em detrimento dos processos de valorização do capital. Dinâmica esta que, no seio das relações trabalhistas, encontra na terceirização uma de suas facetas mais extremas ao produzir efeitos nocivos para as trabalhadoras e trabalhadores que a sustentam.

Assim, os resultados do presente estudo corroboram com a tese já apresentada por outros trabalhos acadêmicos que afirma que a terceirização é um processo que produz efeitos deletérios - em diferentes dimensões - para os sujeitos envolvidos em sua dinâmica. Estudo tal que, em suas intenções, também representa uma forma de resistência diante da realidade atual do cenário trabalhista brasileiro, enquanto potente instrumento que possa contribuir para provocar tremores, mesmo que inicialmente micropolíticos, na solidez da lógica que mantém as múltiplas formas de dominação e expropriação no trabalho da contemporaneidade. Neste sentido, estima-se que este estudo possa contribuir para aquecer o debate e incitar o planejamento e desenvolvimento de produções acadêmicas acerca da temática da terceirização - assim como outras formas de precarização na esfera laboral - e também para incitar a elaboração e realização de futuras pesquisas que analisem o fazer de trabalhadoras e trabalhadores subcontratados, no que tange às formas de dominação e sofrimento psíquico no trabalho, e também às possíveis resistências mobilizadas por esses sujeitos diante das adversidades desses contextos. Resistências que, uma vez divulgadas, talvez possam produzir potentes contágios e gerar provocações em diferentes atores sociais e convidar outras importantes formas de luta pela dignidade da vida no trabalho na atualidade neoliberal.

Nesta perspectiva, defende-se que a análise dos processos de precarização estrutural do trabalho (que têm a terceirização como um

de suas principais formas de manifestação) deve estar fundamentalmente atrelada aos esforços de compreensão crítica do processo sócio-histórico de estruturação de suas estruturas, ou seja, da investigação da anatomia do capitalismo enquanto sistema mundo que, em sua acepção neoliberal, globalizada, digital e financeira, alcança dimensões do campo social outrora inimagináveis. Assim, o colapso das relações de trabalho reflete o colapso cíclico do próprio sistema capitalista. As tentativas de compreender a dinâmica da terceirização sem situá-la no sistema político-econômico que a sustenta e sem localizá-la no interior dos modos de produção e acumulação que a justificam podem representar esforços superficiais que, em seu exercício, tendem a reduzir a complexidade deste fenômeno a apenas uma de suas vertentes.

Investigar a dinâmica da terceirização por esse prisma nos permite então compreender suas raízes estruturais no interior do sistema do capital e também vislumbrar as possibilidades de resistência e mecanismos de enfrentamento coletivo diante de sua ampliação a nível global. Nesta consideração, podemos afirmar que as sinalizações provenientes da pesquisa de campo aqui desenvolvida - no âmbito da universidade - dizem respeito a um contexto específico e, em paralelo, também apontam para questões que estão para além dos muros da instituição. Trata-se de uma análise que reúne elementos reflexivos acerca dos modos específicos de precarização social do trabalho mas que reflete processos mais amplificados de precarização estrutural da vida sob o prisma da tirania brutal que caracteriza o neoliberalismo.

Compreender a historicidade dos processos de estruturação das estruturas e de fundamentação dos fundamentos da precarização estrutural nos mundos do trabalho é reconhecer que a base do projeto

de sociedade capitalista encontra-se alicerçada na roda infinita de valorização do valor, de colonização da vida pelo ideário financeiro, de transformação de tudo e toda/os em mercadoria passível de troca na esteira mercadológica do capital. Assim, a lógica desta acumulação desmedida se desdobra nas mais variadas dimensões da vida e do campo social e representa a antítese das formas de defesa e proteção da vida eticamente qualificada e do trabalho digno. Seria então possível pensar em uma espécie de equilíbrio e conciliação entre saúde (em suas variadas dimensões) e produção capitalista?

A manutenção e atualização das estruturas deste sistema encontram nas situações laborais um terreno fértil para sua manifestação. Na atualidade ultraneoliberal - essa espécie de império da intermitência - nota-se que as dimensões da precarização social do trabalho (terceirização, plataformização¹, “uberização”, “pejotização”, trabalho intermitente, etc.) encontram respaldo jurídico com o advento de medidas legais (projetos de lei e as chamadas “reformas” político-administrativas) que, em seus fundamentos, refletem os anseios do capital financeiro e contribuem para a intensificação dos processos de destruição da legislação protetiva do trabalho, arduamente conquistada por meio da luta secular da classe trabalhadora, particularmente no caso brasileiro. Neste mosaico, as relações de trabalho encontram-se cada vez mais atravessadas por processos de reificação e colonização dos sujeitos que somam-se às formas de banalização de violências, práticas assediadoras, discriminatórias e modos ainda mais eficazes de exploração e expropriação da vida pelo trabalho. Estamos diante,

¹ Para acesso a discussões recentes sobre os desafios e alternativas às formas de resistência e organização coletiva da classe trabalhadora em contexto de plataformização do trabalho no Brasil, ver Guimarães Junior, Carrara & Rocha (2022).

portanto, de um cenário que abriga em si fundamentos paradoxais de uma suposta modernização que se dá alicerçada em bases extremamente arcaicas, de caráter colonialista, escravista e que, em sua dinâmica, produzem subjetividades e desdobram-se nas diversas formas de mal estar e níveis de sofrimento psíquico relacionado ao trabalho.

Neste panorama macropolítico, a combinação entre neoliberalismo, racismo, sexismo, fundamentalismo e forças antidemocráticas é intensificada pelos processos de desregulamentação de mercados a nível internacional e alguns de seus principais efeitos são observados no interior das situações trabalhistas por meio das formas de divisão racial e sexual do trabalho, das práticas de violência no âmbito das relações concorrenciais e dos processos de despolitização coletiva que são potencializados pela ética do individualismo gerencial, da culpabilização individual e das múltiplas formas de fragmentação generalizada no trabalho. Contexto necropolítico no qual tudo aquilo (e aquela/es) que encontra-se fora do campo de limites das intenções do capital é passível de eliminação, repressão e, no limite, morte. Em nível micropolítico, alguns dos elementos deste conjunto puderam ser observados nos dados da pesquisa de campo aqui empreendida visto que, no cotidiano de trabalho da universidade, a/os participantes que ocupavam cargos de trabalho marcadamente precarizados eram, em sua maioria, mulheres negras, periféricas e vítimas de violências dentro e fora da esfera laboral (desassistência de políticas públicas, desrespeito ao cumprimento de direitos trabalhistas, violências institucionais, etc.).

Conforme comentamos, a realidade laboral destacada em nosso estudo representa apenas um dos desdobramentos de uma lógica mais amplificada e pode ser tomada como um sintoma da atualidade do modo

de produção capitalista, do ponto de vista de suas novas - e também arcaicas - modalidades exploratórias e nocividade. Considerando a realidade brasileira, os resultados refletem as vicissitudes de um capitalismo periférico cujas heranças colonialistas, escravistas e assimétricas por fundamento, constituem a espinha dorsal de sua configuração societária. Todas as esferas do campo social, particularmente a dimensão trabalhista, foram pautadas nos processos de escravização de populações objetificadas para fins comerciais, nas justificativas científicas, culturais e institucionais da hierarquização de raças, e na naturalização de modos de exploração, alienação e violência que, quando combinados, atribuem lugares sociais específicos para determinados segmentos da população (como ainda é o caso de pessoas negras que, em sua maioria, ocupam cargos e postos de trabalho mais precarizados, menos protegidos legalmente, mais arriscados e com maiores níveis de desgaste físico e psicológico, como em situações de terceirização no Brasil).

Neste sentido, afirmamos que uma *práxis* antirracista, enquanto projeto emancipatório, implica em um projeto de reformulação do próprio sistema e estrutura capitalista. Assim, para a compreensão das diferentes manifestações e tipos de racismo na arena laboral, faz-se necessária uma compreensão do que lhes fundamenta, ou seja, das articulações entre racismo estrutural e o projeto de “modernização” capitalista. Nesta perspectiva, não é possível separar as categorias capitalismo e racismo, por exemplo. Pensar em políticas emancipatórias antirracistas no trabalho é então pensar em reformulações na própria lógica do capital. Nota-se, portanto, que a racionalidade neoliberal é racializada (assim como marcada por categorias como gênero, classe social, sexualidade, idade, região geográfica, etc.) e que as ofensivas do

capital, em seus diferentes raios de alcance, tendem a adequar sujeitos a uma norma referencial que é branca, eurocentrada, masculina, heteronormativa, cristã e burguesa por excelência. Nas margens desse padrão, encontram-se aqueles sujeitos “desviantes”, errantes, que são marginalizados, diagnosticados, “psicologizados”, encarcerados, violentados e excluídos socialmente, em uma trama que evidencia os efeitos dos processos históricos de colonialidade do poder, do saber e do trabalhar.

Assim, destacamos a importância de pesquisas que considerem, em suas análises críticas, o entrecruzamento dessas diferentes categorias e, a partir de uma perspectiva interseccional, investiguem os mecanismos que reproduzem privilégios e vantagens (inclusive na esfera do trabalho) que, em escala mais amplificada, contribuem para a manutenção secular da colonialidade como alicerce crucial para a continuidade, reprodução e atualização do projeto capitalista. Mecanismos de dominação que, na historicidade do seu exercício, não estão desacompanhados de formas de resistência e enfrentamento que, por sua vez, estão a favor da proteção da vida e das formas de trabalho ético-politicamente qualificadas. Resistências essas que sempre existiram, sobrevivendo às tentativas de ocultação por diversas premissas epistemológicas e culturais que objetivavam seu abafamento. Tais considerações, do ponto de vista do trabalho acadêmico de pesquisa, demandam processos de formação acerca de outros/novos saberes, de desconstrução de postulados científicos hegemônicos e pretensamente universais e, fundamentalmente, exigem um posicionamento ético-político por parte de pesquisadora/es que se preocupam em conectar seus trabalhos às necessidades da realidade social concreta. A serviço de quem estão os processos e intenções de

pesquisa? E, no limite, a serviço do quê está a produção do conhecimento científico na atualidade neoliberal?

Indagações que representam, em sua complexidade, provocações ao estatuto social das ciências humanas na contemporaneidade e, particularmente, à psicologia brasileira, enquanto ciência e profissão. Campo de saberes e práticas que, em sua tradição individualista, elitista e supostamente neutra, contribui para a perpetuação de lógicas socialmente instituídas e a reprodução e atualização das heranças coloniais e dos efeitos nocivos da branquitude na esfera da subjetividade e nos territórios existenciais. As contribuições de Nuñez (2019), na produção de reflexões para o que denomina de uma psicologia anticolonial, representam importante substrato para tensionar os postulados dos saberes *psi* baseados em uma perspectiva de sujeito universal, de uma “subjetividade” generalista e uma ciência dotada de suposta neutralidade que, tradicionalmente, perpetuam as posições de poder da branquitude em detrimento de outras populações, inclusive nos contextos de trabalho. Nesta perspectiva, a consideração de contribuições das teorias antirracistas, feministas, decoloniais, dos povos originários e latino-americanas (e outras não exclusivamente eurocentradas e/ou norte-americanas) permitem melhor compreensão - do ponto de vista estrutural - dos diferentes modos de vida e trabalho no contemporâneo assim como incitam o planejamento mais qualificado de ações concretas baseadas na realidade brasileira e sua historicidade. Este tensionamento epistemológico tem como desdobramentos a reformulação de antigas práticas, a construção de novas teorias, o resgate de outras, e um movimento de virar de ponta cabeça postulados instituídos de caráter até então considerado irrefutável. Psicologia (do trabalho) para quê? Para quem? Sob quais

bases? Com quais intencionalidades? Combinada com quais lutas e movimentos?

O conjunto de dados reunidos na presente pesquisa, em sua potência crítica, convocam outros problemas e apontam para reflexões que merecem ser continuamente aprofundadas em estudos futuros. Pretende-se, por fim, que as análises aqui empreendidas promovam contágios em prol do desenvolvimento de práticas emancipatórias e políticas de alteridade, que estejam voltadas para a transformação social e contribuam, de alguma maneira, para a elaboração e planejamento de políticas públicas de prevenção, cuidado e assistência no trabalho. Estima-se que os dados aqui sistematizados encontrem eco em outras pesquisas de diferentes campos do conhecimento e possam se articular com dimensões sociais mais amplas, como movimentos sociais, coletivos de trabalhadora/es que visam a garantia de seus direitos e outros setores da psicologia e das lutas feministas e antirracistas. Diante de um cenário pandêmico de intensificação da precarização laboral no Brasil, de tirania negacionista, de ofensivas antidemocráticas, misóginas e fundamentalistas, de inúmeros ataques, retrocessos, perdas de direitos e destruição da legislação protetora do trabalho, o presente livro soma-se aos esforços e movimentos de luta pela afirmação de formas de vida e trabalho ético-estético-politicamente referenciadas que, no limite, defendem a dignidade como valor absoluto e inegociável.

As considerações aqui apresentadas sobre a díade trabalho-subjetividade abrigam em si aspectos que, especificamente no cenário trabalhista brasileiro, apontam para horizontes preocupantes e que catalisam gradativamente as ofensivas do capital e a conseqüente ampliação da precarização estrutural (e da terceirização) - por meio de

autorizações e respaldos político-jurídicos que se dão sob justificativas superficiais e são mascaradas por simulacros desenvolvimentistas de uma suposta “modernização” - cujos efeitos, na verdade, promovem um processo de intensificação da perda de direitos historicamente conquistados, por meio de lutas coletivas e múltiplas formas de resistência política em prol da dignidade no trabalho. Cenário cujos movimentos mais recentes estão na contramão da garantia de direitos e da afirmação da vida em suas dimensões ético-políticas, cujos efeitos podem ser observados no cotidiano de histórias concretas como as de Dora, Maria, Neide, Eliane, Tide e Cleuza.

Histórias que passam despercebidas como poeiras invisíveis, varridas de lá para cá por vassouras outrora adormecidas. Poeiras de vida que, apesar das forças de captura subjetiva, expropriação vital e cerceamento dogmático que as atravessam, sempre encontram um jeito de dizer não ao que está posto, de resistir de alguma maneira, de inventar outros possíveis, de incitar novos espaços/tempos, de criar insurgências, de produzir mundos a partir de suas indignações e de afirmar as potências da vida, apesar de tudo.

TERCEIRIZÇON
TEM COR E
GENERO

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ANTUNES, R; DRUCK, M. G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 18, n.34, p. 19-40, ago/set. 2015.
- ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados** (USP Impresso), São Paulo, v. 28, p. 39-53, 2014.
- BARBATI, V. M.; HENRIQUES, F. C.; GUIMARÃES JUNIOR, S. D.; FERREIRA, J. B. O. Capturas e resistências à terceirização: estudo com trabalhadores de uma universidade pública. **Revista Trabalho (En) Cena**. v.1, n.2, p. 110-127, 2016.
- BARROS, P. C. D. R.; MENDES, A. M. Sofrimento psíquico e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. **Psico-USF**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 63-70, 2003.
- BENTO, M. A. P.. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (doutorado). 169 p. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Matins Fontes, 2009.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politéia, 2019.
- BROWN, W. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. New York: Zone Books, 2015.

- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- CRARY, J. **24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.
- COSTA, F. B. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas**. Tese de Doutorado - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Editora Globo, 2004.
- DARDOT, P. & LAVAL, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- DARDOT, P., & LAVAL, C. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista Olho da História**, 22, 2016a. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/04/dlneoliberalismo.pdf>>. Acesso em: 04 de mai. de 2020.
- DARDOT, P., & LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016b.
- DEJOURS, C. **Trabalho Vivo**. Brasília: Paralelo 15, 2012.
- DEJOURS, C. Addendum, da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.I. (Orgs.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Brasília/Rio de Janeiro: Paralelo15/ Fiocruz, 2011, p.47-104.
- DEJOURS, C. **Avaliação do trabalho submetida à prova do real crítica aos fundamentos da avaliação**. São Paulo: Blucher, 2008.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getulio Vargas, 2007.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, São Paulo, v. 14, n.3, p. 27-34, 2004.
- DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 14, n. abr/jun, p. 7–11, 1986.

DELEUZE, G. *Conversações (1972-1990)*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 32, 2012. 2 edição., 264 p. Coleção TRANS.

DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Vega - Coleção Passagens, 1996.

DIEESE. Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha. In: **Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos**. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

DRUCK, G. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 15-43, 2016.

DRUCK, M. G. A Precarização Social do Trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, R., **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Bomtempo Editorial, p. 55-73, 2013.

DRUCK, M. G. Trabalho, Precarização e Resistências. **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), Salvador, v. 24, p. 35-54, 2011.

EHRENBERG, A. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Aparecida, SP: Ideias & Letras. 2010.

EHRENBERG, A. **La fatigue d'être soi: depression et société**. Paris: Odile Jacob, 2000.

EWALD, F.; KESSLER, D. . **Les noces du risque et de la politique**. Le Débat, 2000/2 (nº 109), p. 55-72. Recuperado em 05 de fevereiro de 2022, de <http://pinguet.free.fr/ewaldkessler2000.pdf>, 2000.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, J. B. Espelhos partidos têm muito mais luas: por uma poética das formas-de-vida. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v.7, n.2, p.235-244, 2017.

FILGUEIRAS, V. A.. Terceirização e trabalho análogo ao escravo: coincidência?. **Repórter Brasil**, 24 jun. 2014.

- FILGUEIRAS, V. A.; CAVALCANTE, S. M.. Terceirização: Debate conceitual e conjuntura política. **Revista da ABET** (Impresso), v. 14, p. 15-36, 2015.
- FILGUEIRAS, V. A.; DUTRA, R. Q.. O Supremo e a repercussão geral no caso da terceirização de atividade-fim de empresas de telecomunicações: o que está em jogo?. **Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná**, v. 4, p. 123-135, 2014.
- FILGUEIRAS, V. A.; DRUCK, G.. A epidemia da terceirização e a responsabilidade do STF. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 80, p. 106-125, 2014.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FRANCO, T. & DRUCK, M G. A terceirização/subcontratação do trabalho no Brasil e sua interconexão com a saúde mental no trabalho. In: **Saúde mental no trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás**. Goiânia: Cir Gráfica, 2013.
- FRANCO, T., DRUCK, G., SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, Dec. 2010.
- FUCHS, C. **Digital Labour and Karl Marx**. New York and London: Routledge, 2014.
- FUNCOGE – FUNDAÇÃO COMITÊ DE GESTÃO EMPRESARIAL. **Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro 2011**. Rio de Janeiro: Funcoge, 2013.
- GARCIA, T. **La vie intense: une obsession moderne**. Collection Les Grands Mots, Paris: Autrement, 2016.
- GAULEJAC, V.; HANIQUE, F. **Le capitalisme paradoxant: une système qui rend fou**. Points - Éditions du Seuil, 2015.
- GAULEJAC, V. **Gestão como Doença Social**. São Paulo: Ed. Ideias e Letras, 2007.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Hoje**, Anpocs, v.2, pp. 223 - 244, 1984. Recuperado de: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/>

4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 22, n.1, 106-122, 2020.

GUIMARÃES JUNIOR, S. D., CARRARA, M. R., ROCHA, C. D. Desafios e alternativas às formas de resistência e organização coletiva da classe trabalhadora em contexto de plataformização do trabalho. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, out.-dez. 2022. [www.reciis.icict.fiocruz.br] e-ISSN 1981-6278.

GUIMARAES JUNIOR, S. D. *et al.* Efeitos da pandemia de Covid-19 nos modos de vida e trabalho de mulheres brasileiras: interseccionalidades, desafios e urgências. **Trabalho (En)Cena**, 7, e022013, 2022. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e022013>

GUIMARÃES JUNIOR, S.D., GONÇALVES, L. & CARDOSO, A. Do sujeito à sujeição: apontamentos reflexivos à psicologia do trabalho em contexto de pandemia pela Covid-19. **Rev. Laborativa**. v. 10, n. 1, 40-67, 2021. Disponível em: <<https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/1961>>. Acesso em 17 de mar. 2021.

GUIMARAES JUNIOR, S. D., & EBERHARDT, L. D. Terceirização, saúde e resistência: uma revisão de literatura científica do campo da Saúde do Trabalhador. **Trabalho (En)Cena**, v. 5, n.1, p. 05–27, 2020. <https://doi.org/10.20873/2526-1487V5N1P05>

GUIMARAES JUNIOR, S. D., & SILVA, E. B. A "Reforma" Trabalhista brasileira em questão: reflexões contemporâneas em contexto de precarização social do trabalho. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade - Dossiê "Trabalho, subjetividade e contemporaneidade"**. v. 7 n. 18 (2020). DOI: <https://doi.org/10.25113/farol.v7i18.5503>

GUIMARAES JUNIOR, S. D.; FERREIRA, J. B.. Sujeito em terceiro plano: uma reflexão crítica acerca da articulação entre a dinâmica da terceirização e processos de subjetivação. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília , v. 18, n. 2, p. 381-389, jun. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572018000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 dez. 2022. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2018.2.14177>.

- GUIMARAES JUNIOR, S. & ASSUNÇÃO-MATOS, A. Embarços contemporâneos do processo de terceirização: um horizonte de retrocessos já anunciado. **Revista Laborativa**, v. 7, n.2, 21-39, 2018.
- GUIMARÃES JUNIOR, S. D., OLIVEIRA, V. R. & ASSUNÇÃO-MATOS, A. A. Precarização do trabalho e efeitos subjetivos: interlocuções entre práticas de pesquisa. **Revista Psicologia Política**, v. 17, n.39, p. 304-317, 2017.
- HAN, B. C. **Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- HAN, B. C. **Agonia do Eros**. Petrópolis: Vozes, 2017a.
- HAN, B. C. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017b.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Bem-estar comum**. São Paulo: Record, 2016.
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 2ed. São Paulo, Edições Loyola, 2011.
- HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KERGOAT, D. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In: HIRATA, H. (Org.); LABORIE, F.(Org.); LE DOARÉ, H. (Org.); SENOTIER, D. (Org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.
- LACERDA NETO, Miguel de Sousa *et al.* Racismo, trabalho e psicologia: provocações ético-políticas à luz da pandemia pela COVID-19. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 35, p. 105-112, jun. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2021000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 dez. 2022.
- LAPOUJADE, D. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. 1ª ed. São Paulo: N-1 Edições, 2015.
- LAZZARATO, M. **O Governo do Homem Endividado**. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- LHUILIER, D. A invisibilidade do trabalho real e a opacidade das relações saúde-trabalho. **Trabalho & Educação**, v.21, n.1, p.13- 38, 2012.
- LIMA, J. C.. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)**, v. 13, p. 17-26, 2010.

- MARCELINO, P.; CAVALCANTE, S. Por uma definição de terceirização. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 331-346, Aug. 2012.
- MARCHESAN, R. (2020). **Por que o desemprego aumentou mais para negros do que brancos na pandemia**. CEERT. Recuperado de <https://ceert.org.br/noticias/mercado-de-trabalho-comercio-servicos/43392/por-que-o-desemprego-aumentou-mais-para-negros-do-que-brancos-na-pandemia> Acesso em: 30 de mai. de 2021.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 1844/2010.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de psicologia**, v. 2, n.1, p. 7-27, 1996. doi:10.1590/S1413-294X1997000100002. (Obra original publicada em 1985).
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018a.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018b.
- MENDES, A. M. (ED.). **Psicodinâmica do trabalho teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo®, 2007.
- MENDES, A. M. & MULLER, T. C. Prazer no Trabalho. In: VIEIRA, F. DE O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. (Eds.). . **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.
- MORAES, R. D. Sofrimento Criativo e Patogênico. In: VIEIRA, F. DE O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. (Eds.). . **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.
- MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Trad. Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- NUÑEZ, G. Descolonização do pensamento psicológico. **Plural**: valorização profissional em tempos de “novas” práticas em Psicologia, Florianópolis, SC, p. 6-11, 21 ago. 2019.
- OLIVEIRA, F. et al. Pesquisa-intervenção participativa com trabalhadores da Unidade de Manutenção de uma universidade pública: precarização, memória e resistência. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 43, supl. 1, e3s, 2018 .
- PELATIEIRI, P.; CAMARGOS, R. C.; IBARRA, A.; MARCOLINO, A. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: CAMPOS, A. G.

Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate.

Brasília: Ipea, 2018.

PELBART, P. P. **Vida e Morte em Contexto de Dominação Biopolítica**. Conferência proferida em 3 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/pelbartdominacaobiopolitica.pdf>>

PELBART, P. P. **Vida Capital: Ensaios de biopolítica**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.

PÉRILLEUX, T. O trabalho e os destinos políticos do sofrimento. In: MERLO, A. R. C.; MENDES, A. M.; MORAES, R. D. (Orgs.) **O sujeito no trabalho - Entre a saúde e a patologia**. Curitiba: Juruá, 2013.

QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REBELO, A. M.; MOREIRA, G. R. C., LOPES, G. B., COURA, E. B. Terceirização: o que os dados revelam sobre remuneração, jornada e acidentes de trabalho. In: CAMPOS, A. G. **Terceirização do Trabalho no Brasil : novas e distintas perspectivas para o debate**. Brasília: Ipea, 2018.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAFATLE, V. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. **Sci. stud.**, São Paulo , v. 9, n. 1, p. 11-27, 2011.

SANTOS, E. F., DIOGO, M. F., & SHUCMAN, L. V. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. **Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho**, v. 17, n.1, p. 17-32, 2014. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17i1p17-32>

SELIGMANN-SILVA, E., HELOANI, R. Precarização - impactos sociais e na saúde mental. In: NAVARRO, V., LOUREÇO, E. (Orgs.) **O avesso do trabalho IV: Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

SENNETT, R. A corrosão do caráter - consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2009.

VALERIO, F. M. **Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer: o trabalho dos professores na educação de jovens e adultos.** Dissertação de Mestrado - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

WOODCOCK, J. **The fight against platform capitalism: An inquiry into the global struggles of the gig economy.** Londres: University of Westminster Press, 2021.
<https://doi.org/10.16997/book51.d>

TERCEIRIZADO
TEM COR E
GÊNERO

AGRADECIMENTOS

Às trabalhadoras e trabalhadores cujas histórias de vida, lutas e conquistas representam o combustível da minha trajetória profissional. Especialmente, àquela/es participantes da pesquisa, com a/os quais venho desenvolvendo vínculos de afeto, companheirismo, aprendizados e pesquisas há alguns anos. Particularmente, à Christina dos Santos, Amanda de Santana, Michelle Reis, Hélio Bernardo, Rosa Lúcia, Gilmara dos Santos, Marlúcia Lemos, Carla, Margarida e Eduardo (*in memoriam*) pela confiança, acolhimento e momentos especiais que certamente permanecerão nas minhas mais doces lembranças.

Em especial, agradeço à querida Waldinea Nascimento (Nea) pelo fundamental apoio durante toda essa caminhada.

À Ana Luiza Salles pelo fazer compartilhado, pela participação ativa e fundamental no trabalho de campo realizado, pela gentileza, franqueza, abertura, trocas e aprendizados mútuos.

Ao professor João Batista Ferreira, querido mestre e parceiro de trabalho. Sou muito grato pela confiança, experiências, carinho e conquistas compartilhadas durante tantos anos. Sigamos nas lutas pela afirmação da dignidade da vida!

À professora Leny Sato, ao Fernando Gastal, à Soraya Martins e ao Fernando Vieira, importantes referências de gentil e valiosa

disponibilidade. À querida Ana Magnólia Mendes, amiga especial de múltiplos e preciosos caminhos, sempre na linha do desejo.

À/os docentes e servidora/es, principalmente do Instituto de Psicologia da UFRJ, que fizeram parte do meu processo de formação ética e acadêmica. Em especial, à Ana Arcos pelas gentilezas e prontidão.

Simbolicamente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa aqui apresentada e à universidade pública, brasileira, gratuita e democrática - em particular à UFRJ - pela formação, rigor, qualidade e potencial de deslocamento existencial e transformação social.

A todas as alunas e alunos que, cotidianamente, contribuem com o meu processo de formação docente, científica e humanitária.

À Fabiana Valerio, companheira fundamental. Ao Miguel Lacerda e à Patricia Morales, amigos essenciais. À Vanessa Ribeiro, pela trajetória de bons afetos. À Ana Chacel, Lara Vieira, Gabriela Serpa, Júlia Matos e Juliana Machado, pelo sentimento vívido e amizades preciosas. À Barbara Alves, Vivian Pizzinga, Sergio Gomes, Leandro Abreo, Alfredo Assunção-Matos, Camilla Moreira, Milena Chifarelli, Josemar Barbosa, Paula Cesari, Helena Brandão e Laura Bloch pelas trocas afetivo-acadêmicas.

À/os amiga/os amada/os Letícia Martins, Ana Paula de Almeida, Helena de Oliveira, Luana Siqueira e Lucas Nascimento pela morada.

Ao Renan Daniel, especialmente, pelo sentimento genuíno, conexão certa de vida e pelo importante auxílio no processo de finalização do livro.

À Nívia Lopes, Helayne Andrade, Mariana Fernandes, Thalyson Rodrigues, Christiane Rocha, Cláudia Vaz, Maira Allucham, Bruno de Oliveira, Juliano Furtado e Mariana Dias pela presença afetiva durante o processo de idealização, feitura, elaboração e/ou finalização do livro.

À Cindy Atiozang, amiga estruturante, companheira íntima de tantas dores e ainda mais alegrias.

À Lúcia Vidal, Sergio Guimarães e Gabriel Vidal, amada família, pelo apoio, suporte e confiança durante a vida. À Sandra Vidal e José Ozório Bitencourt pelo acolhimento, sentimentos e disponibilidade sincera. À Hareotildes Santos (*in memoriam*), Silvio Guimarães (*in memoriam*), Neuza Lopes e Jorge Vidal pelo referencial afetivo. Também a outra/os familiares, pelos tantos vínculos de particular importância.

Em especial, ao Sergio Alves pela vida e amor compartilhados.

**TERCEIRIZÇM
TEM COR E
GENERO**

POSFÁCIO

*Fernando Gastal de Castro*¹

O fenômeno da terceirização em escala global, tal como se apresenta nos dias atuais, revela-se um aspecto essencial da anatomia do capitalismo em seu momento neoliberal, flexível e financeiro. Deixar isso claro é um dos grandes méritos do livro de Sergio Guimarães. O processo social-histórico de valorização do valor adquire, a partir da década de setenta do século passado, contornos novos e dramáticos. O neoliberalismo se impõe como governança mundial a partir de Margareth Thatcher e Ronald Regan, produzindo toda uma *novlangue* na qual a dualidade tensa e contraditória entre Estado e mercado, própria ao momento fordista de acumulação do capital, é drenada pelas forças do fetichismo da mercadoria. A cisão moderna entre o Estado [como sociedade política] e economia [como sociedade civil] conforme Marx², parece encontrar nos tempos atuais sua síntese no império da política como mercadoria e da economia como sociedade do espetáculo. É o fim da política³ que o neoliberalismo anuncia e o conseqüente reino *ad eternum* do fetichismo mercantil com todo seu aparato tecnológico.

Além disso, o momento neoliberal carrega em si não somente as forças objetivas de um real que se quer incontestável e insubstituível, mas também forças subjetivas que dão novas formas à experiência de

¹ Professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Marx, K (2005). *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo.

³ Kurz, R. (2002). *O fim da política*: Teses sobre a crise do sistema de regulação da forma da mercadoria, In obeco-online, recuperado de <http://www.obeco-online.org/rkurz105.htm>, Acesso em 13.01.2023.

si. Ser flexível anuncia-se, deste modo, como o imperativo subjetivo dos tempos atuais, caracterizando um momento de forte alienação humana aos ditames do trabalho abstrato. Dentro desse contexto, a força de trabalho determina-se não mais a partir da temporalidade duradoura, configurada na forma de um *emprego* de longa duração próprio à sociedade salarial, mas a partir de uma temporalidade instantânea e presenteísta na forma de serviços múltiplos em uma sociedade de auto empreendedores individuais. O capital humano toma o lugar dos recursos humanos e a gestão de si substitui a administração burocrática⁴. Um individualismo altamente violento e narcísico passa a se configurar como orientação subjetiva fundamental dentro do mundo neoliberal, onde a luta pelos lugares restantes passa a predominar sobre a luta de classes⁵.

Tais forças objetivas e subjetivas do capitalismo neoliberal e flexível fazem parte de uma totalidade mais ampla, constituída pela hegemonia mundial do capital financeiro. O Estado torna-se assim não somente agente no mercado financeiro em função do fim da política própria ao momento neoliberal, mas, antes de tudo, servo de credores, investidores, bancos e bolsas de valores. Ajustes fiscais, privatizações e equilíbrio das contas públicas tornam-se assim exigências do sistema financeiro, na medida em que, garantem a confiança de rendimentos de capital ao mercado em patamares cada vez mais elevados, concentrando renda e disseminando desigualdades. Conforme a revista FORBES⁶, as duzentas pessoas mais ricas no Brasil, detém hoje mais de 50% da

⁴ Castro, F. G. (2020). *A subjetividade sem valor: trabalho e formas subjetivas no tempo histórico capitalista*. Curitiba, Appris.

⁵ Gaulejac, V. (2014) *La lutte de places*, Paris, Desclée & Brouwer.

⁶ Forbes Brasil (2019). *Os 200 bilionários do Brasil: o ranking definitivo dos mais ricos do país*. Edição Especial-71, setembro de 2019-1.

riqueza nacional. Além disso, a financeirização do mundo do capital alcança não somente o Estado, mas também o trabalho. O trabalhador flexível, presenteísta, auto empreendedor e gestor de si é, nesse sentido, um sujeito profundamente endividado. Conforme Dawbor⁷, vivemos em uma sociedade do endividamento, na qual 58,3 milhões de brasileiros em 2017 encontravam-se no SPC, com a dívida das famílias equivalendo a 46,5% da renda doméstica. Em síntese, o fenômeno da terceirização em escala global representa um aspecto essencial do colapso da modernização capitalista no século XXI, no qual fazem parte a desindustrialização de territórios ociosos para o capital, a financeirização das burguesias nacionais, o endividamento generalizado, a concentração de riqueza crescente e indecente, a desconstrução da relação salarial e o crescimento brutal das desigualdades.

Além de incluir o fenômeno da terceirização na dialética desumanizante do capital mundial, o livro de Sergio Guimarães nos permite ir além da crítica marxista tradicional⁸, centrada na exploração do trabalho pelo capital. A terceirização, como mostra o autor, revela um sistema social mais complexo no qual a precarização do trabalho é, ao mesmo tempo e na mesma medida, um fenômeno que engloba as dimensões de gênero, raça e classe. A classe de terceirizados, além das determinações sócio materiais da escassez econômica e da violência presente no contexto das favelas e comunidades periféricas, possui a pele preta em sua esmagadora maioria e com claras opressões de

⁷ Dowbor, L. (2018). *A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder, sob a dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo, Outras Palavras e Autonomia Literária.

⁸ Postone, M. (2017). *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo, Boitempo.

gênero. Não é possível, se quisermos nos manter fiéis à complexidade do fenômeno em questão, separar aquilo que no processo social e histórico da modernização capitalista, mostra-se indissociável. Não há, nesse sentido, divisão social do trabalho sem divisão racial e, na mesma medida, toda divisão do trabalho realiza-se como cisão entre a esfera da produção do valor (masculina) e esfera da reprodução do valor (feminina). De sorte que, o racismo, conforme Silvio Almeida⁹ destaca, conecta-se à subsunção real do trabalho ao capital, uma vez que a exploração de mais valia possui como condição essencial, o ideário branco europeu, em si mesmo escravista, colonialista e eurocentrado. bem como, a cisão hierárquica entre uma natureza masculina e outra feminina, que conduz Roswitha Sholz¹⁰ a tese de que, na base do capitalismo, “o valor é o homem”. Androcentrismo e branquitude integram, portanto, a modernidade capitalista desde suas raízes históricas mais profundas até suas formas de precarização mais atuais. Vale aqui lembrar que a modernidade estadunidense estrutura-se historicamente como *destino manifesto* dado por Deus à comunidade dos *godlies* do navio *Mayflower* que, em 1620, transportou os chamados *peregrinos* (separatistas) do porto de Southampton, Inglaterra, para o Novo Mundo como terra prometida por Deus aos *winner*s, a fim de construir a grande nação *White Anglo-Saxon Protestant*¹¹.

Outra qualidade que merece ser destacada do livro de Sergio Guimarães é a articulação realizada entre o universo social e as

⁹ Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo, Ed. Jandaíra.

¹⁰ Scholz, R. (2017). *O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e relação entre os sexos*. In: *obeco-inline.org*. Recuperado de <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>. Acesso em 12.01.2023.

¹¹ Echeverría, B. (2010). *Modernidad y branquitude*. Cidade del México, Edições Era.

individualidades singulares. Sabemos desde Sartre¹², que o indivíduo é uma abstração da sociedade burguesa e, portanto, um produto ideológico de uma forma social que atomiza as singularidades e dissocia a existência singular da História. É conhecida a célebre expressão de Margaret Thatcher¹³ de que *no such thing as society (...) there are individual*, que atualiza em termos neoliberais o liberalismo clássico de Jeremy Bentham. Encontramos assim, tanto na cultura moderna em geral, quanto na produção de conhecimento nas ciências sociais e na Psicologia em particular, um abismo entre uma multidão de mônadas individuais que se comportariam conforme seus interesses egoístas e uma metaestrutura social [o Estado burguês] como o grande Leviatã a controlar e reprimir os impulsos e garantir a ordem. A partir desta alienação fundante da sociedade burguesa, emergem ciências como a sociologia e a psicologia. A primeira ocupada com o *fato social* em busca de suas leis e regularidades em total independência relativa à práxis singular, e a segunda, voltada ao *individuus*, na intenção de extrair, da mesma forma, suas leis universais e abstratas de funcionamento, totalmente externas ao processo social-histórico real. Reproduzir, desse modo, a atomização das existências e a reificação da consciência, por um lado, e garantir o *status quo* do sistema moderno capitalista por outro, foi o papel desempenhado historicamente pela Psicologia. O livro *Poeiras da Vida: terceirização, subjetividade e possíveis resistências* possui, ao contrário, a qualidade de enfrentar com lucidez este estado letárgico de uma Psicologia indiferente aos reais problemas humanos, opondo uma compreensão profunda e lúcida do fenômeno da terceirização,

¹² Sartre, J-P. (1972). *L'Idiot de la famille: Gustav Flaubert: de 1821-1857*, 3 vol. Paris, Gallimard.

¹³ Thatcher, M. (1993). *The Downing Street Years*. London, Editora Harper Collins.

capaz de articular dialeticamente universal e singular. A articulação, nesse sentido, da totalidade dinâmica da realidade socioeconômica do mundo do trabalho na atualidade com a singularidade das experiências e trajetórias individuais, faz do livro de Sergio Guimarães uma forte ferramenta de combate em prol de uma psicologia crítica à desumanidade do mundo do trabalho, na sua complexidade psíquica e social atual.

Tudo isso permite que o texto de Sergio Guimarães alcance o fenômeno da terceirização com uma profundidade que a razão psicológica em geral não o faz. Ou os trabalhadores acadêmicos mantêm-se num nível puramente descritivo e exploratório, restringindo-se a acumular achados empíricos frutos de aplicações teórica e metodológica colonizadas, que reproduzem modos de fazer europeus e estadunidenses no território brasileiro. Ou, realizam uma bricolagem entre conceitos puramente externos, promovendo o assassinato epistemológico do real e de suas particularidades concretas. Ou seja, o colonialismo epistêmico opera entre nós historicamente de maneira a recheiar nossas prateleiras e salas de aula com diversas formas de **não ver**. Não ver o racismo estrutural que habita objetiva e subjetivamente a dinâmica da vida social, não ver as violentas relações de gênero aqui produzidas historicamente, não ver a dialética entre o modo de produção escravista e o modo de produção capitalista que está sempre ao fundo e na base das relações de **trabalho livre** que se estruturam na realidade brasileira, etc. Ao contrário, *Poeiras da Vida* permite **ver** as ameaças de despejo, fome e morte dos trabalhadores terceirizados, a instabilidade relativa aos atrasos salariais e empresas fantasmas, o rígido sistema de cobranças e monitoramento, a invisibilidade, o medo como afeto fundamental do trabalho precário, o recalçamento como

silenciamento necessário para a vida produtiva e as formas de sofrimento psíquico que deste conjunto todo emergem. O texto de Sergio Guimarães, portanto, abre caminhos teóricos e práticos à uma psicologia autêntica, no sentido de ir na contramão do colonialismo epistêmico e abrir possíveis para a autonomia do pensar conectada a uma *práxis* situada.

Por essa mesma razão, *Poeiras da Vida* não é um texto cômodo. É incomodo. Recusa-se a compreender o real como pura positividade das estruturas a aniquilar as possibilidades da História. Busca, ao contrário, resgatar a humanidade em meio a desumanidade, a potencialidade dos atos em meio a impotência da alienação, as possibilidades da ação coletiva em meio a inflexibilidade do ser flexível, a contraviolência da *práxis* em meio violência das estruturas, em suma, as forças de vida em meio as forças mortíferas do sistema do capital. A História, como bem mostra Castoriadis¹⁴, está sempre na tensão entre o *feito* e o *a fazer*, passado e futuro, *práxis* e *antipráxis*, liberdade e alienação. Nesse sentido, Sergio Guimarães nos ajuda a pensar que os dados nunca estão lançados.

¹⁴ CASTORIADIS, C. *Encruzilhadas do labirinto V: feito e a ser feito*. Rio de Janeiro: Paz & Terra; DP&A, 1998.

TERCEIRIZADO
TEM COR E
GÊNERO

SOBRE O AUTOR



Sergio Guimarães é curioso, apreciador de boas histórias, músicas e sobremesas. Além disso, é psicólogo, pesquisador e professor universitário. Possui mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Recursos Humanos pela *Sorbonne Université*, Paris II. É doutorando em Psicologia Social pela UFRJ com estágio sanduíche em Filosofia do Trabalho no *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM - Paris). Atualmente é professor substituto do Departamento de Psicologia Social da UFRJ e do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Suas temáticas de pesquisa e intervenção giram em torno das articulações entre trabalho, saúde e subjetividade.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org

contato@editorafi.org